



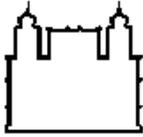
**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Fernandes Figueira
Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher**

A FORÇA E O VIGOR DA MULHER IDOSA RURAL

Estudo Etnográfico sobre Envelhecimento em Dom Modesto, CARATINGA-MG

Alcione Távora Kullok

**Rio de Janeiro
Março de 2012**



**Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Fernandes Figueira
Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher**

**A FORÇA E O VIGOR DA MULHER IDOSA RURAL
Estudo Etnográfico sobre Envelhecimento em Dom Modesto,
CARATINGA-MG**

Alcione Tavora Kullo

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação ' Stricto Sensu Saúde da Mulher e da Criança como pré-requisito para a obtenção de título de doutora em ciências.

Orientadora: Prof. Dr^a. Maria Cecília de Souza Minayo

**Rio de Janeiro
Março/2012**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela |Biblioteca do IFF

DEDICATÓRIA

Dedico esse estudo às valorosas idosas, participantes do estudo, por compartilhar suas histórias de vida a uma forasteira.

Ao meu filho querido Emerson, companheiro de jornada, que sacrificou seus estudos, pelo seu seus carinhos e cuidados, nos diferentes períodos, que passei durante o percurso do estudo. A você o meu eterno obrigado. Te amo.

Ao meu marido [in memoriam] saudades eterna.

AGRADECIMENTO

Ao longo dessa extensa jornada, vivi e, convivi com diferentes pessoas, que acompanharam de perto e de longe, que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização desse estudo. Portanto, quero aqui deixar aqui registrado os meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente a Deus por estar presente em minha vida e por possibilitar a concretização deste estudo.

A Cecília Minayo, orientadora querida, que me acompanhou em todo o percurso desta jornada, incentivando-me, levantando a minha auto-estima, quando em sua leitura cuidadosa, em sua lente pessoal e sensível, descobria singularidades, nas minhas parcas interpretações, dando novos rumos, novas descobertas no estudo, conduzindo-me a trilhar em novos caminhos.

Aos meus mestres e colegas de doutorado, com suas críticas e sugestões sobre esse estudo, na disciplina de: Princípios e métodos científicos para elaboração de tese. À professora Claudia Bonan que me levou a conhecer os estudos de gênero, as teorias feministas e a gostar e entender os estudos de Foucault, que no princípio considerava uma leitura árdua.

A Ana Elisa Bastos Figueiredo e a Patrícia Constantino às suas importantes contribuições no exame de qualificação.

A Jorgelina Carvalho, pelo altruísmo em acolher-me em um momento particular da minha vida.

A Patrícia Astrachan pelo acolhimento e de um novo despertar em minha vida e mostrar-me que morremos e ressuscitamos a cada instante da vida.

Às mulheres de Dom Modesto por preencher o esqueleto topográfico da comunidade em signos e significados.

A Telma Freitas pela solidariedade e colaboração na organização do estudo, formatando-a nas normas. O meu sincero agradecimento.

À CAPES pelo apoio financeiro.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS

| | |
|----------|--|
| APAE | Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais |
| AVC | Acidente Vascular Cerebral |
| BPC | Benefício de Prestação Continuada |
| CAPs | Caixas de Aposentadorias e Pensões |
| CBB | Córrego dos Bertoldos de Baixo |
| CBC | Córrego dos Bertoldos de Cima |
| CDDI | Centro de Documentação e Disseminação de Informações |
| CEMIG | Centrais Elétricas Minas Gerais |
| CIF | Classificação Internacional de Funcionalidade |
| CM | Córrego dos Marianos |
| CNDS | Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais de Saúde |
| Cob | Cobertura |
| COPASA | Companhia de Saneamento de Minas Gerais |
| CRB | Confederação Rural Brasileira |
| DECS | Descritores em Ciências da Saúde |
| ETR | Estatuto do Trabalhador Rural |
| FAPTR | Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural |
| FIOCRUZ | Fundação Oswaldo Cruz |
| FUNRURAL | Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural |
| IAPs | Institutos de Aposentadorias e Pensões |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IC | Ilha das Cobras |
| ICDH | International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps |
| IFF | Instituto Fernandes Figueira |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| INSS | Instituto Nacional do Seguro Social |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| LILACS | Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde |
| LOAS | Lei de Organização e Assistência Social |
| LPI | Instituto de Longa Permanência |
| MEDLINE | Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica |
| MST | Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais |
| ND | Núcleo do Distrito |

| | |
|-------------|--|
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OPAS | Organização Pan Americana de Saúde |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| PDT | Partido Democrático Trabalhista |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios |
| PNHR | Programa Nacional de Habitação Rural |
| PNHU | Programa Nacional de Habitação Urbana |
| PNI | Programa Nacional do Idoso |
| PRONAF- DAF | Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Delegacia Federal de Agricultura |
| PRORURAL | Programa de Assistência ao Trabalhador Rural |
| SCIELO | Scientific Electronic Library Online |
| ULTAB | União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil |

RESUMO

O envelhecimento é um processo universal e o crescimento da população idosa tem chamado a atenção de diferentes setores da sociedade com repercussões sócio-econômicas em nível individual e coletivo. No Brasil, onde os dados censitários revelam uma crescente urbanização do país e um componente de mulheres idosas cada vez maiores em relação aos homens, esse estudo propôs a abordar os processos do envelhecimento das mulheres em dois campos de discussão: o envelhecimento na perspectiva de gênero e a condição rural. O estudo não tem a pretensão de produzir uma análise cultural totalizante, mas de conhecer e registrar as histórias dessas idosas, num contexto rural, muitas vezes esquecido-se da sociedade e do poder público. A metodologia utilizada foi a etnografia, ou seja, fui viver, conviver e registrar os fatos do cotidiano e seus significados através da reinterpretação de 27 idosas com idades acima de sessenta anos até 92 anos. Através de observações participantes, participantes observações, entrevistas, grupos de “causos”, pude tomar ciência de que, embora pareça uma tendência da sociedade atual homogeneizar os espaços geográficos descaracterizando-os de suas referências naturais, e (re) caracterizando-os com referências produtivas e econômicas, as culturas locais permanecem. O Distrito de Caratinga, denominado Dom Modesto onde o trabalho etnográfico foi realizado, mantém suas particularidades e muitas vezes pude senti-las como um processo contra-hegemônico das tendências massificantes: trata-se de um espaço bastante fechado e com seus códigos próprios. Em muitos momentos senti-me excluída, não por ser uma pesquisadora, mas por não ser nativa: foi difícil o processo de imersão nesse terreno distante de minha vida social. Lá, as terras são vendidas entre os familiares. Como em toda a sociedade, o contexto estudado possui uma estratificação social e geográfica, as fazendeiras idosas moram nos Córregos e as ex-ajudantes ou meeiras, no núcleo do Distrito (vila). Todas as idosas participantes professam o catolicismo. Pude comparar suas histórias com o que diz o meu acervo bibliográfico, e dentro do contexto estudado, encontrei certas idosas como verdadeiras protagonistas de algumas obras literárias. Observei a quase inexistência das grades etárias e os acontecimentos demarcados por elas como uma linha da vida quase seqüencial. Pude visualizar e rever traços de paradigmas da Antiguidade que ainda persistem em imutável e infundável repetição e desigualdades perenes e naturalizadas da divisão sexual do trabalho tanto nos processos de produção como de reprodução dessas mulheres rurais. Pude ver um rural decadente na monocultura do café e o seu renascimento na horticultura familiar. Mas pude constatar também que as idosas participantes estão todas ativas, não com o vigor da juventude, mas cada uma com sua particularidade e em seu tempo, não se consideram velhas. Os vocábulos “idoso” e “terceira idade” nesse contexto não são muito reconhecidos, pois são palavras utilizadas pelo povo da rua[cidade]. Já o termo “véia [velha]” não é visto como uma conotação pejorativa e sim como uma etapa natural da vida. As construções e reconstruções sociais, a todo o momento estiveram presentes nesse estudo, numa circularidade dinâmica em que as idosas não temem e nem vêem a morte como um fim, mas como uma passagem. Mas nem por isso a desejam. Esperam e pedem a Deus mais alguns anos de vida, porém com independência e autonomia, pois sua perda sim, é considerada a morte em vida.

Palavras-Chave - antropologia rural; envelhecimento; mulher idosa

ABSTRACT

Growing old is a universal process and the increase of the elderly population has caught the attention of different areas of society with socioeconomic repercussions on an individual and collective level. In Brazil, where census data reveal a growing urbanization in the country and a bigger proportion of elderly women over men, this study proposes to approach the process of growing old for women in two fields of discussion: the aging process in a perspective of genre and rural condition. The study does not have the ambition of producing a totalizing cultural analysis, but to know and register the history of these elderly women, in a rural context, often forgotten by the society and the government. The methodology used was ethnography, which means I lived and registered the facts of their daily life and their meaning through the interpretations of 27 elderly women ranging from 60 years old to 92. Through participatory observation, interviews and groups, I became aware that, although it seems like a tendency of today's society to homogenize the geographic spaces, depriving them of their natural references and characterizing them with productive and economic references, the local culture prevails. The District of Caratinga, called Dom Modesto where the ethnographic research was done, keeps its particularities and I could feel them several times as a counter-hegemonic of the massifying tendencies: it is a closed off space with its own codes. During several moments, I felt left out, not for being a researcher, but for not being a native: the immersion process was hard in this place so distant from my social life. There, the land is sold among family members. As throughout society, the context studied has a social and geographic stratification, the elderly female farmers live in the *Córregos* and the ex-helpers in the village. Every elderly woman participating is catholic. I could compare their stories with my bibliographic collection and, within the context being studied, I found certain ladies like real heroes of some of the literary works. I observed a near inexistence of age groups and the events marked by them are almost like a sequential life line. I could see traces of an ancient era that still prevails in unchangeable and endless repetition, and enduring and naturalized inequalities of work gender division in both reproduction and production processes with these rural women. I could see a countryside lacking in coffee monoculture and its rebirth in homegrown horticulture. However, I could also see that these elderly ladies are all active; maybe not with the energy of youth, but each one with their own particularity and time, they don't consider themselves old. The terms "elderly" and "seniors" in this context are not really recognized because they are generally used by people in the city. The term "véia" (oldie) is not seen with a pejorative connotation, but as a natural phase in life. The social constructions and reconstructions have been present at all times in this study, in a dynamic circularity in which the elderly women don't fear nor see death as an end, but as a passage. But that doesn't mean they wish for it. They hope and ask God for a few more years of life, but with independence and autonomy, for their loss is considered death in life.

Key Words: rural anthropology; aging; elderly woman

SUMÁRIO

I – Parte

| | | |
|-------------|--|----|
| I.1 | Introdução | 15 |
| 1.1 | Discussões do objeto..... | 15 |
| 1.2 | Justificativa teórica e pessoal | 19 |
| I-2. | Marco teórico e contextualização | 25 |
| 2.1 | Interface do envelhecimento..... | 25 |
| 2.2 | Sexo, sexualidade e gênero | 32 |
| 2.3 | O espaço rural..... | 48 |
| I-3. | Referencial metodológico | 53 |
| 3.1 | Marco teórico da abordagem metodológica | 53 |
| 3.2 | Questões principais que orientaram a pesquisa..... | 60 |
| 3.3 | Contextualização da pesquisa: a localidade de Dom Modesto..... | 62 |
| 3.4 | A escolha da amostra | 63 |
| 3.5 | Organização do material e análise..... | 64 |
| 3.6 | Aspectos éticos | 65 |

II - Parte

Descrição e análise do campo

| | | |
|--------------|---|-----|
| II-4. | Campo como local de vida e experiência da pesquisa | 67 |
| 4.1 | As experiências e as condições de trabalho | 67 |
| 4.2 | O Dom Modesto de vários atores e vários olhares | 74 |
| 4.3 | 4.3. Meu mapa sociocultural de Dom Modesto..... | 92 |
| II-5 | O envelhecimento populacional sob vários olhares | 103 |
| 5.1 | O envelhecimento populacional e seus aspectos demográficos, biológicos e sociais..... | 104 |
| 5.2 | A feminização do envelhecimento..... | 123 |
| 5.3 | O ciclo de quem envelheceu..... | 140 |
| 5.4. | A história da Prole e da sexualidade..... | 152 |
| II-6 | O ethos do trabalho rural e aposentadoria | 157 |
| 6.1 | Trabalho e labor rural e trabalho da mulher rural..... | 157 |
| 6.2 | Aposentadoria e envelhecimento sobre a perspectiva das mulheres rurais | 169 |

III- Parte

| | | |
|--------------------|-----------------------------------|-----|
| III-7 | Considerações Finais | 196 |
| Referências | | 208 |

APRESENTAÇÃO

Este estudo busca conhecer a peculiaridade do envelhecimento da mulher rural. Neste sentido ele constitui um tema inédito, pois praticamente não existem pesquisas que abranjam esse perfil, como demonstrarei durante a exposição desta tese. Todos dizem e todos sabem que o Brasil, a partir da década de 1950 se industrializou e, para que isso ocorresse, houve um esvaziamento populacional do campo, uma obsolescência dos meios de produção agrícola, uma desvalorização das terras e, concomitantemente, uma idéia preconceituosa de que o que permaneceu no interior do país foi o atraso destinado a perecer. No campo teriam ficado os que não tiveram coragem de imigrar para as cidades, mantendo assim, no presente um passado culturalmente pobre e ignorante.

Muitos estudiosos e de muitas áreas documentaram e analisaram as transformações que o país tem vivido nos últimos 60 anos, e algumas dessas mudanças serão partes de meu objeto de análise. Também sabemos que hoje existe uma revalorização da área rural tangida pelo olhar ganancioso do capitalismo do agronegócio. No entanto, a área rural tradicional continua a existir: aquela onde sobrevive a cultura de subsistência e as pequenas fazendas e sítios, com sua cultura tradicional e seu modo de vida conservador e patriarcal, mesmo quando, do ponto de vista administrativo algumas dessas localidades são incorporadas como periferias das cidades. Lá vivem pessoas que nunca saíram e cujas histórias de vida ocorrem em sua genuína peculiaridade nesse mundo pós-moderno em que a pluralidade é reconhecida e celebrada.

O estudo das histórias de vida das mulheres idosas de Dom Modesto tenta, humildemente, pagar um tributo a tantas e valentes fazendeiras, sitiantes e roceiras que fazem parte da história do povo brasileiro, dentro de uma visão do modo de produção agrícola tradicional. Por isso, embora esta seja uma etnografia que não tem valor para universalização, com certeza, muitos dos aspectos e questões aqui descritas e problematizadas se referem a situações semelhantes no país.

Este trabalho se divide em duas partes e uma conclusão.

Na primeira apresento (1) uma introdução ao tema e ao meu interesse sobre ele, (2) um estudo teórico e contextual sobre as questões tratadas e (3) uma exposição sobre a abordagem metodológica e operacional. São três capítulos que introduzem a tese.

Na segunda parte trato dos seguintes temas: (4) O campo como local de vida e experiência de pesquisa; (5) o envelhecimento populacional sob vários olhares; (6) e o ethos do trabalho rural e a aposentadoria. E por fim, apresento algumas conclusões.

I PARTE

1. INTRODUÇÃO

2. MARCO TEÓRICO

3. ABORDAGEM METODOLÓGICA

I.1. INTRODUÇÃO

1.1. Discussão do objeto

O objeto deste estudo é o processo de envelhecimento da mulher rural, sob a perspectiva de gênero e num contexto sócio-histórico e cultural peculiar do interior de Minas Gerais.

Entende-se que esse objeto possui uma estrutura triangular, cujos vértices são: envelhecimento, a mulher sob a perspectiva de gênero e condição rural.

Ele pode ser contextualizado na dinâmica histórica e bipolar de urbano e rural do Brasil, com suas grandes transformações, desafios e demandas ocorridas após a metade do século XX e ainda presentes XXI; e da grande revolução de expectativa de vida que abrangeu o mundo inteiro e de forma específica este país. A velocidade do processo de envelhecimento populacional guarda forte correlação com a velocidade de redução das taxas de fecundidade e mortalidade. Em 1960, a taxa de fecundidade total do Brasil era de seis filhos por mulher e em 1991 já foi de 2,5; e isso significou uma redução de quase 60% em apenas 30 anos¹. Essa taxa, segundo os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², está abaixo de dois filhos por mulher.

Segundo Oliveira (p.11)³, os dados, do Censo de 2010, revelam uma diminuição 3,3% na taxa de crescimento da população em comparação com os dados do último (2000). “Esta taxa espelha o momento de transição demográfica do país, onde a taxa da fecundidade está abaixo de dois filhos por mulher, a população vai envelhecendo, e o numero de nascimentos diminuindo,

o que faz com que o crescimento vegetativo do país fique cada vez menor”. Ainda segundo ele, na década de 2020 a 2030 a população do Brasil vai se aproximar do crescimento zero.

Nunes(p.10)⁴ declara “Em 2000, a pirâmide ia até os 80 anos de idade, agora tivemos que esticá-la até os 100 anos”. Este dado revela as modificações na pirâmide etária do censo de 2010, com estreitamento em sua base e o alargamento do topo.

Os dados do Censo Demográfico de 2010⁵ revelam que há uma relação de 96,0 homens para cada 100 mulheres, como resultado de um excedente de 3.941.819 mulheres em relação ao número total de homens. Com este resultado, acentuou-se a tendência histórica de predominância feminina na população do Brasil, já que em 2000 o indicador era de 96,9 homens para cada 100 mulheres. Na pirâmide etária publicada pelo resultado do Censo de 2010⁵ a população de mulheres, acima de 30 anos até aos 95 anos, é proporcionalmente maior em 0,2% em relação aos homens, Há maiores proporções de mulheres em todas as subdivisões desse grupo etário, com predomínio das faixas entre 60 a 79 anos (2% mais que os homens). Acima de 80 a 89 anos a preponderância cai para 0,1% e se equipara em porcentagem 0% nas idades de 95 anos ou mais, embora chame a atenção à diferença, entre os números absolutos da população de 100 anos ou mais, que apresenta 7247 homens e 16999 mulheres. Os dados revelam também, um país cada vez mais urbanizado: proporção de 84,4% dos brasileiros vive nas cidades, contra 15,6% na zona rural.

As mudanças nas taxas de fecundidade e as conquistas nos níveis educacionais e de participação no mercado de trabalho sintetizam o novo papel da mulher na sociedade. Bruschini e Puppini⁶ ao estudarem o trabalho das mulheres executivas, no Brasil, ao final do século XX, apresentam algumas tendências gerais da questão feminina: a intensidade e a constância do aumento da participação de mulheres no mercado; a conquista de bons empregos, boas ocupações e acesso a profissões de nível superior por parte das escolarizadas; e mudança no perfil das trabalhadoras desde os anos 1980. Elas sobrevivem mais, casam-se e têm filhos mais tarde. Porém, suas responsabilidades domésticas e familiares permanecem como sobrecarga. Continua a persistência da maternidade como geradora de dificuldades para o trabalho das mulheres.

De acordo com Veras, Ramos e Kalache⁷ na segunda metade do século XX o mundo rural brasileiro se transformou radicalmente com a crescente urbanização, o desenvolvimento da indústria, a modernização da agricultura e o êxodo do campo. No entanto, muitas famílias permaneceram na zona rural e, sobretudo, lá ficaram os mais velhos.

É nesse sentido, de conhecer a mentalidade e as condições de vida de uma população idosa feminina na zona rural, tomando como caso a situação narrada por essas mulheres de uma localidade de Minas Gerais, que este estudo ganha relevância. Minha reflexão e meu trabalho de campo passam pela peculiaridade do envelhecimento da mulher rural, neste momento histórico da sociedade brasileira, início do século XXI.

Foucault⁸ comenta que o poder político e econômico vê sempre o surgimento de uma população como problema, pois percebe que não tem que lidar simplesmente com sujeitos, ou com um povo, e sim com uma população, com seus fenômenos específicos e variáveis biológicas e socialmente construídos: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência de doenças, forma de alimentação e habitat. Hoje o grande fenômeno demográfico do século XXI é a 'população de idosos', principalmente no Brasil em que a transição vem ocorrendo de maneira muito rápida em comparação com outros países. No caso da acelerada urbanização, muitos autores^{9,10,11,12} apontam a tendência de substituir o conceito de rural pelo de local ou de regional num processo de simplificação de questões muito complexas.

O presente estudo tem como desafio não somente de estudar os processos do envelhecimento sob a ótica das mulheres idosas rurais como de mostrar que o espaço rural, embora com a difusão de padrões urbanos (cidade) em seu interior, ainda permanece como lócus pertinente para se entenderem diferenças aparentemente irreduzíveis entre áreas rurais e áreas urbanas. Considerei o espaço rural de Dom Modesto mais do que um território com aspectos econômicos com modos de atividades predominantes, um espaço cultural que não perdeu a capacidade de conferir singularidade aos comportamentos e condutas sociais, e de se constituir num vetor importante de produção social de sentido.

Portanto meu campo de reflexão passará necessariamente pela peculiaridade do envelhecimento da mulher rural, na primeira década do século

XXI, em que a expectativa de vida das mulheres quase já chega aos 80 anos, na crescente urbanização do país de acordo com diretrizes da política administrativa e os órgãos censitários.

1.2. Justificativa teórica e pessoal

O crescimento da população idosa é um fenômeno mundial. A proporção de pessoas com 60 anos ou mais está crescendo mais rapidamente do que qualquer outra faixa etária e as mulheres estão vivendo mais que os homens. O documento produzido pelo World Health Organization (WHO)¹³ e traduzido e editado pela Organização Pan Americana de Saúde (OPAS)¹⁴ aponta, dentro dos sete desafios de uma população em envelhecimento, em quarto lugar o fenômeno da “feminização do envelhecimento” (maior taxa de mulheres em relação aos homens em grupos etários mais velhos). O documento revela que as mulheres formam aproximadamente 2/3 da população acima de 75 anos em países como Brasil e África do Sul. Porém, mesmo com a vantagem da longevidade, elas são vítimas mais frequentes de violência doméstica e de discriminação no acesso à educação, salário, alimentação, trabalho significativo, cuidado da saúde, heranças, medidas de seguro social e poder político. Essas desvantagens cumulativas significam que as mulheres, mais que os homens, vivem na pobreza e sofrem dependências múltiplas em idades mais avançadas, embora existam mudanças importantes¹⁴.

A escolha do tema envelhecimento na perspectiva de gênero é meu alvo de interesse por esse ser objeto de minha vida profissional e de minhas reflexões pessoais, acadêmicas e clínicas. Uma das motivações que me levaram a eleger as mulheres como objeto desse estudo é “que as expectativas

sobre as trocas emocionais, sobre quem dá e quem recebe apoio e sobre os tipos de apoio que não são igualmente distribuídos no interior da família - o afeto entre parceiros conjugais e entre filho e pais - são predominantemente atribuídas a elas e esperado das mulheres” (p.21)¹⁵. Merece destaque como atribuição cultural às mulheres o cuidar, que implica não apenas uma função, tarefa ou atividade, mas como um valor substantivo traz em si "uma alteridade que envolve respeito, sacralidade, reciprocidade e complementaridade”(p.96)¹⁶. Segundo o autor, citado acima, o cuidado assume uma dupla função: de prevenção a danos futuros e de regeneração de danos passados. O cuidado possui esse condão: reforçar a vida, zelar pelas condições físico-químicas, ecológicas, sociais e espirituais que permitem a reprodução da vida e de sua ulterior evolução. Essa prática socialmente construída e imputada como responsabilidade ou naturalizada como atributo feminino, onera as mulheres como guardiã da família na exigência de dedicação absoluta a crianças, enfermos e idosos.

Sobre o universo rural, “a roça”, realizei a pesquisa para mestrado intitulada *“Qualidade de vida: a representação social das mulheres rurais do Leste mineiro acerca de suas condições de vida”*¹⁷. Ter feito este trabalho foi algo transformador e diferente em minha vida pessoal como mulher do espaço urbanizado. Numa visão simplista, afetada pelo senso comum e por meus poucos conhecimentos da zona rural no Brasil, acreditava que a vida rural fosse algo paradisíaco. O que encontrei foi surpreendente: de um lado, um contexto rural pobre sem perspectiva; do outro, um rural quase próximo da minha imaginação, reerguendo-se através da revalorização do campo.

Sempre vivi no espaço urbano. E a convivência com pessoas idosas também sempre estiveram presentes em minha vida cotidiana com minhas avós e irmãs mais velhas, sendo eu a caçula com diferença de 13 anos de idade do irmão mais novo. Quando nasci já era “tia” de treze sobrinhos com idades diversas. Sou da época em que os idosos no Brasil eram chamados de “coroas”, e aquilo não fazia sentido para mim, pois eles eram, no meu olhar infantil, nada mais nada menos que pessoas velhas. Hoje, relembro o passado, e vendo meu filho, de 18 anos, preocupar-se com minha velhice (sob o seu olhar), recordo-me da frase de Messy em que relembra ‘*que todos somos sempre o velho de alguém e que velho é o outro*’ (p.45)¹⁸. O enunciado da palavra velho em francês (*vie/ux*), em que *vie* significa vida e *eux* pronome pessoal eles, nos relembra que sob nosso olhar, “*velho é o outro*”. Todos nós, alguma vez na vida, ouvimos de um parente ou conhecido mais velho que se recusou a participar de um clube de terceira idade porque lá “só tem velho” (p.14).¹⁸

Maud Mannoni afirma:

A velhice não tem nada a ver com a idade cronológica. É um estado de espírito. Há velhos de vinte anos, como há jovens de oitenta anos. Trata-se de uma questão de generosidade de sentimentos, mas também de uma maneira de conservar em si suficiente cumplicidade com a criança que fomos (Mannoni, 1991, p.15).¹⁹

Além da experiência familiar, desde 1973 comecei a trabalhar e a conviver com pessoas portadoras de doenças crônicas degenerativas em atendimento em Instituições de longa Permanência (LPI), hospitalar e domiciliar. Minha experiência nesses longos anos atinge pessoas categorizadas como sendo da

terceira idade até a 5ª idade (acima dos 85 anos), com níveis socioculturais diversos e de diferentes nacionalidades, pois trabalhei, além do Brasil, também em Israel onde o número de idosas é grande. Nesse país se apresenta uma particularidade que chama a atenção de quem é estrangeiro: poucos são os nativos cronologicamente considerados idosos, uma vez que Israel é um país muito novo. A maioria da população idosa é composta por imigrantes que geralmente não só persistem em falar o idioma materno, como carregam consigo uma herança cultural de valores, crenças, mitos, estilos de vida de seus locais de origem. Isso significa a existência de muitos conflitos geracionais por parte dos velhos em relação à cultura dos jovens israelenses.

Trabalhando com idosas de origens diferentes, lá e cá, várias vezes tenho me confrontado com muitos questionamentos. Em um passado recente, trabalhando em uma cidade interiorana de Minas Gerais e com grupos de idosas em graus diversos de dependência, oriundas das zonas rurais circunvizinhas ou pertencentes ao município onde estavam em Instituição de Longa Permanência (LPI), ouvindo histórias, trajetórias e vivências descritas com saudosismo próprio da idade: o desejo de ter forças para voltar a capinar e plantar e ter um pedaço de terra era o maior anelo de muitas mulheres com as quais tive uma relação profissional como fisioterapeuta.

As vivências são muito diversas, no atendimento hospitalar, nos cuidados domiciliares e nas instituições asilares. Nos contextos domiciliar e asilar, a convivência é diária, facilitando vínculos. Nessas circunstâncias o fisioterapeuta passa a ser um interlocutor, um canal de escuta das histórias, das alegrias, das tristezas e dos conflitos intergeracionais.

Nos asilos onde trabalhei muitas frases de pacientes ainda hoje me marcam, como a de uma senhora, que, ao chegar muito nervosa ao setor, ao ser questionada, sobre o que ocorria, ela simplesmente respondeu: “a *velhice*”. Nesse momento, usando de argumentos teóricos, tentei contornar a situação dizendo-lhe que o envelhecimento tinha suas facetas positivas, que era uma etapa não só de perdas como de ganhos. “Ela imediatamente, pegando em meus braços, fixando seu olhar nos meus, me disse: “*você fala isso agora. Deixa você ver sua pele murchar, cair; quero ver se você vai continuar a pensar assim*”.

Gilles Deleuze afirma, numa entrevista, que a *velhice* é uma idade esplêndida.

Claro que há algumas chateações, tudo fica mais lento, nos tornamos lentos. O pior é quando alguém lhe diz: ‘Mas não é tão velho assim! Não entende o que é uma queixa. Estou me queixando dizendo: Ah, estou velho. Ou seja, invoco as potências da velhice. E aí, alguém me diz, com a intenção de me consolar: Não está tão velho assim. Eu daria uma bengalada nele. Logo quando estou em plena queixa da minha velhice, não venham me dizer: Até que não é tão velho assim. Pelo contrário, deveriam dizer: Está velho mesmo! Mas é uma alegria pura. Fora esta lentidão, de onde vem esta alegria?’ (Deleuze, 1989, p.45).²⁰

O envelhecimento de um indivíduo é e sempre será diferente do envelhecimento do outro, para cada sujeito e cada idade. Há muitos idosos que podem chegar a essa fase e avaliarem que de fato ela é a melhor etapa de suas vidas. No entanto, essa é uma visão pessoal. Por isso, é preciso ter cuidado para não se esconder, atrás da designação *melhor idade, idade esplêndida*, um eufemismo que encubra as desigualdades presentes na sociedade e que afaste dos idosos a reflexão do lugar que o velho tem na sociedade e na família. O próprio Deleuze, nessa mesma entrevista, comenta:

O que é terrível na velhice? Não é brincadeira. É a dor e a miséria. Não é a velhice em si. O que é patético, o que torna a velhice algo triste são as pessoas pobres que não têm dinheiro para viver nem um mínimo de saúde necessário e que sofrem. Isso é que é terrível. E não a velhice! A velhice não é um mal em si (Deleuze, 1989, p.48).²⁰

Entendo, portanto, os processos do envelhecimento, como discutido anteriormente, como uma fase singular e coletiva, traduzida de forma particular e geral em cada indivíduo e na sociedade como um todo.

De acordo com os autores Bercovich, Camarano, Minayo e Coimbra^{21,22,23}, o fato de o Brasil possuir dimensões continentais, nele se apresentam características regionais e urbano-rurais muito variáveis. As diferenças se dão, tanto pela dinâmica demográfica e de configuração sócio-cultural como de classe social, de gênero, marcando variados caminhos que os indivíduos percorrem ao longo de suas vidas.

Diante do exposto, apresento como centrais, as seguintes indagações:

- Como é viver os processos do envelhecimento, na zona rural de Dom Modesto?
- Como os dom-modestenses percebem, vivem e convivem com os processos do envelhecimento?
- Quem é a mulher idosa de Dom Modesto?
- Como ela se percebe e avalia seu papel na família e comunidade?
- Como são os arranjos familiares a contemplam?
- Como são as relações intergeracionais nessa localidade?

As questões relacionadas acima serão as pistas do caminho metodológico que seguirei, tomando como elementos de investigação, o “universo de

significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, (...) relações e processos” (p.21)²⁴

I.2. Marco teórico e Contextualização

O presente trabalho organiza-se tomando como base, como já foi dito: os processos do envelhecimento feminino, na zona rural. Portanto, trabalho o rural como espaço de vida e trabalho, de rede de relações sociais e como uma paisagem ecológica e cultural. Estudo também as representações específicas de pertencimento, de desejo ou de projeto de vida dessa localidade, por meio das histórias de mulheres idosas.

2.1. Interfaces do envelhecimento

Segundo o documento da OPAS¹⁴ o envelhecimento da população é um dos maiores triunfos da humanidade e também um dos grandes desafios. Uma redução, nas taxas de fertilidade e um aumento na longevidade irão assegurar o contínuo agrisalhamento da população mundial, apesar da diminuição da expectativa de vida em alguns países da África (devido à AIDS) e em alguns estados recém-independentes por causa do aumento das taxas de mortalidade, por doenças cardiovasculares e violência.

O vocábulo envelhecimento em sua construção sócio-histórico-cultural e econômica traz consigo outras denominações e para o entender recorro a artigos de Peixoto^{25,26}, que discutem a comparabilidade histórica entre Brasil e França, dos termos velho, velhote, idoso e terceira idade.

Na França, a construção histórica social da palavra velha (vieux) ou velhota (vieillard) varia de acordo com o status social do sujeito. Aqueles que não possuem um status social diferenciador são considerados velhos ou velhotes, enquanto os ricos e poderosos são designados idosos (personne âgée) e jamais são considerados velhos. É o caso de senadores, presidentes, artistas e entre outros. O termo velho é também, segundo Peixoto²⁵ uma construção social sob a ótica do trabalho: velho se refere aos que não mais estão no mercado laboral. Nesse sentido, e numa sociedade marcada pela ética do capital e do trabalho, a noção de velho esteve fortemente assimilada à decadência, à incapacidade e à pobreza, não somente no Brasil como em outros países. Nesse texto, a autora cita que, na França, o envelhecimento como tema de estudo já fora abordado pela Marquesa de Lambert, que em 1748 escreveu um guia para as mulheres envelhecidas “*Traité de la vieillesse*”, exortando-as à paz e à piedade para terem um final de vida tranquilo. Porém, foi somente no século XIX que os franceses passaram a dar um tratamento social ao tema da velhice^{25,26}.

Há várias classificações da sociedade para a etapa do envelhecimento. Para Debert²⁷, as formas pelas qual a vida é periodizada, as categorias de idade presentes em uma sociedade e o caráter dos grupos etários nelas constituídos são do ponto de vista da antropologia, um material privilegiado para se pensar a produção e a reprodução da vida social. Estas dimensões são fundamentais nos estudos etnográficos que se preocupam com tipos de organização social, formas de controle políticos e especificidades das representações culturais.

A expressão “terceira idade”, por exemplo, não veio para substituir o termo velhice, mas para marcar que dentro do próprio envelhecimento existem etapas diferenciadas com necessidades culturais, sociais e psicológicas específicas. Na França, além do termo “terceira idade” surgiu uma nova expressão para distinguir os jovens idosos dos idosos velhos: a quarta idade (pessoas com mais de 75 anos) e com o alargamento da expectativa de vida a criação da nova denominação a 5ª idade (pessoas com mais de 85 anos).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) criou um corte etário para tratar do envelhecimento, o qual se refere à população de 60 anos ou mais. E as Nações Unidas (ONU) dividem os idosos em três categorias: os pré-idosos (entre 55 e 64 anos); os idosos jovens (entre 65 a 79 anos ou entre 60 e 69 anos para quem vive na Ásia e região do Pacífico): e os idosos de idade avançadas (com mais de 75 ou 80 anos). Os com mais de 80 anos são e vão continuar sendo na sua maior parte, do sexo feminino no caso brasileiro. Seguindo os padrões etários em sua classificação, Debert²⁸ assinala a de jovens idosos (65-75) e idoso-idosos (75-85 anos). Ainda seguindo esse raciocínio Debert²⁸ considera que, com a extensão do tempo de vida, novos estágios específicos são propostos para a velhice a partir da combinação da idade e da capacidade funcional dos idosos, uma vez que não é possível homogeneizar a população de 65 anos e mais. Assim, os idosos mais idosos, ou seja, aqueles com mais de 75 ou 85 anos, considerados associadamente por meio de indicadores de independência funcional, colocarão em cheque as estruturas atuais.

A partir da perspectiva histórica, Guillemard²⁹ mostra que a visibilidade atual da questão do idoso passa por três conjuntos de transformações que vão do período de 1945 aos dias atuais. No primeiro período (1945-1960) a velhice é associada à situação de pobreza; no segundo, de 1960 a 1967, é vinculada à idéia de solidão e de marginalidade; e, no terceiro, caracterizado pela idéia da pré-aposentadoria. Nem sempre é fácil haver uma cultura em que o envelhecimento não seja só mais uma etapa, e reflita também, mais um período de acumulação de experiências e conhecimentos. O reconhecimento de sua posição na sociedade e na família e seu papel intergeracional é o grande passo que uma sociedade, nos tempos atuais, poderá dar se quer trilhar os rumos dos direitos humanos específicos desse grupo social.

Ver somente os processos do envelhecimento, sob a ótica da idade cronológica, embora a mesma tradicionalmente tenha sido adotada de forma massiva e quase exclusiva nas discussões sobre o envelhecimento, pode envolver uma verdadeira luta política na qual está em jogo a redefinição dos poderes ligados a grupos sociais distintos em diferentes momentos do ciclo da vida. Esse mesmo autor afirma o sentido político do perigo de estratificação das idades com sua célere frase: *“a idade é uma variável biológica, socialmente manipulada e manipulável”* (p.113)³⁰.

Afirmar, contudo, que as categorias de idade são construções culturais e que mudam historicamente, não significa dizer que elas não tenham efetividade. Estas temporalidades do ciclo da vida marcam segregações, definem e institucionalizam as idades para escolaridade, para o trabalho, para o casamento e para a aposentadoria^{25,27,31}. Desta forma, a aposentadoria frisa

a ocorrência da velhice, assim como o adolescente passa a ser um adulto por meio de algum rito específico, como o voto. Tais marcações cronológicas e arbitrariamente impostas nem sempre convêm ao conjunto dos grupos sociais, pois cada um é portador de interesses específicos.

Segundo Thompson³² citado por Debert³³ a partir da análise de história de vida de idosos de diferentes classes sociais na Inglaterra considera que a imagem que eles fazem de sua experiência pessoal é radicalmente contrária ao senso comum. Os idosos que não estão doentes ou emocionalmente deprimidos não se consideram velhos e, no grupo de pessoas de 75 anos ou mais, 4/5 não se sentem solitários. Assim reflete o autor, não é o avanço da idade que marca as etapas mais significativas da vida: a velhice é, antes, um processo contínuo de reconstruções.

Existem hoje vários indicadores para medir o nível de independência funcional, considerando que o grau de dependência oferece dimensões radicalmente distintas às trocas entre gerações. Muitos idosos possuidores de doenças crônicas e degenerativas exigem cuidados especiais, sobretudo quando esses são pessoas de baixa renda, demandando apoio das políticas públicas de saúde. Em muitos casos se configura um quadro de exclusão social, tanto mais grave quando o idoso perder a sua capacidade funcional³⁴.

Viver o envelhecimento, com um nível de independência funcional dá dimensões radicalmente distintas às trocas entre gerações, pois geralmente cabe às famílias o ônus do cuidado³⁴. Featherstone e Heapworth³⁵ apontam que a velhice é vista como um declínio e, sobretudo, como a impossibilidade de ser positivamente valorizada na medida em que já se ultrapassou o ponto

máximo do ciclo da vida, seja do ponto de vista: da capacidade produtiva como trabalhador, da capacidade física e psíquica e da perda gradual da capacidade de controle do corpo e da mente. Em contrapartida, os indivíduos que ocupam posições importantes no país, em uma determinada área profissional, artística ou religiosa, teriam o “espírito” da juventude, reforçando com isso a idéia de que as representações de cada período da vida dizem respeito mais a construções sociais da realidade do que à idade cronológica dos indivíduos.

Assim, se por um lado conceber-se a velhice, como sinônimo de doença, caracteriza um estereótipo, por outro, depositar a responsabilidade de um envelhecimento saudável ao indivíduo significa cair num reducionismo histórico e social, criando-se um novo estereótipo da “eterna juventude” e do mito da imortalidade.

Disciplina e hedonismo combinam-se na medida em que as qualidades do corpo são tidas como plásticas e os indivíduos são convencidos a assumir responsabilidade pela sua própria aparência e saúde. A publicidade, os manuais de auto-ajuda e as receitas dos especialistas em saúde estão empenhados em mostrar que as imperfeições do corpo não são naturais nem imutáveis, e que, com esforço e trabalho corporal disciplinado, pode-se conquistar a aparência desejada. Para Debert²⁸ a responsabilização da saúde e do corpo, através da idéia de doenças auto-inflingidas resultantes de abusos corporais como a bebida, o fumo, alimentação e a falta de exercícios, nesse momento, são cada vez mais explorados, pela publicidade, manuais de auto-ajuda, profissionais de saúde e outros.

Em conclusão, a velhice, como tema de pesquisa está marcada por armadilhas dos pressupostos considerados básicos pela pesquisa antropológica sobre questões do envelhecimento: a velhice não é uma categoria natural, mas uma categoria socialmente produzida. Faz-se, assim, distinção entre um fato universal e natural do ciclo biológico vivido pelo ser humano e por boa parte das espécies naturais: nascimento, crescimento e morte. Assim como se destaca o fato social - a variabilidade das formas de se conceber e viver o envelhecimento, ao mesmo tempo em que o processo heterogêneo se realiza na pessoa singular.

Diante do exposto, é possível observar que a percepção ou a concepção da velhice realiza-se de diferentes maneiras - uma relação multidimensional e multi-referencial. Levar em conta as idades biológicas, social e psicológica que não coincidem necessariamente com a cronológica é importante, a fim de que se possam compreender melhor as múltiplas dimensões da velhice. Igualmente, isto quer dizer que a velhice não tem tempo definido para se instalar ou começar. Cada sujeito se percebe no tempo do novo estado de ser, situado em um tempo transcorrido da vida, de acordo com as suas limitações e os indicativos sócio-históricos impostos pela própria sociedade a qual pertence. Como todas as situações humanas, a velhice tem uma dimensão existencial, que modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com a própria história³⁶.

O processo biológico do envelhecimento como etapa da vida, é uma fase inevitável, heterogênea, acompanhado de mudanças psicossociais e intra e inter-relacionais do sujeito "velho". Segundo Schroots e Birren³⁷ essas

dimensões são dinamicamente contempladas num contínuo processo de interação humana. A universalização dos comportamentos acerca do envelhecimento não impede de acontecer inúmeras velhices tendo em vista as diferentes formas de viver, simbolizar e representar o envelhecimento em cada sociedade específica. A pesquisa sobre um grupo de mulheres rurais possibilita observar a especificidade do envelhecimento das pessoas no campo, numa situação histórica de transformações e de esvaziamento da vida campesina. Ao mesmo tempo, buscarei mostrar, como atrás de uma aparente homogeneidade, encontram-se diferenciações e singularidades. E isso só será possível por meio de um trabalho etnográfico.

Segundo Malinowski³⁸ para captar a riqueza de significados que permeia a vida social e a cultura de um povo é preciso viver, com-viver e observar o seu cotidiano. Portanto seguindo a assertiva desse autor, esse estudo se propõe a conhecer a organização social, os papéis e os lugares específicos de cada mulher, seu ritmo de vida, os eventos simbólicos mais relevantes em sua vida e as representações que elas próprias fazem de suas vivências.

2.2. Sexo, sexualidade e gênero

Apresento a seguir a configuração dos conceitos de sexo, sexualidade e gênero. Início com uma frase de Scott³⁹, uma das autoras citadas nesta revisão, segundo a qual: “as pessoas que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as idéias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história”. Não pretendo fazer uma revisão ampla sobre a historicidade dos vocábulos e dos conceitos,

mas refletir sobre a sua construção histórica e sociocultural, através de alguns autores que os tratam de forma compreensiva e crítica.

Esta análise se divide em três partes; (1) a primeira trata da construção das relações entre sexo, sexualidade e gênero; (2) a segunda aprofunda a questão do poder envolvida na discussão e na prática das relações entre os sexos; (3) a terceira, discute criticamente os conceitos de sexo, sexualidade e gênero.

O referencial da primeira parte está centrado nas obras de Laqueur⁴⁰, na segunda parte os textos de Foucault^{8,41} e por último, as autoras Scott, Bruschini e Ardaillon, Heilborn.^{39,42,43,44,45}

Os significados dessas duas palavras, sexo e gênero, sempre estiveram presentes nos estudos e reflexões teóricas, desde a época de Galeno até os dias de hoje. Mas, por muito tempo, no campo do saber, as diferenças entre homens e mulheres foram fundamentadas na condição biológica e no sexo e só no decorrer do século XX, essas diferenças passaram a ser concebidas, no plano social, como condição de gênero.

Portanto para se falar de gênero, como uma construção histórico-social, nesse estudo, elegi alguns autores e apontamentos. Primeiramente, Laqueur⁴⁰ em seu livro *"Inventando o sexo"*, apresenta a historicidade e a construção social do tema desde a Antiguidade clássica, em que os dois gêneros correspondem a um único sexo, as fronteiras entre masculino e feminino são de grau e não de espécie e em que os órgãos reprodutivos são apenas um sinal entre muitos, do lugar do corpo, numa ordem cósmica e cultural que

transcende a biologia. Nesse sentido, desde a Antiguidade clássica até ao final do século XVII, o corpo permaneceu fixo em um campo de imagens esmaecidas, ao passo que o *self* como gênero viveu uma história de nuances ao longo das intensas mudanças sociais, culturais e religiosas que separam o tempo de Hipócrates da época de Newton (p.41)⁴⁰.

Para Galeno (filósofo romano de origem grega que viveu no século II depois de Cristo), citado por Laqueur⁴⁰, as mulheres possuíam os mesmos órgãos que os homens, diferindo apenas na sua colocação invertida, portanto menos perfeita. Galeno e seus seguidores ignoravam por completo, não só a especificidade da mulher, como também a qualidade peculiar de seus órgãos reprodutivos. Nessa concepção de sexo único havia lugar para o conceito de gênero: ser homem ou mulher era manter uma posição social e um papel cultural na sociedade, e não, ser um ou outro, de dois sexos incomensuráveis. Nesse sentido, a visão de sexo único era tão profunda que se consideravam os escravos despossuídos de sexo, pela sua não participação na vida social. Por ser tão arraigado na cultura, esse modelo persistiu ainda em livros do século XVIII e XIX. Numa variedade de contextos, os próprios médicos utilizaram por muito tempo essas idéias, temendo, por exemplo, que operárias alemãs que tinham ocupações geralmente exercidas por homens se tornassem mulheres masculinizadas.⁴⁰

Aristóteles que viveu no século IV antes de Cristo, de modo contraditório para alguém que defendia a existência de dois sexos radicalmente diferentes e distintos, apresentava uma versão mais austera que a do modelo de sexo único de Galeno. Como filósofo, Aristóteles insistia que a característica distinguível

da masculinidade era imaterial, acabando com a concepção de diferenças orgânicas. E deviam ser considerados fatos indubitáveis ou mesmo verdades naturais que os homens fossem ativos, as mulheres passivas, que eles contribuíssem com a forma e as mulheres com a matéria para a geração de novos seres humanos.⁴⁰

Os modelos de pensamento anteriores deram lugar, no final do século XVII, a uma nova proposta, a de dimorfismo radical marcado por diferenças biológicas. A descoberta, através anatomia e fisiologia marcada pelas diferenças entre os sexos, desconstrói as assertivas de Galeno e Aristóteles que os órgãos femininos eram uma forma menor de órgãos masculinos e conseqüentemente, que a mulher seria um homem menos perfeito, colocando em seu lugar uma concepção de opostos ordenados e incomensuráveis.⁴⁰

O avanço da ciência moderna marcou esse novo momento, trazendo, entre outras consequências, o expurgo da linguagem metafórica que ligava a reprodução às outras funções do corpo, ao mundo natural e ou à grande cadeia dos próprios seres vivos. As idéias do sêmen e do ventre da mulher comparados ao fermento no queijo ou ao ferro que atrai o imã perderam ressonância. Na verdade, o próprio termo *geração*, que sugeria a repetição cotidiana do ato divino da criação com todo seu calor e luz, deu lugar ao de reprodução, com conotação menos milagrosa e mais mecânica.⁴⁰

Em alguma época do século XVIII a idéia de sexo que conhecemos foi inventada, repudiando também a concepção religiosa de que diferenças entre órgãos, fluidos e processos fisiológicos refletiam uma ordem transcendental de perfeição. Nesse período, uma classificação científica passa a ser adotada

para os órgãos sexuais – ovários, testículos, vagina e pênis – distinguindo-se em termos lingüísticos, as estruturas específicas que distinguem corporalmente homens e mulheres. O corpo natural torna-se padrão ouro do discurso social, e o corpo da mulher ganha significado tanto na relação reprodutiva como na vida cultural e relacional. No final do século XIX se dizia que as diferenças entre homens e mulheres podiam ser demonstradas não apenas nos corpos visíveis, mas também em seus blocos microscópicos.

A forma como a idéia dos dois sexos foi e continua a ser inventada tem em si duas explicações: uma é epistemológica e outra política.

A explicação epistemológica possui duas articulações. A primeira faz parte da história que conduz a um aumento de conhecimento sobre o corpo, em que o fato passa a ser distinguido da ficção, a ciência da religião, e razão da credulidade. Isto é, monges lactantes, mulheres que nunca comiam e exudavam uma doce fragrância, mulheres que geravam coelhos, mudanças de sexo ao capricho da imaginação, e assim por adiante, passaram a ser consideradas matérias de fanatismo e superstição. Embora tais questões não tenham sido levantadas no século XVIII, foi no seu desenrolar que se aguçaram as divisões entre o corpo e o espírito, entre verdade e falsidade e entre sexo biológico e gênero.⁴⁰

A segunda parte da explicação epistemológica diz respeito ao desenvolvimento da episteme *gênero*, cujo autor seminal é Michel Foucault⁸, a partir do qual entendemos que, além da explicação biológica das diferenças, existem relações entre homens e mulheres marcadas pelo poder. Foucault⁸ com seus estudos arqueológicos do saber colocou luz na idéia aparentemente

inocente de dois sexos incomensuráveis. Esse autor mostrou que não se estava diante nem de uma teoria e nem de avanços no conhecimento científico sobre o corpo apenas, mas de um contexto político que urgia compreender, frente às intermináveis lutas por posição na esfera pública que marcaram o século XVIII e o século XIX pós-revolução francesa: entre homens e mulheres, entre feministas e antifeministas.⁴⁰

Quando por várias razões, a ordem transcendental preexistente ou os costumes de tempos imemoriais se tornaram cada vez menos uma justificativa plausível para as relações sociais, o campo de batalha do gênero mudou para o sexo biológico. A anatomia sexual distinta era citada para apoiar ou negar todas as formas de reivindicação em uma variedade de contextos sociais, políticos, econômicos, culturais ou eróticos. Qualquer que fosse o assunto, o corpo havia se tornado um foco decisivo. A discussão sobre os traços biológicos diferentes e incomensuráveis deu lugar ao debate sobre as diferenças utilizadas para manter desigualdades.

As mudanças sociais e políticas não ocorreram apenas na reinterpretação do sentido dos corpos masculinos e femininos. Um contexto muito maior de transformações deve ser ressaltado na efervescência dos últimos três séculos. Dentre os vários acontecimentos são de fundamental importância no cenário, a ascensão da religião protestante; o desenvolvimento do Iluminismo; a multiplicação dos espaços urbanos; as mudanças socioculturais promovidas pela Revolução Francesa; o conservadorismo pós-revolucionário; o feminismo pós-revolucionário; o sistema de fábricas com bairros familiares adjacentes marcando a divisão social e sexual do trabalho; a organização do livre mercado

de serviços ou produtos; o nascimento da idéia de classes sociais. A reconstrução da idéia de corpo está intrínseca a cada um desses movimentos.

No desenvolvimento da modernidade, vários princípios dualísticos e dicotomias passaram a fazer parte dos valores culturais: divisão entre natureza e cultura, entre emoção e razão, entre particular e universal, dentre outros. Os significados das dicotomias, no pensamento científico, estão principalmente vinculados ao exercício do poder e à dominação do ser humano sobre a natureza, à importância da razão sobre as emoções e aos valores universais sobre os particulares. Isso ocorre também nas relações entre os homens e as mulheres mediadas pela atribuição de maior importância ao masculino.

Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade: pois ela é utilizável em grande número de manobras e pode servir de ponto de apoio e articulação para as muitas outras. Mas não existe uma estratégia única, global, válida para toda a sociedade e uniformemente referida às manifestações de sexo. Para Foucault, a sexualidade aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso das relações entre homens e mulheres, pais e filhos, jovens e velhos, educadores e alunos, padres e leigos, administração pública e população.⁸

A partir do século XVIII quatro grandes conjuntos de estratégias se desenvolveram como dispositivos de disciplinamento do sexo:

- Historicização do corpo da mulher, com a figura da mulher histérica;

- Pedagogização do sexo da criança, com a condenação da criança masturbadora e a interdição do onanismo, que durou quase dois séculos.
- Socialização das condutas morais de procriação como freios à fecundidade dos casais através de medidas sociais ou fiscais e socialização política mediante a responsabilização dos casais relativamente a todo o corpo social: a representação mais cabal é a figura do casal malthusiano.
- Psiquiatrização do prazer perverso. O instinto sexual foi isolado como impulso biológico e psíquico autônomo, figurado na pessoa do adulto perverso.

Em sua obra 'Microfísica do Poder', Foucault⁴¹ define que tais dispositivos constituem um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Em suma, o que é certo de se pensar, o que pode ser dito ou como as coisas devem ser ou não podem ser são a síntese dos elementos dos dispositivos que se constituem em rede e se retroalimentam.

Desdobrando-se essa reflexão, podemos observar que determinado discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece. Ele pode ainda funcionar como reinterpretação de uma prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre os elementos discursivos e as

práticas existe um tipo de jogo, em que uns e outros se legitimam ou se condenam.

É através de tais estratégias de saber e poder que a modernidade atuou fortemente no disciplinamento do sexo das crianças, das mulheres, dos homens e na conduta esperada das pessoas idosas. Portanto, as formas tradicionais de comportamento que até hoje constituem uma cultura de longa duração vêm desse conjunto de dispositivos sociais e não podem ser interpretadas como uma espécie de dado da natureza⁴⁶. Desta forma, a concepção da sexualidade, do namoro, do noivado, do matrimônio, da família nuclear e de parentescos, a transmissão de nomes e de bens são construções humanas por meio das quais o poder é exercido e reproduzido. Pois o dispositivo de aliança, do qual o matrimônio é o símbolo mais perfeito, com os mecanismos de constrição que o garantem, se estrutura em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito.⁸

E assim interagem as diferentes esferas da vida social: o dispositivo de aliança se articula fortemente com a economia pelo papel que desempenha na transmissão ou circulação das riquezas; já o dispositivo da sexualidade se liga a economia através de articulações numerosas e sutis na conformação do corpo que produz e que consome. Numa palavra, o dispositivo de aliança está ordenado para uma homeostase do corpo social, o qual é sua função manter, daí seu vínculo privilegiado com o direito, e o fato de o momento decisivo, para ele, ser a “reprodução” (p.101)⁸. Já o dispositivo da sexualidade tem como razão de ser, não a reprodução, mas a proliferação de inovações e invenções que vinculem o corpo ao prazer.

A família é o permutador da sexualidade na aliança e vice-versa: transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo da sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança. A fixação dos dispositivos de aliança e sexualidade na organização familiar permite compreender certo número de fatos: que a família se tenha tornado, a partir do século XVIII, lugar obrigatório de afetos, de sentimento e de amor; que a sexualidade tenha como ponto privilegiado de eclosão a família, que por essa razão, mantenha o tabu do incesto. Nas sociedades em que predominam os dispositivos de aliança, a interdição do incesto é uma regra funcionalmente indispensável. Mas, onde a família é o foco mais ativo da sexualidade e da prolongação da existência, o incesto por motivos e modos inteiramente diferentes, ocupa o lugar central, sendo objeto de temor, obsessão, mistério e segredo indispensável. O Ocidente mostrou interesse na interdição do incesto porque encontrou nele um meio de se defender.⁸.

Desde o século XVII, o dispositivo de contenção da sexualidade vem se desenvolvendo à margem das instituições familiares e sendo redirecionado pela via espiritual ou pedagógica. E nas famílias, os pais e os conjugues se tornaram seus principais agentes, ao lado da religião, dos médicos, dos pedagogos, e mais tarde, dos psiquiatras que passaram a psicologizar ou a psiquiatrizar as relações de aliança. É nesse contexto que surgem algumas categorias sociais ou médicas: a mulher nervosa, a esposa frígida, a mãe indiferente ou assediada por obsessões homicidas, o marido impotente, o homem sádico e perverso, a moça histérica ou neurastênica, a criança precoce e já esgotada, o jovem homossexual que recusa o casamento ou menospreza a mulher. Cresce, ao mesmo tempo, uma demanda incessante das famílias por

médicos, pedagogos, psiquiatras, padres e pastores, num longo lamento sobre sofrimento sexual, de certa forma legitimando socialmente o mercado de trabalho desses agentes⁸.

Por sua vez, a história da sexualidade na era moderna, segundo Foucault⁸ é centrada tanto em mecanismos de repressão como de afrouxamento. No primeiro caso, desde o final do século XVII, há o crescimento de grandes ondas de proibição, em que se valoriza exclusivamente a sexualidade adulta e heterossexual, há grandes imperativos de decência, contenção e pudores na linguagem. No segundo momento, em pleno século XX, os mecanismos de repressão começam a se afrouxar, passa a existir relativa tolerância a propósito das relações pré-nupciais ou extra matrimoniais, a desqualificação dos ditos perversos vai sendo atenuada e revista sua condenação pela lei. É eliminada grande parte dos tabus que pesavam, sobretudo, sobre a sexualidade das crianças.

A discussão da categoria gênero se baseia em artigos de Scott; Bruschini e Ardaillon, Heilborn; Heilborn e Sorj.^{39,42,43,45.44}

Para Scott³⁹, gênero é a organização social da diferença sexual. Isso quer dizer que gênero leva em conta diferenças físicas e naturais, mas as trata no âmbito das relações e significados. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e por períodos históricos, já que nada no corpo determina univocamente como a divisão sexual será estabelecida. O gênero se torna, assim, uma maneira de indicar as construções sociais das relações entre os sexos e das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres.

Scott³⁹ lembra que, por muito tempo, a expressão gênero foi empregada como sinônimo de *mulheres* principalmente por causa do movimento feminista que durante todo o século XX buscou desnaturalizar a submissão feminina derivada da mentalidade patriarcalista. A intenção desse movimento foi sempre mostrar que as diferenças não deveriam ser vistas como desigualdade de poder. Nos últimos anos, tem-se avançado para uma visão mais neutra em que as duas partes são contempladas, deixando-se à *história das mulheres* revelarem sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas tradicionais) que elas são sujeitos históricos com causas próprias, muitas delas, de busca de superação da opressão de gênero.

Para Bruschini e Ardaillon⁴² em o “Tesouro para estudos de gênero”, esse conceito se constitui como um princípio que transforma as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais, estruturando a sociedade sob a assimetria das relações entre homens e mulheres. A autora lembra que se deve usar o termo *gênero* para todas as referências de ordem social ou cultural, e *sexo* para as de ordem biológica.

Segundo Heilborn e Sorj⁴⁴ o conceito de gênero pertence claramente a uma tradição anglosaxã. Esse modo de cunhar a expressão tem uma inequívoca ascendência marxista, oriunda do conceito de *relações sociais de produção*. Por um lado, as categorias centrais do marxismo focalizadas na produção, no trabalho e nas classes sociais são mais androcêntricas do que as noções de papel sexual apresentada pelo funcionalismo. Por outro, o debate em torno do trabalho doméstico e da participação das mulheres na força de trabalho estimuladas pelo marxismo permitiram, embora de forma parcial,

estabelecer relações entre o significado da família, do trabalho e da política na produção e reprodução capitalista. Desta forma, as autoras entendem que o marxismo contribuiu para que as análises de gênero saíssem dos limites da família, embora seus conceitos tivessem pouca capacidade de dar conta das relações de gênero, ao interior das demais instituições sociais.

O termo gênero para Heilborn⁴³ significa a dimensão dos atributos culturais alocados a cada um dos sexos, em contraste com a dimensão anatomofisiológica dos seres humanos. A expressão assinala o que vem sendo cunhado como perspectiva construtivista em oposição a uma postura essencialista e naturalista, que poderia ser imputada, por exemplo, à idéia de papéis sexuais. O conceito destaca o privilegiamento da dimensão de escolha cultural, pretendendo descartar alusões a um atavismo biológico para explicar as feições que o feminino e o masculino assumem em múltiplas culturas.

O comportamento esperado de uma pessoa de determinado sexo é produto das convenções sociais em contextos sociais específicos. E mais, as idéias acerca do que se espera de homens e mulheres são produzidas relacionalmente. Isto é, quando se fala em identidades socialmente construídas, o discurso sociológico e antropológico está enfatizando que a atribuição de papéis e identidades para ambos os sexos forma um sistema simbolicamente concatenado.

Segundo Mathieu⁴⁷ existem três concepções das relações entre gênero e sexo que costumam estarem presentes nos estudos científicos da medicina, da psicologia e das ciências sociais, sendo ora o referente principal o natural (o sexo), ora o cultural (gênero). São eles:

- A identidade sexual que consagra as diferenças de sexo como estruturadoras da identidade pessoal, da ordem social e da ordem simbólica. A relação entre os dois níveis é homológica: o gênero traduz o sexo.
- A identidade sexuada que expressa a operância de uma ação sofrida, como escolha estilística do passado. Essa visão se apóia na elaboração do social sobre o biológico, mas tendo como base uma correspondência analógica: o gênero simboliza o sexo.
- Identidade de sexo que concebe o gênero como externalidade à realidade biológica do sexo, tendo como fundamento a visão construtiva das relações entre os dois níveis, numa ordem sociológica: o gênero constrói o sexo.

Ou seja, o sexo funciona sempre como parâmetro na variabilidade de relações sociais concretas e de elaborações simbólicas⁴⁷.

Também Joan Scott³⁹ que considera *gênero* uma categoria útil para análise histórica, apresenta como núcleo de sua definição, uma composição integral entre duas proposições em que a primeira é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos; e a segunda, uma forma primária de dar significado às relações de poder. Como elemento constitutivo das relações sociais baseada nas diferenças entre os sexos, *gênero* implica em quatro elementos inter-relacionados. A autora destaca:

- Os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas frequentemente contraditórias, como as representações de Eva e Maria, mitos que contrastam luz e escuridão, inocência e corrupção;

- Os conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos em doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do que é ser homem e ser mulher. Exemplo disso é a obrigação comportamental viril para o homem e sensível para a mulher;
- A noção de fixidez de funções e papéis que leva a aparência de uma permanência atemporal na representação binária dos gêneros. Nesse mesmo sentido, Scott faz uma crítica aos pesquisadores que utilizam a categoria de gênero centrada apenas nas relações de parentesco e ressalta a sua extensão na economia, na organização política e em outras esferas institucionais;
- A identidade subjetiva que incorpora as implicações da cultura. Esses quatro elementos operam numa cadeia de interdependência, por isso, a autora propõe que os processos investigativos sobre gênero precisam incluir análises contextuais que abranjam classe, etnia e faixas etárias, superando-se o reducionismo dicotômico que focaliza apenas o masculino e o feminino.

Em resumo, revisando a historicidade dos conceitos de sexo, sexualidade e gênero e como interagem ao longo da história e entre as sociedades, concluímos que eles atravessam as identidades de homens e mulheres e carregam consigo uma carga simbólica e cultural inegáveis. A natureza desses processos de interação dos atores e de suas ações, portanto, só pode ser compreendida através do tempo e do espaço, pois as categorias *homem* e

mulher são ao mesmo tempo, vazias e transbordantes. Vazias porque não têm significado fixo, último e transcendente. Transbordantes porque mesmo quando parecem estar estabelecidas, contêm dentro de si definições alternativas, negadas ou suprimidas.

Como observamos em todos os autores que trabalham com os temas aqui tratados, o papel da linguagem é central na construção, na comunicação, na interpretação e na representação de gênero. Pois ela não designa apenas palavras, mas sistemas de significação, ordens simbólicas que precedem o domínio real da fala, da leitura e da escrita. Ou seja, o sistema de significados no qual as sociedades representam o gênero se serve da linguagem para definir e articular as regras de relações sociais ou para referenciar suas experiências.

Ora, se a identidade de gênero sempre foi múltipla e dinâmica, hoje essa situação se coloca de forma muito clara em sociedades como a brasileira, em que a provisoriedade e a abertura para mudanças é uma de suas características. Nelas, os atores são conclamados a tornarem-se empreendedores de suas próprias vidas, revolvendo os sistemas sociais de sentidos e de valores, sobretudo quanto ao sexo e aos gêneros, na medida em que esse último termo, na contemporaneidade, contempla relações entre homens e mulheres, mas também entre homens e homens e mulheres e mulheres.

2.3. O espaço rural

No final dos anos 1960, nos países capitalistas avançados e no início da década de 1980 no Brasil, a maioria das construções sociais sobre o rural sugeria o seu desaparecimento acelerado. A idéia do desaparecimento do rural não era estranha para os quadros teóricos das ciências sociais de Durkheim, de Weber a Marx⁴⁸. O pensamento clássico pressupunha a hegemonia do industrialismo e da urbanização na civilização moderna; a substituição da comunidade pela sociedade e da solidariedade mecânica pela solidariedade orgânica; a racionalidade do mundo, dando sentido aos processos sociais em curso; e a generalização do modo de produção capitalista industrialista e urbana em escala planetária. Estava implícito o suposto segundo o qual o novo mundo seria urbano e o velho, rural. Essa diferenciação obviamente era pensada em função dos espaços que historicamente serviam de base aos modelos societários, em expansão e decadência.

No caso de Brasil, vários sentidos vincularam as idéias do declínio: um sentido de esvaziamento demográfico, que trazia grandes impactos sociais e ambientais para os espaços rurais e urbanos; um sentido de diminuição da participação da agricultura no PIB - uma agricultura que perdia a capacidade produzir emprego ocupação tanto em suas modalidades patronais como nas diferentes formas sociais familiares; um sentido de proletarização de grupos rurais e de generalização do modelo de empresa moderna.

Ao lado do evidente esgotamento supracitado, a idéia de generalização da cultura urbana passou a desqualificar a pertinência ao rural, como espaço portador de singularidades e positivities. No entanto, a partir da década de

1990, diversos países registraram processos de reorganização do espaço rural e sua revitalização, por meio de movimentos de reconstrução e ressignificação: do rural como espaço de vida e trabalho, como rede de relações sociais, como paisagem ecológica e cultural e com representações específicas de pertencimento, de desejo ou de projeto de vida.

O conjunto de características materiais e imateriais a que aqui se refere em relação ao espaço rural, apresenta uma singularidade e uma dinâmica própria, mesmo se articuladas integralmente ao mundo urbano, no âmbito de um território concreto ou imerso nos processos, redes e símbolos mais gerais da urbanidade. Existe uma dinâmica portadora de desenvolvimento, como diz Jolivet (p.10)⁴⁹: *“O desenvolvimento longe de passar pela ignorância de um rural fadado a desaparecer e a dissolver no urbano, supõe duas dinâmicas paralelas, uma rural, outra urbana, complementares se construindo e desconstruindo uma à outra”* Não se trata de sociedades rurais de caráter totalizador, não se trata de autonomia do rural, em relação ao urbano: o modelo analítico propõe à interdependência, a comunicação, a complementaridade. É esta a percepção que encadeia a possibilidade de reconstrução da ruralidade, enquanto categoria sociológica relevante. A partir deste novo olhar sobre as ressignificações que hoje já ocorrem em vários países capitalistas pretende-se olhar como tal questão vem acontecendo no Brasil.

No Brasil, a definição administrativa do que é rural incorpora tudo àquilo que não é uma aglomeração dotada de alguns serviços. Independente do tamanho, todas as municipalidades brasileiras compõem-se de uma parte considerada urbana - a sede do município, mesmo se ela tiver uma população

bastante reduzida - e de uma definida como rural, caracterizada por habitações dispersas. Wanderley⁵⁰ cita como exemplo: se uma localidade muito pequena, com uma população de até 1000 habitantes é promovida à categoria de município, ela se tornará uma aglomeração urbana mesmo que não ofereça nenhuma experiência urbana a seus habitantes. Nos recenseamentos, seus habitantes são considerados urbanos, o que faz que o Brasil seja visto como muito mais urbanizado do que é na realidade.

Hoje, no país, está havendo um movimento de retorno ao campo e uma releitura sobre o valor e o sentido do rural. Essa releitura se processa como uma crítica da história moderna e sua ideologia do progresso, na qual a cidade grande era configurada, tanto para os cidadãos como para os rurícolas, como uma representação de liberdade, de desenvolvimento e de civilização, como um lugar que possibilitava o pluralismo e uma grande variedade de estilos de vida. Enquanto o meio rural era visto como fomentador de autoritarismo, tradicionalismo, conservadorismo e ignorância.

Ao reverter à perspectiva moderna, nesse momento pós-industrial, a volta ao campo não ocorre de maneira idêntica ao passado. Muitos cidadãos buscam novos ecossistemas seja para ter uma vida mais tranqüila, seja construção de residências, seja para o deleite dos tempos pós-aposentadoria, valorizando-se o campo como espaço de tranqüilidade, silêncio, lazer, atividade turística e outras formas de atividades sócio-econômicas, mas principalmente, do enriquecimento das identidades individuais e coletivas⁵¹.

Apesar desse movimento pós-industrial, existe ainda uma arraigada representação social do rural como o lugar do atraso e do conservadorismo de

um lado, e do lugar da identidade presa a terra e aos hábitos do campo, de outro. Nesse último caso, sobretudo, existe uma contraposição entre *gente da roça e gente da cidade, os nascidos e criados e os de fora*. Tais identidades foram construídas pelas representações de um passado comum, de um tipo de atividade econômica e de um estilo de vida. Segundo Mathieu⁵², permanecer no rural, nos seus estabelecimentos agrícolas mesmo se exercendo outros tipos de trabalho, possibilita manter um ponto de referência e pertencimento, conservar as redes sociais de parentesco, os laços com a localidade, com a memória social, manter âncoras: a casa, o estabelecimento, a comunidade a partir da qual as pessoas saem, movimenta-se, mas para onde podem convergir em caso de crise e onde podem desenvolver outros tipos de atividades temporárias ou permanentes.

No Censo Demográfico de 1991⁵³ visando a atenuar os problemas decorrentes, em grande medida, da não atualização dos perímetros urbanos, o IBGE introduziu novas categorias para classificar as áreas rurais:

- Áreas rurais - extensão urbana: áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 01 km), resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município.
- Áreas rurais - povoados: aglomerações, no espaço rural, que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuírem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou disposta ao longo de uma via de comunicação, e com serviços para atender

a seus moradores, da seguinte forma: pelo menos um estabelecimento comercial vendendo bens de consumo e pelo menos dois dos três serviços seguintes: estabelecimento de ensino de primeiro grau, posto de saúde e templo religioso de qualquer credo.

- Áreas rurais - núcleo: aglomerado rural isolado (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina, etc.) e que dispõe ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados.
- Áreas rurais - outros: aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculados a um único proprietário.
- Áreas rurais - "exclusive": áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se como áreas rurais propriamente ditas.

A pequena expressão numérica da população rural aparece progressivamente nos estudos demográficos e de forma particular nos dados do Censo de 2010 (86,4% urbana contra 15,6% rural). Isso se deve, dentre outros fatores, à criação de 58 novos municípios nas diversas regiões do país, com ênfase para o Sul (29), todos eles no Estado do Rio Grande do Sul; e entre 2000 a 2010, na região Centro-Oeste, vinte (20) novos municípios foram criados, sendo 15 no Estado de Mato Grosso. Os estados que possuem menos população urbana estão no Norte e no Nordeste e são o Maranhão (63,1%), o Piauí (65,8%) e o Pará (68,5%)⁵.

Assim, a fim de se viabilizar a pesquisa, optei por considerar o critério administrativo determinado por este Município (habitações dispersas-áreas

rurais exclusive) na delimitação da área rural que estudarei, sem, contudo, ignorar outras dimensões.

I.3. REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1. Marco teórico da abordagem metodológica

O primeiro ponto da abordagem metodológica foi o levantamento bibliográfico sobre o tema do envelhecimento e da velhice e sobre o método etnográfico. Em seguida apresento o roteiro metodológico que apliquei nesse estudo.

Realizei uma pesquisa bibliográfica na Biblioteca Virtual de Saúde e no DeCS para um embasamento teórico e metodológico sobre o tema utilizando-me das seguintes palavras chave para o desenvolvimento do projeto de pesquisa: envelhecimento, velhice, velho (os/a/as), idoso (os, as), mulher (es) e rural. Em cada um destes descritores acrescentei a palavra rural e mulher (es) e o resultado foi um número decrescente de publicações, evidenciando uma lacuna nos estudos que apontam diferenças de gênero no padrão da estrutura familiar e no contexto social nos processos do envelhecimento. Não cabe aqui discutir em detalhe os resultados dessa pesquisa, que no momento encontra-se em aprofundamento para a solidez do embasamento e das discussões das relações entre gênero, idosa, relações sociais e contexto rural que apresentarei na discussão dos resultados. Portanto, irei somente descrever algumas questões encontradas nessa busca.

A primeira que chama atenção diz respeito ao fato de que, embora o crescimento mundial do envelhecimento seja maior na população feminina, a

palavra idosa empregada nos descritores da saúde não se refere à mulher em particular, mas à pessoa idosa ou à população idosa. O termo velho (a) na busca do índice por palavras não se encontra nos resultados, e não se refere à presença de humano, mas ao gênero de parasito ancilóstomo do velho mundo, arenavirus do velho mundo, barba-de-velha e macacos do velho mundo. A palavra “velha”, não apresenta resultados em qualquer busca.

Na procura do DeSC pelo termo “idoso” encontrei nove categorias de assuntos com suas respectivas definições: (1) maus-tratos ao Idoso (maus-tratos emocionais, nutricionais ou físicos causados a uma pessoa idosa, geralmente por membros da família ou por funcionários de uma instituição); (2) serviços de saúde para idosos (buscam a atenção integral ao idoso, numa perspectiva de prevenção, com o objetivo de manter sua autonomia e independência e diminuir as limitações: a atenção integral pressupõe a assistência à saúde em suas diversas especialidades e o desenvolvimento do potencial humano do idoso, com a valorização das habilidades pessoais e experiência de vida, a participação comunitária e a inclusão social); (3) meia-idade (45 a 64 anos); (4) idoso de 80 anos ou mais; (5) Idoso (uma pessoa de 65 a 79 anos de idade); (6) saúde do idoso (refere-se à saúde e ao bem-estar das pessoas de idade avançada e à prestação de cuidados de saúde adaptados aos problemas especiais dessas pessoas. A saúde na terceira idade depende, sobretudo, dos cuidados no passado); (7) idoso fragilizado (adultos velhos ou indivíduos maduros que estão tendo falta de força em geral e são excepcionalmente suscetíveis a doenças ou outras enfermidades); (8) saúde do idoso institucionalizado (refere-se à condição física e mental das pessoas de idade avançada e que estão recebendo serviços de paciente de longa duração

ou que residem em um cenário institucional); (9) nutrição do Idoso (definição segundo a OMS- nutrição do indivíduo com 60 anos ou mais (países em desenvolvimento), que se encontra mais propenso a apresentar alterações no seu estado de saúde frente a um agressor, externo ou interno, tornando-o alvo maior de doenças). Ao filtrar os resultados gerais da base Lilacs, Medline e Scielo com as palavras-chave submeti os artigos encontrados a uma análise de similitudes e diferenciações, na qual os resultados serão discutidos a posteriori. Dos referenciais pode-se inferir que o envelhecimento feminino, numa perspectiva numérica demográfica é sempre citado, bem como a dicotomia entre o rural e urbano, mas poucos trabalhos discutem e aprofundam a perspectiva gênero no espaço rural.

O material que li sobre abordagem qualitativa se preocupa com os meios para a compreensão interpretativa da ação social. No conceito de ação, a sociologia compreensiva inclui todo o comportamento humano quando e até onde a ação individual lhe atribui um significado subjetivo. Em uma investigação qualitativa, trabalha-se com atitudes, crenças, comportamento e ações, procurando-se entender a forma como as pessoas interpretam e conferem sentidos a suas experiências e ao mundo em que vivem⁵⁴. Embora utilizem diferentes estratégias metodológicas, as abordagens qualitativas todas têm os mesmos objetivos: compreender as relações, as visões e o julgamento dos diferentes atores sobre a intervenção de que são integrantes, entendendo que suas vivências e reações fazem parte da construção da intervenção e de seus resultados. Ou seja, acredita-se que exista uma relação dinâmica entre o mundo real e a subjetividade dos participantes e que essa subjetividade faça parte da realidade^{55,56}.

Dentro das diversas metodologias qualitativas para este estudo, elegi a etnografia, que segundo Geertz⁵⁷ é o método por meio do qual o pesquisador observa, escreve e analisa. Isto é uma espécie de concepção de “veni, vidi, vinci” do assunto - que pode ter conseqüências bem mais profundas do que a observação das aparências apenas. Para Cardoso⁵⁸ o observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e os cotidianos, construindo cadeias de significação. Existe uma série de fenômenos de suma importância que de forma alguma pode ser registrada apenas com o auxílio de um questionário ou documentos estatísticos, mas deve ser observada em sua plena realidade. A esses fenômenos, o autor denomina “*fatos imponderáveis da vida real*” (p. 25)³⁸. Os fatos imponderáveis da vida real são parte integrante da essência da vida grupal, entrelaçados aos numerosos fios que os vinculam às relações sociais e se expressam nas rotinas de poder e das relações de gênero, do cotidiano do trabalho, da casa, das reuniões, das festas e dos funerais.

A observação do modo e do tipo do comportamento, da ação e da vitalidade do costume é indubitavelmente um fato passível de análise e registro. Para Malinowski³⁸ o método adequado de se registrar os aspectos imponderáveis da vida real e o comportamento típico é a observação que leva a estranhar o que parece comum, a indagar sobre o inusitado e a encontrar sentido nos gestos e expressões. Um diário de campo é o instrumento certo para anotar esse cotidiano que o mais usual pode esconder importantes informações.

Em resumo, a etnometodologia estuda preponderantemente os padrões mais previsíveis do pensamento e do comportamento humanos manifestos na

rotina diária; estuda os fatos e eventos menos previsíveis, particularmente no contexto interativo entre as pessoas ou grupos. Baseiam-se na visão da vida social como uma realidade que se constitui de estruturas regras, normas e conhecimentos compartilhados, tornando possível a interação entre pessoas. O papel do etnólogo é descobrir os modelos de racionalidade, subjacentes à ação dos indivíduos e grupos de determinada coletividade⁵⁴. A etnometodologia, em seu sentido estrito, não permite comparação e nem se presta para construir cenários voltados ao futuro, uma vez que ela tem uma perspectiva sincrônica, no entanto, ela pode ter um poder de representação do real e levantamento de hipóteses muito profundo⁵³.

Numerosos investigadores do campo social^{54,57,58,59} comentam que para produzir-se um conhecimento em profundidade sobre determinada cultura ou realidade social é importante mergulhar no seu cotidiano, buscando uma relação de intersubjetividade, seja por meio da comunicação verbal, seja por meio da participação na sua cotidianidade. E no mesmo sentido, Geertz⁵⁷ afirma que praticar a etnografia não é somente estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário. O que define a etnografia é o tipo de esforço intelectual que ela representa: um risco elaborado para uma "descrição densa" (p. 15)⁵⁷. A maior preocupação da etnografia é obter uma descrição mais completa possível e sempre escrita com a comparação etnológica em mente. A etnometodologia considera que a realidade socialmente construída está presente na vivência cotidiana de cada um e que em todos os momentos se podem compreender as construções sociais que permeiam a conversa, os gestos, a comunicação, sem a pretensão de produzir análises culturais totalizantes⁵⁴.

O trabalho de campo envolve métodos e procedimentos os quais têm que ser radicalmente indutivos para a seleção do que deve ser importante para a pesquisa. As categorias ou temas selecionados para serem observados não são necessariamente escolhidos previamente; na maioria das vezes, a escolha se dá a partir do desenvolvimento do trabalho de campo, cujo movimento durante o processo de pesquisa é dominado por hipóteses progressivas, pois a cada momento de reflexividade sobre o trabalho, modifica-se o caminhar e cria-se um movimento próprio baseado nos achados de campo. Indução e dedução, enquanto procedimentos analíticos estão constantemente em diálogo, de tal forma que, embora exista um momento forte e de concentração depois que todo o material é coletado, durante todo o processo de trabalho de campo a análise ocorre, dando continuidade e tecendo um fio condutor entre as entrevistas, a observação e a reflexão sobre ambas⁶⁰.

A prática etnográfica não é realizada num vazio emocional e neutro quanto a qualquer interferência da subjetividade. É uma prática que exige empatia e envolvimento, pois ela ocorre no terreno das relações humanas. São estas relações que permitem distinguir sentidos e significações. O pesquisador se coloca em campo, diante de gente de carne e osso, sendo ele próprio de carne e osso e sua pesquisa será sempre o resultado possível dessa interação. Segundo Da Matta⁶¹ para realizar um trabalho de campo, o primeiro passo é situar-se, ver e sentir o espaço.

Para cumprir os objetivos desta pesquisa iniciei uma etnografia da localidade, realizando um mapeamento fotográfico (descrição geográfica) mostrando a diversidade entre o rural esparso e o rural aglomerado. Uma

descrição etnográfica das mudanças ocorridas no plano micro-social e como se repercutem nas relações intergeracionais. Como abordagem metodológica, usei os recursos de história de vida na escuta dos relatos focalizados em como as mulheres idosas rurais vivenciam os processos do envelhecimento no momento histórico atual. Segundo Fraser⁶² citado por Minayo⁵⁴ a história de vida é a história vista pela política interna das classes, do povo que sente, e o sentir constitui a base de seus atos. O que as pessoas pensam, e o que elas pensam que pensam, também constitui um fato social importante cada vez mais incorporado na historiografia pelos historiadores das mentalidades.

A abordagem da etno-história (história de vida, narrativas de vida, história oral), é mais do que uma técnica ou procedimento, nem pretende formar arquivos orais, diria antes que é antes um espaço de contato e influências interdisciplinares, sociais, em escalas e níveis locais e regionais, com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas, de processos histórico sociais, centrando sua análise na visão e versão que dimanam do interior e do mais profundo da vivência e convivência dos atores sociais. Mais do que “dar voz”, contudo, a história oral permite aos pesquisadores que se ouça e veja o Outro, entendendo a lógica desse Outro situado em contextos culturais diversos. Pode-se dizer, então, que o historiador deve “dar ouvidos” ao que o Outro fala, abandonando, assim, uma postura autoritária de tentar ser o porta-voz de quem quer que seja.⁶³

Portanto a abordagem etno-história é um instrumento em que o processo de lembrar é um meio de explorar os significados subjetivos e objetivos das

experiências vividas e a natureza da memória individual e coletiva; pode ajudar às pessoas a reconhecer e valorizar experiências que foram silenciadas, enfrentar aspectos difíceis e dolorosos de suas vidas, contribuir para divulgar experiências vividas por indivíduos e grupos excluídos ou marginalizados em narrativas anteriores.

A chave da abordagem etno-história, por possuir uma flexibilidade intrínseca, uma vez que se move entre a exploração e o questionamento dos fatos e sobre os fatos à medida que as entrevistas ocorrem, permitem a verificação e reformulação das hipóteses durante o processo de trabalho de campo, criando-se uma teoria (não empirista) fortemente ancorada na realidade social⁵⁴. Segundo Neto⁵⁹ a história de vida permite ao informante retornar sua vivência de forma retrospectiva, com uma exaustiva interpretação. Nela geralmente acontece a liberação de pensamentos críticos que, muitas vezes, nos chegam em tom de confiança. Através dela busquei encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir do individual.

Dentro do espaço rural, centrei-me na história de vida das idosas de Dom Modesto para entender como a singularidade de suas experiências vivenciais e individuais de envelhecimento e como elas as vinculam ao contexto social e histórico e como interpretam seus significados no presente.

3.2. Questões principais que orientaram a pesquisa

Para ouvir as histórias de vida fiz uma introdução na qual procurei situar a pessoa a respeito da importância de conversarmos sobre as recordações sobre os períodos de infância, adolescência, vida adulta e envelhecimento na vida da

roça, buscando sempre o aprofundamento de questões do passado em comparação com o hoje para isso, apresentei uma listagem de temas que serviram de lembrete para mim:

- Como a pessoa se sente hoje, em relação a sua vida atual e ao passado, ou seja, em relação à época da juventude e à época de criação dos filhos, (essa é questão para criar um clima de confiança e esquentar a conversa).
- Como foi sua infância e nela os fatos mais marcantes: que diferença observa em relação às crianças de hoje.
- Como foi a adolescência e a juventude e como as mulheres viviam essa esta na época de seus pais e avós. Que diferenças a pessoa observa em relação à vida das adolescentes e jovens de hoje.
- Se a pessoa se casou, como isso ocorreu e que importância teve na sua vida. Se não casou, porque não o fez e como vê esse fato a partir de hoje.
- Em relação ao envelhecimento, como vê essa etapa da vida, quais são as vantagens, as dificuldades e como se compara com o envelhecimento do homem.
- Como era a vida de trabalho – o que a pessoa fazia, o que ganhava, de que vivia - da pessoa como jovem, casada ou adulta sem se casar. Como é hoje sua vida de trabalho ou que atividades a pessoa tem hoje.
- Como vê a sua condição de vida hoje e como era no passado.
- Se a pessoa tem direitos sociais, se recebe ajuda financeira em caso de necessidade e se tem rede social de apoio.
- Se já ouviu falar de que algum idoso da localidade sofreu violência (dos filhos, parentes, netos, dos serviços públicos. Se a própria pessoa se sente vítima de violência.

- Como a pessoa vê a continuidade da vida e do trabalho no campo a partir de sua família, de outras famílias ou de empresas ou pessoas que compram as terras.

3.3. Contextualização do universo da pesquisa: a localidade de Dom Modesto

O segundo ponto dessa abordagem metodológica é a descrição da localidade onde a pesquisa ocorreu. A escolha de Dom Modesto teve como critério o fato de ser uma comunidade com um passado de tradição agrária com grandes fazendas de café, produto este que, embora em menor quantidade, ainda, nos dias de hoje se constitui em fonte de renda e trabalho sazonal para homens e mulheres da localidade. Outra razão que me levou a escolher essa localidade é o fato de já ter aí realizado uma pesquisa sobre a categoria “gênero”. Nesse estudo anterior, observei que toda a família durante o período da colheita desloca-se para o campo, o que interfere até mesmo no funcionamento da rotina escolar. Nessa etapa de trabalho intensivo, há um esvaziamento de frequência nas escolas. Esse fato ocorre pela prioridade local à maior ou, para muitos, a única fonte de renda e de equilíbrio financeiro dos grupos familiares.

Dom Modesto é o menor distrito populacional do município de Caratinga. Sua população soma 1014 habitantes, sendo que em sua área urbana (sede) vivem 424 habitantes assim distribuídos 201 mulheres e 223 homens. Na sede se encontram 33 mulheres acima de sessenta anos.

A área rural possui 590 habitantes com a seguinte distribuição: 275 mulheres e 315 homens. Dentro da população feminina se encontram 37 mulheres na faixa etária de sessenta anos ou mais. O número de idosos de Dom Modesto, segundo os dados de contagem da população do IBGE⁶⁴ é de 141, sendo 70 mulheres e 71 homens. Esses dados sobre a população idosa mostram um equilíbrio entre os sexos, embora na área rural existam mais homens acima dos 60 anos que mulheres. No distrito há um total de 301 domicílios, sendo 128 na sede e 173 na zona rural.

Em Dom Modesto há uma escassez de equipamentos sociais públicos e privados. Chamou-me atenção o fato de atualmente não haver aí nem uma farmácia. Mas esse distrito já viveu tempos melhores quanto aos recursos comerciais e culturais que, segundo uma idosa com quem conversei, foram mais importantes que os do próprio município de Caratinga ao qual esse distrito pertence. Buscando documentos históricos, pude iniciar uma leitura aprofundada sobre a trajetória de esplendor e de decadência do distrito.

3.4. Escolha da amostra

Neste estudo trabalhei com uma amostra de 27 mulheres acima de sessenta anos que vivem na zona rural de Dom Modesto além de ter conversado e participado da vida cotidiana das famílias que vivem no núcleo do distrito e de várias que moram em áreas dispersas no campo. Nesta amostra para escutar as histórias de vida, levei em conta vários aspectos: mulheres provenientes de famílias de fazendeiros e mulheres de famílias trabalhadoras. Estabeleci grupos separados de 60 a 69 anos; de 70 a 80 anos; e acima de oitenta anos. O convite para participação da pesquisa foi realizado após a

missa de domingo na igreja mais antiga do distrito e através de visitas domiciliares. As mulheres que participaram conversaram sobre seus vínculos conjugais, familiares e de pertinência a outros grupos sociais ou instituições.

3.5. Organização do material e análise

Este trabalho, como já foi dito, tem uma estrutura triangular, cujos vértices são: envelhecimento, as mulheres sob a perspectiva de gênero e condição rural, temas que em intercessão, são aqui organizados em quatro blocos. Os temas analisados foram os que surgiram como relevantes, constituindo verdadeiras unidades de sentido a partir das histórias de vida e da observação participante. E eles foram aqui tratados em cinco capítulos.

(1) No primeiro denominado: “A entrada no campo”, descrevo minhas primeiras incursões, dificuldades e soluções encontradas; o contexto através de documentos e oralidade dos nativos; a descrição das estruturas, dos sentidos, da topografia e do contexto da localidade.

(2) No segundo, apresento uma breve revisão teórica sobre o processo do envelhecimento e suas interfaces e como essas questões são vivenciadas pelas mulheres.

(3) No terceiro discuto questões relativas ao espaço rural e suas transformações à luz da produção literária sobre a temática, considerando o campo como um lócus de vida e trabalho, de rede de relações sociais e também como uma paisagem ecológica e cultural.

(4) No quarto, faço uma pequena revisão histórica do conceito de gênero e sobre como o patriarcalismo imperava e com menos intensidade ainda impera no mundo rural e como isso repercute no processo do envelhecimento. Conto as histórias de vida narradas pelas entrevistadas.

(5) No quinto, trato da questão do envelhecimento e da aposentadoria e, essa última, não apenas como um descanso merecido, mas como um mecanismo de produção de valor de troca no campo.

Na análise do material tento fazer uma intercessão entre as teorias estudadas e a realidade empírica, tal como é recomendado nos estudos etnográficos, de forma a produzir um texto, ao mesmo tempo descritivo e analítico.

3.6. Aspectos éticos

Esta pesquisa foi encaminhada para aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Fernando Figueira (IFF/FIOCRUZ). As informações coletas serão mantidas confidenciais, não sendo divulgados os nomes dos entrevistados. Os dados serão apresentados agrupados, mantendo-se a confidencialidade sobre as respostas de cada indivíduo. Todas as entrevistadas receberam uma explicação clara sobre os objetivos do estudo. Somente foram entrevistadas as mulheres que aceitaram participar e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os princípios éticos fundamentais (autonomia, beneficência, não-maleficência, justiça, equidade) foram respeitados em todas as etapas da investigação.

II PARTE

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO TRABALHO DE CAMPO

II. 4. O campo como local de vida e experiência de pesquisa

II. 5. O envelhecimento sob vários olhares

II. 6. O ethos do trabalho rural e a aposentadoria

II. 4. O campo como local de vida e experiência de pesquisa

Como método de trabalho, elegi compreender o processo de envelhecimento de mulheres rurais, sob diversas perspectivas: de longe e de fora, de perto e de dentro, sempre levando em conta o contexto.

4.1. A experiência e as condições do trabalho de campo

Munida de um arsenal de leitura e releitura de um acervo de textos que reconstruí de acordo com meu objeto ao longo do estudo, fui a campo configurado como o distrito de Dom Modesto pertencente a Caratinga-MG, cidade onde residi durante muitos anos. Vale ressaltar que quando morava nesse município, já havia realizado a pesquisa alvo da minha dissertação de mestrado, à qual já me referi e se denomina *“Qualidade de vida: a representação social das mulheres rurais acerca da suas condições de vida”*. Nesse primeiro estudo realizei um inquérito domiciliar e apliquei o Instrumento WHOQOL-Bref criado pela World Health Organization⁶⁵ para analisar qualidade de vida do ponto de vista da saúde. A dissertação, no entanto, havia ficado restrita aos aspectos de vidas das mulheres do núcleo central do distrito e à criação de um grupo focal que aconteceu numa pequena fazenda, em área denominada Córrego do Bertoldo de Baixo.

Hoje, ao retornar ao local onde realizei a pesquisa, observo mudanças na região e, sobretudo, na minha vida, passados cinco anos: eu era casada e meu marido foi essencial como companheiro neste trabalho, atuando como fotógrafo, mediador e motorista. Sempre que havia necessidade de complementação de algum dado da pesquisa eu retornava lá com ele. Hoje sou

viúva e não tenho carro. Morava a seis quilômetros do campo de pesquisa, atualmente moro na cidade do Rio de Janeiro a 477 quilômetros de distância. Isso significou que o trabalho de campo consumiu energias físicas, psíquicas e econômicas. Eu era professora em um centro universitário, hoje sou bolsista da Capes. Ainda não tinha entrado na terceira idade, hoje faço parte da estatística de idosas do país. Para o estágio atual de pesquisa, em lugar do apoio do marido, tive a companhia de meu filho que é ainda muito jovem. É nesse contexto pessoal, com muito mais dificuldades logísticas e profissionais que sai do Rio de Janeiro e fui a Dom Modesto para os primeiros contatos.

Ao chegar a Caratinga, procurei um hotel disponível e compatível com meus proventos como bolsista. Achei uma pensão para pernoitar, registrei-me e sai para localizar o ponto de ônibus e os horários que me levariam ao distrito de Dom Modesto. Embora tivesse morado em Caratinga durante sete anos, não consegui sequer uma amizade profunda, somente fiz e ainda mantenho contato por email ou por telefone com duas ex- alunas, que por sinal trabalham juntas na mesma Instituição (APAE) da qual fui supervisora de estágio em fisioterapia neuropediátrica.

A uma delas devo agradecimentos por algumas vezes ter me hospedado, ou mesmo cedido o espaço da futura clinica, ainda vazia, na qual eu e meu filho dormimos em um colchonete por algumas ocasiões durante o trabalho de campo.

Nesta pesquisa de campo, feita através de viagens de ônibus, tive que buscar as indicações das pessoas perguntando a um ou a outro. Na procura por horários de ônibus, encontrei uma jovem acompanhada por uma senhora

que reside em Dom Modesto. Expliquei-lhes o que iria fazer na cidade e elas, prontamente, convidam-me para um café em sua casa.

O ônibus para Dom Modesto não tem catraca, e seus bancos e assentos são de ferro, não oferecem nenhum conforto. Havia poucas pessoas viajando no primeiro dia de pesquisa de campo. Sentamo-nos nas cadeiras do lado oposto ao assento do motorista. Mais tarde apareceu um senhor, o bilheteiro, com um paninho nas mãos, limpando os bancos e cobrando as passagens. A viagem foi sem novidades, e pela primeira vez conheci a estrada que dá acesso à vila, pelo Córrego do Bertoldo de Cima.

Saindo do centro de Caratinga, ao qual o distrito pertence, o ônibus pegou uma rua calçada com blocos de brita, passou em direção ao bairro mais populoso e considerado mais perigoso da cidade e se dirigiu a Dom Modesto. Logo no início da viagem, meu filho e eu percebemos o porquê de haver no fundo do veículo uma vassoura, um pano de chão e um paninho nas mãos do bilheteiro. Quando terminou a estrada calçada por blocos de brita, iniciou-se uma subida íngreme. O percurso é de terra, montanhoso, inclinado por vezes estreita e tem valas e buracos. No cruzamento com outro veículo a poeira levanta e em geral, algumas senhoras que estavam no nosso ônibus reclamaram da falta de educação do motorista dizendo: *“esse carro que passou não é de Dom Modesto, eles fazem de propósito”*. Seguindo para o alto da estrada, pudemos visualizar, à esquerda, os barrancos de terra e folhas cobertas de poeira e algumas plantações velhas de café, contrastando com a paisagem à direita onde se podia vislumbrar o verde das lavouras de hortaliças, os bois pastando, algumas propriedades e colinas circundantes.

Bem mais à frente, a estrada segue em curva, se alarga e inicia-se um pequeno trecho asfaltado, formando um mirante. A poucos metros de distância observei três cruzeiros. Perguntei ao bilheteiro se ali seria um local sagrado e ele me falou então da curva da morte aonde têm ocorrido vários acidentes. O asfaltamento é novo: foi uma obra realizada após a morte de um dos moradores nascido e criado ali e que tinha o anseio de representar sua comunidade. Seu projeto como vereador era o de levar asfalto à estrada de acesso a Dom Modesto.

Pensando no conforto que um asfalto sem buraco e sem sacolejo oferece, imaginei que a partir de então teria uma viagem mais prazerosa. Mas, ledo engano, pois após poucos metros terminou o asfalto e o desconforto seguiu. Descendo a montanha pude visualizar as terras à direita e à esquerda da janela do ônibus. A presença do gado é predominante e vi pequenas propriedades com plantações de milho e canteiros de verduras e algumas cabeças de cabra. E também no acesso à vila foi possível perceber a presença da COPASA (Companhia de Águas de Minas Gerais), que foi inaugurada no distrito em janeiro de 2010.

Chegamos e me aproximei de um grupo e perguntei por dona Efigênia, uma pessoa a que tinha sido endereçada pelas amigas que encontrei na rodoviária de Caratinga. Antes que alguém respondesse, um senhor em voz alta respondeu “*é a minha esposa*”. Esse senhor logo nos levou a mim e a meu filho até sua mulher, que nos recebeu sorridente e nos convidou a visitar sua própria mãe. Adentramos à casa e fomos apresentados ao casal de idosos: dona Maria Rodrigues Rocha, com 72 anos de idade, cega por causa de uma

catarata e mais conhecida como dona Fiota. Seu esposo Sr. Wantuir tem 96 anos. Ele nos preparou um café. A figura do Sr. Wantuir me chamou atenção: é uma pessoa com 1.96 m. de altura, magro, esbelto, com uma coluna ereta de dar inveja a muitos adolescentes. Ficamos tomando café com broa de milho na cozinha, sentados em um banco de madeira, eu e dona Fiota, Sr. Wantuir e sua neta Tessinha, ao lado da cacimba (cisterna). Iniciamos um “taco de prosa”. Neste encontro eu não usei o gravador.

A partir desse taco de prosa fiquei sabendo que o Sr. Wantuir ainda trabalha de meeiro numa plantação de feijão e milho, que dona Fiota foi mãe de 16 *“todos nascidos em casa, graças a Deus e que agora nove estão vivos.* Ao falarmos da família perguntei-lhe a diferença entre ter filho na sua época e na de hoje. Mas fomos interrompidas com a visita de uma vizinha que dona Fiota me apresentou e foi logo dizendo: *“ela pode ser uma das mulheres que você pode entrevistar”.* Em seguida explicou à vizinha o motivo de minha presença em sua casa e a convidou para participar do grupo de conversa. A visitante respondeu: *“se a comadre falou, eu topo, pois, ela não pede, manda”.* Ficaram as duas a conversar sobre o casamento de uma das moças da comunidade e eu permaneci calada observando e escutando os “causos”.

Retornei no outro dia a procurar uma casa ou um quarto para alugar no Distrito, mas não existia nenhuma habitação vazia. O jeito foi ir e voltar todos os dias para o trabalho de campo. Em um dos retornos a Caratinga, encontrei minha ex-aluna Marcela, que ao nos ver convidou-nos para entrar em sua clínica de fisioterapia e, ao saber do esforço que eu estava empreendendo para realizar o trabalho de campo, ofereceu-me o espaço para que dormíssemos ali,

uma vez que não havia ainda inaugurado seu consultório. Aceitei até conseguir residir na vila, o que me facilitaria muito, pois ir e voltar todos os dias significava uma enorme perda de tempo e muito cansaço.

Primeiramente devo esclarecer como consegui estabelecer-me em Dom Modesto, visto não ter encontrado nenhuma casa para alugar. Na casa de Dona Nina, ao coletar sua história de vida precisei interromper, pois faltavam poucos minutos para a saída do último ônibus. Perguntei-lhe se poderia chegar cedo, pois na primeira vez que vim de manhã, as casas estavam fechadas e alguns moradores ainda dormiam. Ela concordou.

No dia seguinte, retornei, levando pão, manteiga e leite para tomarmos no café. Entre uma conversa e outra, falei do meu cansaço de ir e voltar todos os dias e se ela não sabia se alguma moradora que pudesse me alugar um quarto. Ela disse que sabia. Mas a pessoa que poderia fazer isso era uma senhora “*muito enjoada*”, que era melhor nem mesmo “*assuntar*”. Mas que se eu quisesse fazer as refeições e pernoitar em sua casa que eu seria bem vinda. Assim permaneci, pernoitando e fazendo as refeições de vez em quando, em sua residência. Como forma de pagamento abastecia a casa do que faltava e quando ia para a cidade fazia a compra do mês. No distrito, caminhar a pé foi fácil, pois as casas estão bem próximas.

A partir das andanças, a procurar as propriedades rurais e as casas do vilarejo onde coletaria as histórias de vida das idosas fiz um mapa mental de Dom Modesto.

É preciso ressaltar que por não ter ônibus, táxi, charretes, moto-táxi, e outros meios que me levassem aos locais, fazia o percurso a pé, andando debaixo do sol, “comendo e aspirando poeira”. Quando passava uma moto ou um carro de passeio, nesse momento, era preciso parar por uns instantes, pois o pó se suspendia no ar e perdíamos a visibilidade. Com os veículos em velocidade alta, a poeira chegava a sufocar. Nos percursos, às vezes solitário ou em companhia de um garoto de 10 anos da localidade que aparentava ter menos idade, em momento algum um carro parou para perguntar se queríamos uma carona ou não. Em todos os dias que passei por lá somente em duas ocasiões uma moto e uma charrete me ofereceram carona na estrada. Por diversas vezes indaguei se seria por eu ser uma estranha e não pertencer à comunidade. Mas, em outras ocasiões observei que com as mulheres nativas o mesmo acontecia. Seriam, os motoristas de outras localidades? Mas como explicar o fato de uma moradora, passando mal com falta de ar, retornando para casa em companhia do filho, do sobrinho e do meu filho intentaram por diversas vezes conseguir uma carona, tendo quase que atropelar um veículo para que parasse e prestasse socorro? Tudo isso me intrigava. Era preciso investigar, pois na minha cabeça não tinha cabimento que num lugar tão pequeno acontecessem fatos assim.

Andar pelos e entre os córregos foi uma aventura, nem sempre agradável. Era uma rotina de abre e fecha de porteiras, o temor entre passar ou não pelo meio dos bois que pastavam. Os desafios enfrentados durante os deslocamentos de uma propriedade a outra da zona rural foram minimizados com um bom cajado (pedaço de pau) e pedras nas mãos e na sacola para enfrentar os cachorros que às vezes surgem do nada, latindo e rosnando. Mas

ainda havia o risco de ficar um tempo à espera de alguém, numa encruzilhada, sem saber que caminho seguir e sob o sol escaldante. Assim, além de literalmente carregar pedras na sacola, aprendi a ter comigo uma garrafa de água, uma fruta ou uns biscoitinhos, pois se chegasse nalgum lugar depois do almoço, supunham que eu já tivesse já almoçado e não perguntavam e nem me ofereciam alguma coisa para comer. Mas o café, em todas as casas me era oferecido.

Outra dificuldade que enfrentei foi andar pela estrada na época da chuva, em que o acesso à Dom Modesto é interrompido, paralisa-se o ônibus, criando transtornos para carros e motocicletas que por ali circulam e mesmo para os que se locomovem a cavalo. Pedestres como eu tinham que prestar muita atenção, para não sofrer queda, pois o tênis desliza na lama. Essas experiências possibilitaram-me criar um mapa mental de Dom Modesto para além do espaço físico, um espaço social compreensivo sobre as pessoas que compartilham seus costumes, crença, lendas e história.

4.2. O Dom Modesto de vários atores e de vários olhares

A apresentação de Dom Modesto a seguir, passa por momentos distintos e imbricados, com conceituações produzidas pelas próprias idosas, pelo IBGE, por moradores, por documentos locais, tudo reconstruído por mim, a partir de perguntas, pressupostos e leituras. Como lembram os clássicos da etnografia, o pesquisador quando vai a campo leva consigo um arsenal de conhecimentos adquiridos através de hipóteses e teorias enunciadas, documentadas por escrito, e tem como um dos objetivos a verificação e a validação delas através das fontes orais. É isso que procurei fazer, através das informações orais das

idosas, numa interpretação intersubjetiva, carregada de sentimento, crenças, expressões e opiniões. Isso ocorreu quando as mulheres idosas definiram sua situação, mas também quando me ajudaram a traçar a realidade objetiva da criação e da formação do espaço físico e social, onde elas vivem e vivenciam o processo do envelhecimento.

O escritor Saygılı⁶⁶ afirma que quando não existem arquivos, não existe memória, nem história. Sobre Dom Modesto, memória existe, mas, não arquivos. É através dos relatos das idosas que me referirei a alguns eventos do passado da localidade que busquei averiguar, atestar, corroborar, complementar e (re) construir. Por esse motivo, a retrospectiva da estória e da história, da contextualização do local pode apresentar lacunas. Mas quanto a isso recorro ao pensamento de Ricoeur⁶⁷ segundo o qual, o mundo é o horizonte de todo objeto, que só é observado em parte. Desta forma, há possibilidades infinitas de captá-los, enquanto muitos pontos de vista escapam. Assim, a história será sempre a história contada por alguém e completada por outros. Nesse sentido, as palavras transcendem a todos os pontos de vista e a realidade não se reduz ao que pode ser visto, cabendo ao investigador completar a construção como uma bricolagem, com os instrumentos que possa ter em mãos.

Disse-me uma entrevistada:

A primeira casa que eu construí [foi] um barraco de esteio de taquara. de esteio e tudo cercado de esteio. Antão lá tinha muito rato e chegava a furar aquele buraco lá no chão. De primeiro, era uma dificuldade que a gente passava. As casas eram construídas de barro, quando casei, - casei com 14 anos- não tinha aquela parede ali. Eu mais ele fazíamos tijolo sem saber. E ele fez tijolo até. Batia a forma lá, saía um tijolo e ele que nunca que soube, foi até fazer tijolo para mim. Tijolo tudo esquisitão (riso). A gente não sabe fazer, mas fazia porque não tinha [dinheiro] para comprar e nem tinha para vender. A luz era de lamparina de querosene, era o candeeiro com azeite que

dependurava na parede, ficava aquilo, a lamparina é querosene e o candeeiro era de azeite, feito de mamona. Luz mesmo, só com gerador do Sr. Raimundo Souza Cruz. Poucas casas que tinham, era muito caro. [Mesmo assim] a luz de gerador era muito fraquinha. A gente acordava cedo pra ir buscar água na bica. (92 anos, CBB).

Por meio de depoimentos como este, sabemos que as condições de moradia, de acesso a luz e a água potável eram muito precárias ou inexistentes. Algumas das mulheres, em seus relatos de vida, referem-se à bacia, como o utensílio fundamental utilizado para tomar e dar banho nas crianças. Nas diversas histórias contadas, o uso da bacia vem sempre mencionado junto com o do lençol para enxugar as crianças. Muitas das entrevistadas contam que as toalhas eram muito caras e que o lençol enxuga mais rápido.

Eles [os filhos] estavam mais grandinhos também. A Maria [...] tinha uma grama ali que era quarador [que servia para clarear a roupa ensaboada]. Vai lá Maria, estende isso lá. Na hora que eu ia dar banho em um, o outro já estava enxuto para mim enxugar, mas se não fizesse assim, como eu que eu ia enxugar eles todos?(92 anos, CBB).

Nos tomávamos nosso banho de bacia, eu mais meus irmãozinhos, dois irmãozinhos. (73 anos, IC).

A presença do banheiro (privada, casinha) no exterior da casa era comum, em algumas propriedades de Dom Modesto. A sua permanência é ainda preservada em certas moradias, embora os banheiros já tenham sido transferidos para o interior.

As plantações estão, intimamente, ligadas a estória dessas mulheres, pois 70% das entrevistadas iniciaram sua vida de trabalho na roça, introduzidas pela figura paterna, com a idade entre oito a dez anos. A expressão “ajudar na roça” foi comum, tanto nos discursos das mulheres filhas de donos do terreno (Córregos) como das mulheres que não têm patrimônio. As plantações como

recurso de subsistência, troca e forma de pagamento dos trabalhadores sem terreno, permeia os discursos das idosas.

Depois com a idade de oito anos o pai me punha de madrugada todo dia para levantar pra moer cana, carregar cana ara o engenho de madrugada, mas não era todo dia não (9 filhos, 70 anos, CBB).

Tropa de levar, assim, café para o Lajão, Matipó. Tudo era longe. E lá, não tinha nem um saco, para ninguém comprar. Ele que levava, para vender. Ele que levava essa tropa e todo mundo agradecia a ele. Ele falava assim: se não fosse o Jovito, ele levava a tropa cheia e trazia cheia. Era macarrão, era sal, muita coisa que trazia para o povo compra. E logo ele pôs uma vendinha também. A vendinha é que ajudava (14 filhos, 92 anos, CBB).

Mantimento colhia muito. Que não tinha nem preço. Não tinha preço. Todo mundo, até empreiteiro tinha seu capado gordo no chiqueiro (14 filhos, 89 anos, CBB).

Nós mexíamos com lavoura, mexia com roça, planta de feijão, canavial, tudo que tinha também nos terreiro, é porcada, é galinha, tudo (12 filhos, 63 anos, ND).

Olhando criação, plantando, e plantando arroz e eu ajudando a capinar (10 filhos, 72 anos, ND).

E tinha que ir pra roça levando comida. Naquele tempo tudo era feito, mas era em casa mesmo, até o arroz que a gente colhia, tinha que socar tudo no pilão (12 filhos, 68 anos, CM).

Papai tinha muito carro de boi porque ele tinha engenho, os carros, as esteiras do carro, eu ajudava ele fazer tudo, para por nos carros, esteira de bambu, de taquara. Papai fazia muita cachaça, rapadura para vender (16 filhos, 89 anos, CBB).

Eu criei esses bacalhaus de filho, tudo na roça, ajudando meu esposo, minha filha. Era capinar milho, é quebrar milho, limpar pé de feijão e apanhar café. Tudo isso eu fazia. Lavava roupa, ia arranjar casa, só dia de sábado. No meio de semana não tinha prazo de lavar roupa e de arranjar casa não. Dia de sábado eu arranjava um balaio grande areava as vasilhada tudo e passava barro branco nas paredes e no fogão. E bosta de boi no chão, aquilo ficava clarinho, verdinho, verdinho (18 filhos, 78 anos, CM).

Trabalhava descalça, plantando café. Ajudando meu pai a tocar lavoura para os outros. Carregava lenha. Balaio de milho tudo nas costas. Saco de roupa (10 filhos, 71 anos, ND).

As plantações de feijão, arroz, milho e a criação de galinhas e porcos fazem parte da história de vida dessas mulheres. Ainda tem a sua continuidade, em pequena produção, tanto nos dois Córregos como no patrimônio. Havia para a subsistência e o excedente era vendido na rua, ou de

porta a porta. As plantações de milho continuam presentes nos córregos e nos fundos das casas, no patrimônio. O milho era e continua a ser utilizado como alimento para os animais, principalmente, para as galinhas. Mas está presente, também, na alimentação dos moradores do Distrito, na produção de pamonha, do mingau, socado para canjiquinha, também chamada “Caldo pelado”, da farinha e do fubá. Este último é utilizado na composição de broas, biscoito, pão e angu. Por exemplo, ele pode ser adquirido na propriedade da Dona Milinha, ou comprado no supermercado da rua, ou seja, da cidade. Novidade, o supermercado traz as compras em casa, quando a estrada permite o acesso.

As galinhas no patrimônio são motivos de desentendimento entre vizinhos, às vezes sérios, chegando a estremecer amizades dando motivos para ficarem tempos sem se comunicar. Brincando eu as alcunhei como “as galinhas invasoras”. Pois elas botam ovos onde não devem, ciscam onde não convém, sujam as roupas que estão ou estiveram no quarador. São inúmeras histórias, tendo como protagonistas, as galinhas invasoras.

Como as entrevistas foram feitas com mulheres que são donas de propriedade e outras que não têm patrimônio, a dicotomia entre exploradores e explorados, no processo de produção dos alimentos, aparece nos discursos:

Não tinha suas coisas direito, porque o patrão quando era ruim tomava os “trem” deles tudo. Eles ficavam na pobreza, isso tudo eu vi, lá (14 filhos, 89 anos, CBB).

E no dia que eu mudei para o outro patrão meu, só o que eu levei para comer foi rapadura, não tinha nada para cozinhar (17 filho, 76anos, CBC).

Nós puxávamos milho até na tropa, mas o lucro que nos tínhamos era tudo do patrão (13 filhos, 71, CBC).

Houve um tempo em que em Dom Modesto passava o trem de ferro, tão tradicional meio de comunicação entre os municípios de em Minas Gerais, criando até uma expressão “trem” para expressar o sentido de coisa, de objeto, de acontecimento ou até de estado de espírito: “ETA trem bão!”. Esse fato foi lembrado por muitas mulheres:

Dom Modesto era muito bom. Mas já esteve pior. Agora está melhorando, mas Dom Modesto era muito bom: tinha transporte, tinha trem de ferro, tinha embarcação de madeira, de cereais, de gado, de galinha, tinha máquina de limpar café, uma porção de armazém de arroz, de café, de tudo quanto há. Tinha correio, era muito animado. Mas acabou. (10 filhos, 84 anos, ND).

Perto da estação tinha uma plantação maravilhosa, onde morava seu Carlito e dona Anita, seu Manoel Vieira, que era dono da fábrica de torrar café, seu Sebastião Vieira, e eles foram abandonando aquelas casas. Tinha Maria Fumaça e ali foi indo assim, foi acabando, foi fracassando. A igreja tinha monsenhor Rocha que vinha, fazia o jubileu, tinha barraquinha, tinha venda, tinha tudo, era muito gostoso. Dom Modesto fracassou um pouco (10 filhos, 80 anos, CBC).

Aqui foi um lugar bem adiantado, aqui tinha máquina de limpar café, tinha comprador de galinha, tinha a máquina que passava aqui, tinha transporte de trem, tinha armazém, era um lugar até bem equilibrado, depois foi fracassando, a linha de ferro acabou, foi fracassando. Foi mudando o pessoal, alguns foram morrendo, mas aqui já foi um lugarzinho bem bom. Agora lá vai levantando de novo, eu creio se Deus abençoar, com a força de Deus e o pessoal ajudando, colaborando com o pessoal daqui de dentro de Dom Modesto, pode tornar a melhorar (10 filhos, 72 anos, ND).

Quando a estrada de ferro chegou, fez um progresso muito grande em Dom Modesto. Dom Modesto tinha um progresso aí, tinha tudo quanto há que precisava em Dom Modesto. Mas depois que a estrada de ferro acabou, acabou o progresso de Dom Modesto. (14 filhos, 92 anos, CBC).

Essa Maria Fumaça passava, passava boi, passava capado, carregavam as coisas para vender em Caratinga. Descarregavam em Caratinga. Tinha farmácia, tinha loja, tinha padaria, tinha açougue, tinha tudo. Aquele grupo [escolar] que está ali, quem fez foi Moacir de Mattos. Fez nessas roças inteiras, os grupos [escolares] que tem na roça, tudo foi Moacir de Mattos quem fez (15 filhos, 94anos, ND).

Cadê aquelas festas que tinha, não tem mais. Tinha cinema, trazia teatro, eles faziam muitas festas, circo, vinha rodeio. Tinha loja (10 filhos, 80 anos, CBC).

A extinção da linha de ferro nesse distrito, de acordo com os depoimentos das mulheres, marca um esvaziamento do espaço físico, e podendo mesmo dizer uma parada no impulso criador de transformação no modo de vida da

comunidade. Essa mudança típica de um Brasil que passou a consagrar os automóveis como meio de locomoção e os caminhões para escoar a produção veio junto com o esvaziamento populacional e social de muitas áreas rurais brasileiras. Nos dias de hoje, resta o sossego.

As frases que descrevem a realidade são recorrentes: *“aqui até que é um lugar bom de se viver. (...) já foi melhor, mas haverá Deus de querer, vai melhorar mais. (...) Mas o pessoal aqui da roça é gente de bem, gente honesta, gente trabalhadora. (...) Lugar tranqüilo de se morar, não troco esse lugar para outro de jeito nenhum. (...) Eu gosto, porque aqui não tem zuera, não tem briga, aqui é mais sossegado. (...) Minha filha está morando aqui comigo mais a neta e meu genro porque eles estão construindo uma casa aqui na posse. (...) Embora (...) aqui na comunidade tem muito marmanjo que não quer nada com nada (...) tem muito velho sem trabalhar aqui.*

A vida na área rural é contraposta à da cidade: *A gente morar na rua (na cidade) tem que ter dinheiro, precisa ter uma casa de morada, pois ficar pagando aluguel é ruim. Esquenta muito a cabeça da gente. E agora aqui não, não paga aluguel, não paga nada. Tem muitos anos que a gente mora aqui, nessa casa. Toda terça feira a gente vai para a igreja ali rezar, nos temos um salão. E depois, na quinta feira nos vamos rezar também, rezar o terço.*

O que se pode depreender dos relatos é que, do ponto de vista das relações de produção, Dom Modesto possui uma população que é dona de patrimônio (fazendeiras) e outra que viveu a sua vida trabalhando ora como meeira ora como empregada. A economia é toda baseada na cultura de subsistência com foco no milho, no café, na engorda de animais como

galinhas, porcos e gado de pequena monta. Houve um tempo em que toda a região tinha significância econômica, mas hoje se observa uma decadência rural que só pode ser revertida *“pela mão de Deus”*. Essa decadência é acompanhada pela diminuição dos bens e serviços prestados, das facilidades de comunicação de uma queda no padrão de vida social e cultural. No entanto, a roça ainda é o lugar significativo de relações e de modo de vida, passível de mostrar vantagens em relação à rua. No interior de Minas, *“morar na rua”* significa morar na cidade.

Segundo livros e documentos analisados, a raiz histórica de Dom Modesto está vinculada à criação do município de Caratinga, segundo a obra *“História de Caratinga”* escrita por Monir Saygli⁶⁶, que corrobora informações obtidas através das recordações das mulheres idosas entrevistadas.

Caratinga foi habitada, em seus primórdios, pelos bugres da tribo dos Aimorés que mantinha um comportamento pacífico em relação aos invasores dos territórios por eles ocupados. Vale ressaltar que o nome Caratinga, origina-se de um tubérculo, muito apreciado pelos índios que o denominavam "caratinga" para significar cara-branca.

A ocupação do atual território do Município de Caratinga é atribuída a Domingos Fernandes Lana, o *“poeiro”*, natural de Araçuaia, município de Viçosa. Ele teria vindo em companhia de amigos, serviçais, escravos, índios catequizados à procura de poaia (ipecacuanha), abundante na região e que, por sua grande procura no mercado medicinal, constituía apreciável fonte de renda e com grande valor comercial. As raízes dessa planta foram usadas no tratamento da disenteria e vendidas pelo médico francês Adrien Helvetius, sob

licença de Luis XIV. A poaia contém um poderoso emético (estimulante do reflexo do vômito). Domingos Fernandes Lana permaneceu na região desde o princípio de 1841 até junho de 1847.

A poaia aparece nas narrativas de três idosas: “*eu apanhei muita poaia na roça*”(…) “*minha avó era homeopata. Minha avó abriu o livro de medicina e viu que caconha era feito de poaia. Minha avó disse agora eu vou curar essa menina*”.(…) “*eu já arranquei muita poaia.*”

Por volta de 1848, atraídos pelas notícias alvissareiras da terra habitada por índios de índole mansa, os irmãos João Caetano do Nascimento, João Antônio de Oliveira e João José da Silva partiram para as terras com o interesse de ali permanecerem. O povoamento se deu através de João Caetano do Nascimento que legitimou, como posseiro, o seu direito sobre vastas sesmarias, trazendo parentes e amigos para participarem da exploração das novas terras. Foi a partir de então que se iniciou o trabalho de derrubada e preparação da terra para plantio de cereais, frutas e legumes, além da criação de pequenos animais e aves.

O Distrito e Freguesia de Caratinga foram criados pela lei providencial nº 2.027, de 1º de Dezembro de 1873 e em 1890 se emancipou de Manhuaçu. Pela Lei Estadual nº 23 de 24 de maio de 1892, a Vila foi elevada à condição de cidade.

Saygli⁶⁶ faz referência à diocese de Caratinga e destaca a figura do **monsenhor Rocha** como vigário capitular (hoje denominado Administrador diocesano) e grande benfeitor de Caratinga (1933-1935; 1935-1937; 1956-57).

As idosas entrevistadas se lembram desse sacerdote: “*quem fez o casamento da gente, foi o Monsenhor Rocha.*” (...) “*ele gostava muito de Dom Modesto queria até morar aqui.*”(…) *Aí, o Monsenhor Rocha começou a fazer a festa do Jubileu.*”(…) “*Monsenhor Rocha falava que eu era a cantora dele. “Monsenhor andava a cavalo para vir celebrar as missas”.*”

Seguindo cronologicamente a história dos párocos da paróquia de Caratinga, a figura do *Padre Modesto Augusto Vieira*, natural de Diamantina, aparece como o quarto a ocupar esse lugar de 1902 a 1912, orientando a população para as coisas de Deus, cuidando de almas carentes, deixando uma invejável folha de serviços prestados o que lhe proporcionou a sagração episcopal em 1912, como Bispo de São Luis de Cáceres. Apesar de sagrado, morreu aos 51 anos de idade, em sua cidade natal, não chegando a tomar posse do local para onde foi indicado (p.71)⁶⁵. A primeira escola de Caratinga foi o *Colégio Dom Modesto* (1919) fundado pelo *Monsenhor Rocha* e dirigido pelo Dr. Eurico Ladeira Loures (com internato e externato). Embora não exista nenhum documento oficial, acredito que o nome do Distrito seja uma homenagem a esse bispo.

Em 13 de dezembro de 1930, chegava a Caratinga o primeiro trem da *Estrada de Ferro Leopoldina*, iniciando uma nova fase de progresso econômico. Nas narrativas, a estrada de ferro é um marco histórico delimitador, e sinônimo de opulência e riqueza. Ao contrário, sua extinção indica a miséria e o esvaziamento do distrito, o que já foi referido e se encontra em vários trechos dos depoimentos das idosas, como o que segue:

Tinha tudo, tinha comércio de fazenda, tinha muita venda. Tinha farmácia, tinha padre, tinha tudo quanto há. Não faltava nada, tinha açougue, tinha padaria,

tinha muita coisa em Dom Modesto. Tinha um progresso muito grande. Depois eles mudaram a estrada lá pra baixo, fizeram uma ponte atravessando lá, asfaltou de lá até Vargem Alegre. Aí acabou o progresso em Dom Modesto, aí Dom Modesto virou uma tapera. Tenho 92 anos, lá vou pra 93 já, nasci aqui, fui criada aqui, e to aqui até hoje (J.B.A, CBC).

A história da linha do trem, marco importante na estória das idosas de Dom Modesto, é citada no livro de Saygli⁶⁶, mas do histórico de sua criação, pouco se tem conhecimento. Após varias pesquisas pela internet em diferentes sites, encontrei o <www.estacoesferrovias.com.br> e o acessei dezembro de 2010. Nele há a história da criação da Estrada de Ferro que cortava Dom Modesto. Ligada à economia do café, em expansão a partir de meados do século XIX, a ferrovia nasceu da iniciativa de fazendeiros e comerciantes da Zona da Mata Mineira, modificando assim o transporte tradicional da produção de café por meio de tropas de mulas, até os portos do litoral. No retorno, os tropeiros, antes da existência da ferrovia, traziam produtos manufaturados.

A linha Três Rios-Caratinga constituía a junção de vários ramais isolados originalmente, uma vez que haviam sido construídos em épocas diferentes. O trecho, entre “Entre Rios” (Três Rios) e Silveira Lobo, foi aberto em 1903 e 1904; o seguinte, até a estação de Guarani, ficou pronto em 1883 e havia sido construído e operado pela Cia. União Mineira, até sua entrega à Ferrovia Leopoldina (EFL), em 1884; o trecho entre esse ponto e Ligação ficou pronto em 1886. Daí até Ponte Nova, o trecho começou a ser operado entre os anos de 1879 e 1886. Entre 1912 e 1926, começou a funcionar a linha até Matipó (Raul Soares) e finalmente, em 1931, a linha chegou a Caratinga, de onde não passou. Havia um trem de Barão de Mauá, no centro do Rio de Janeiro, para Caratinga, via Petrópolis, todos os dias, desde que a linha completa foi entregue, em 1931. Sem trens de passageiros desde os anos 1980 (em 1980

ainda existiam trens mistos fazendo o serviço de passageiros entre Ubá e Caratinga, vindo de Recreio, na antiga linha-tronco da EFL), a linha foi erradicada em 1994 nos trechos Três Rios-Ligação e Ponte Nova-Caratinga. O trecho intermediário consta até hoje na situação de "tráfego suspenso".

Segundo Saygli (p.58)⁶⁶, a Estrada de Ferro Leopoldina forçou o crescimento com a abertura de ruas e facilitou o transporte para outras regiões. Em seu livro, o autor narra que a Leopoldina transportava pessoas e carga, sendo uma empresa que marcou época na história de Caratinga e eu diria, também de Dom Modesto.

Ocasão do jubileu nós vínhamos aqui pra estação ver o trem partir com uma porção de gente embarcando. Era desse jeito que a gente [risada nostálgica].(...) E ia lá pra Dom Lara, sabendo que Dom Lara não está aqui, mas linha afora pela linha do trem.

A data do fechamento do serviço de trem nesse site é 1994, o que não coincide com a narrativa das idosas e nem com a do escritor Saygli⁶⁶, segundo o qual, sem motivo plausível, as atividades foram encerradas em 1978.

Em 2010 chegou à Caratinga o serviço da COPASA e a CEMIG (Companhia Elétrica de Minas Gerais) em 1973. Até 1973, a luz ainda era fornecida por gerador.

Vale ressaltar que, a figura do prefeito **Moacyr de Mattos** (1973-1977) citada pelas idosas, tem seu destaque no livro de Saygli (p.60)⁶⁶ na construção da "rodoviária nova" e no calçamento da avenida que hoje recebe seu nome no Município de Caratinga.

O município de Caratinga localiza-se a (19° 37' 30"), de latitude sul e (42° 09'00") de longitude oeste, posicionado na porção leste mineira, sendo uma

microrregião do Vale do Rio Doce. Sua altitude é de 578 metros. Insere-se na região de planejamento denominada Rio Doce e na microrregião da mata de Caratinga. Tem como principal fonte de renda a *monocultura do café*, a *pecuária leiteira* e de corte, produtos *hortifrutigranjeiros*, além de pequenas indústrias⁶⁵. O Município conta atualmente com dez distritos: São João do Jacutinga, São José do Jacutinga, Santa Efigênia de Caratinga, Patrocínio de Caratinga, Santa Luzia de Caratinga, Santo Antônio de Manhuaçu, Sapucaia, Cordeiro de Minas, Dom Lara e Dom Modesto. Dom Modesto é o menor deles e dista oito quilômetros de Caratinga e possui três vias de acesso, todas são estradas de terra.^{17,63,65}

A seguir, analiso a perspectiva do IBGE sobre o Distrito. Aqui vale a pena revisitar o glossário do IBGE, visto que, os dados preliminares da pesquisa se iniciaram com a fonte do Censo de 2000⁶⁸ e se completaram com informações extraídas da contagem da população e Censo populacional agregada por setores censitários^{5,64}. Para conhecer o território da população que eu iria estudar, fundamentei-me a princípio nas conceituações territoriais localizadas na documentação do arquivo como citei na introdução⁶⁴. Nessa fonte encontrei que, de acordo com os aspectos político-administrativos, o Brasil está dividido em unidades territoriais: Estado, Município, Distrito e Subdistrito. Os distritos e subdistritos são unidades administrativas municipais, criadas através de leis ordinárias das Câmaras Municipais e sancionadas pelo prefeito. Segundo a localização do domicílio, a situação é urbana ou rural, conforme definida por lei municipal em vigor em 1º de abril de 2007. Em situação urbana consideram-se as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais),

às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. Aqui apresento as divisões, conceitos e códigos.

Urbano (códigos: 1; 2; 3)

(1) Área urbanizada de cidade ou vila é a legalmente definida como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e as reservadas à expansão urbana.

(2) Área não-urbanizada de cidade ou vila é a legalmente definida como urbana caracterizada por ocupação predominantemente de caráter rural.

(3) Área urbana isolada é a definida por lei e separada da sede distrital (ou municipal) por área rural ou por outro limite legal.

A situação rural abrange toda a área situada fora do perímetro urbano, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Esse critério também é utilizado na classificação da população urbana e rural.

Rural (Códigos: 4; 5; 6; 7; 8)

(4) Aglomerado rural de extensão urbana é a localidade que tem características rurais e está localizada a menos de 1 km de distância da área efetivamente urbanizada de uma cidade ou vila ou de um aglomerado rural já definido como de extensão urbana, possuindo, contiguidade em relação a tais espaços. Constitui simples extensão da área efetivamente urbanizada, com loteamentos já habitados, conjuntos habitacionais, aglomerados de moradias ditas

subnormais, ou núcleos desenvolvidos em torno de estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços.

(5) Aglomerado rural isolado - povoado é a localidade que possui as características citadas e pelo menos um estabelecimento comercial de bens de consumo freqüente e dois dos seguintes serviços ou equipamentos: um estabelecimento de ensino de primeiro grau, de primeira a quarta série, em funcionamento regular; um posto de saúde, com atendimento regular; ou um templo religioso de qualquer credo, para atender aos moradores do aglomerado e às áreas rurais próximas. Esse tipo de território corresponde a um aglomerado sem caráter privado ou empresarial, ou que não esteja vinculado a um único proprietário do solo, e cujos moradores exercem atividades econômicas quer primárias, terciárias ou mesmo secundárias, na própria localidade ou fora dela.

(6) Aglomerado rural isolado - constitui-se como um núcleo que está vinculado a um único proprietário do solo (empresas agrícolas, industriais, usinas, etc.) e possui caráter privado ou empresarial.

(7) Outros tipos de aglomerados isolados – onde não existe o caráter privado ou empresarial, mas onde as residências não possuem serviços e equipamentos típicos do povoado.

(8) Zona rural, excluindo-se o aglomerado rural, é a área externa ao perímetro urbano.

Seguindo tais classificações, pude deduzir que Dom Modesto pode ser classificado como um aglomerado rural isolado e uma zona rural. A localidade

possui pelo menos um estabelecimento comercial de bens de consumo e dois dos seguintes serviços ou equipamentos: um estabelecimento de ensino de primeiro grau, de primeira a quarta série, em funcionamento regular; um posto de saúde com atendimento regular; um templo religioso para atender aos moradores da localidade e das áreas rurais próximas. E muitos moradores exercem atividades econômicas quer primárias, terciárias ou mesmo secundárias, na própria localidade ou fora dela⁶⁴. Dentro do código 8, a zona rural de Dom Modesto se estende por áreas externas que vão além do núcleo de moradias e de serviços do distrito.

Trabalhei o tempo todo com esses conceitos, durante o tempo que estive residindo por lá. Mas ao iniciar o desenvolvimento da escrita, embora ciente de ser uma pesquisa com a abordagem qualitativa, resolvi retornar a documentação do arquivo⁶⁴ para conhecer as características demográficas da população de Dom Modesto. Conhecendo bem o espaço do vilarejo, ao ler as características, os conceitos e os códigos do IBGE fui surpreendida, ao abrir as planilhas. Estes são os códigos que definem o território de DM.

| UFF | Município | Distrito | Subsdistrito | Setores | Situação |
|------------|------------------|-----------------|---------------------|----------------|-----------------|
| 31 | 1304 | 13 | 00 | 001 | 1 |
| 31 | 1304 | 13 | 00 | 001 | 8 |

A área patrimonial de Dom Modesto não estava no código V, mas no código I, segundo o qual o distrito é considerado uma área urbanizada de cidade ou vila, legalmente definida como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana, afetada por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e reservada à expansão urbana. Lendo essas informações do IBGE tive a sensação de estar

no local errado. No entanto, ao me deparar com a realidade, passei a questionar sobre que urbano seria esse que (1) nem me permitia o acesso a ele nos dias de chuva. O ônibus não circula nessas ocasiões por causa do perigo que a estrada oferece aos moradores; (2) que para conseguir comunicar-me através do celular teria que subir no morro, ou subir em uma cadeira e colocar a cabeça no interior de um armário para obter o sinal. Benditos orelhões localizados nas ruas, mas que sempre oferecem defeito e ficam dias e dias parados; (3) que para adquirir um simples medicamento é preciso ir “à rua” (à cidade) comprá-lo; (4) e que se alguém adoece à noite não tem meios para ir à “rua’(cidade) à procura de um pronto socorro; (5) que se a pessoa não tem carro, não há como sair do povoado fora do último horário de ônibus para a “rua’ que é às 17h30min; (6) que se adoece no período de chuva forte, morre por falta de comunicação viária; (7) que não possui uma agência de correio; (8) em que as ruas sem calçamento não tem nomes e as casas não são numeradas. Seguindo o meu referencial empírico, Dom Modesto deveria estar classificado no código V e não no código I.

Refletindo sobre a imprecisão observada, revi os documentos classificatórios do IBGE para analisar outras cidades. Para minha surpresa, quase todos os municípios são classificados nos códigos I(urbano) e VIII (rural), com raras exceções. Encontrei os municípios de Jaboticatuba, Brumadinho e Jequitaiá que apresentavam os códigos 1,2 e 3 do urbano e 5,7e 8 do rural, ou seja, classificados corretamente. É de surpreender que o Estado de Minas Gerais, com 853 municípios, com um conhecido histórico agropecuário, possua tão poucos espaços reconhecidos como rurais.

Mas a exemplo de Dom Modesto, onde vivi e convivi com os moradores, quantas mais outras áreas semelhantes estão classificadas como urbana? Será que o morador de uma grande metrópole a conceberia como tal? Eis que, aqui me confronto e concordo com os questionamentos nos artigos de Veiga⁶⁹ “Nem tudo é urbano”, e Reis⁷⁰ “O rural e o urbano no Brasil”, nos quais os autores afirmam ser absolutamente compreensível que poucos saibam que um terço da população brasileira seja rural, e essa proporção poderá não diminuir nas próximas décadas, pois todos somos vítimas da ficção demográfica oficial. Os autores ponderam que ninguém tem o direito de desconhecer as imensas desigualdades que hoje existem entre o Brasil urbano e o Brasil rural.

Existem jovens em Dom Modesto. No entanto, a maioria não conheceu o fausto e a abundância da vida passada e diz estar ali por falta de oportunidades. Boa parte deles não completou sequer a oitava série. Mas um deles que pertence a uma família que mora no local, fala com orgulho que está cursando o primeiro semestre da faculdade de pedagogia, é professor de alfabetização da terceira idade e escreveu a sua visão sobre o lugar em que vive e que agora transcrevo em parte.

“Para chegar a Dom Modesto encontramos quatro caminhos. (...) Temos um que é muito utilizado, e passa pelo bairro Santa-Cruz da cidade de Caratinga MG, passa pela Rua do Bambu e vai subindo a serra, passa pelas placas e até chegar ao cruzeiro que é um ponto onde possui três cruces, à beira da estrada. Esse é um ponto bem histórico e cultural, ou seja, símbolo de fé de muitas pessoas que fazem suas rezas, preces e devoção. Descendo a serra que é um pouco grande, passamos pelo córrego dos Bertoldos (...) que é um lugar onde possui alguns moradores bem antes de chegar a Dom Modesto. Continuamos em frente e vemos uma fazenda bem antiga à beira do caminho, sinal de que já estamos quase chegando, daí e só andar mais um pouco e pronto. Essa estrada é bem histórica e um pouco perigosa, pois, antigamente era utilizada pelos carros de boi, charretes, cavalos e também pelos tropeiros, não chegava nem ser uma estrada e sim um trilho. Também perigosa, pois muitas pessoas a utilizavam para ir a Caratinga a trabalhar, fazer compras e resolver suas necessidades. Mas iam a pé, pois não tinham um veículo para transportá-las, só que alguns homens ficavam escondidos para poder roubar as pessoas na estrada. Até hoje de vez em quando surgem alguns para assustar as pessoas e

pegar seu dinheiro tão suado. Ao chegar a Dom Modesto já damos de cara com a casa do senhor Nute, um morador antigo do lugar. Ele cercou em volta de sua casa com muro que pintou de verde e amarelo. Todo mundo que chega no lugar se depara logo com sua casa. Dom Modesto, esse nome foi dado por causa de um bispo que viveu aqui bastante tempo lá pela década de 1920. (...) Dom Modesto é um lugar bom para se viver. Quero falar do senhor Vantuire Israel Ramos, um morador antigo desse lugar. Ele tem uma historia muito bonita de vida. Quando ele chegou aqui tinha apenas 10 anos de idade e conta que aqui era uma mata, tinha poucas casas e moradores. Mas por aqui mesmo se casou e construiu uma grande família e criou seus filhos com carinho e amor. Hoje com os seus 97 anos de idade ainda trabalha na roça plantado milho, feijão e capinando debaixo de sol quente. Ele viu muita gente nascer, crescer, se casar, se separar e até morrer. É uma pessoa muito alegre que não demonstra tristeza e luta até hoje por aquilo que deseja. Dom Modesto é um lugar bem pequeno mais que possui muitas histórias, lendas e mitos que são passadas pelas pessoas mais antigas para uma nova geração que vem chegando. No passado passava trem de ferro em Dom Modesto lá pelo ano de 1930. Isso deixou uma marca profunda neste lugar. Existe também a estrada do bairro das Graças que é bem conhecida (...) é só seguir em frente no sentido de subida onde há várias casas. (...) “Daí é só andar pela estrada principal e se avista um fazenda bem grande que no passado possuía um engenho de cana onde se fabricava cachaça”.

4.3. Meu mapa sociocultural de Dom Modesto

Chegando pelo córrego do Bertoldo de Cima a minha referência foi a fazenda da Dona Didina, em seguida fui à propriedade de Dona Maria recém viúva do Sr. Caburício e à propriedade dos Ângelos, donos da linha de ônibus que liga Dom Modesto à Caratinga. Seguindo em frente, encontrei a residência de Dona Isolina e outra, isolada por um grande muro, onde há criação de cabras. Vale ressaltar que na procura de endereços ou localização, nomear essas mulheres junto ao nome do marido “como mulher “do seu X” e não Senhora X, é um processo facilitador do reconhecimento delas, segundo os costumes locais. Mesmo as conhecidas por apelido, também carregam o nome do marido, como Dona Neném do Seu Joãozinho. Fato que me chamou atenção foi que as mulheres nomeadas pela aposição do nome do marido possuíam terreno próprio.

Ser mulher do Sr. X lembra um sentido de propriedade. Por exemplo, ao chegar à casa de uma idosa, embora já tivesse estreitado uma relação anterior com seu filho e com ela própria, senti-me inteiramente constrangida diante da reação negativa de seu marido, primeiramente por associar-me a uma candidatura política e depois ao insistir que eu estava tomando o tempo dela que tinha obrigações para com ele. Ainda me causa arrepios quando ele se referia aos serviços que ela lhe deveria prestar, ditos em diferentes tons de voz, marcando-a como sua propriedade. Se não fosse pela presença dos filhos que moram em outro município e por ter meu filho junto à mim creio que não teria conseguido escutar a história de vida dessa mulher.

Entrei na Rua Pedro Batista do Nascimento, onde localizei o botequim do Sr. Lopes, o orelhão próximo da casa da dona Fiota, de dona Nina e de dona Analzira, o armazém do Sr Francisco, filho da dona Argentina que é ex-parteira e uma das moradoras mais antigas de Dom Modesto. Observei a construção da igreja evangélica Assembléia de Deus, o mercadinho de verduras da avó paterna de Gabriel, a capelinha de São Caetano e o bar do Hamilton, onde se festejam os eventos da cidade.

As casas à esquerda da Rua Pedro Martins têm os fundos de seus terreiros para a Rua Sebastião Silvestre, conhecida pelos moradores antigos como Rua da Linha, e o fundo das casas da esquerda terminam diretamente na área conhecida como Córrego do Bertoldo de Cima. Ao final da Rua Pedro Batista do Nascimento encontra-se a Praça da Matriz, com a Igreja do Senhor Bom Jesus, o coreto, a Escola Municipal Maria Júlia de Mattos, a casa de Dona Edna e de Dona Zilda. À esquerda da praça encontra-se a Instituição

filantrópica EL Shadai que cuida de homens com dependência química e ex-detentos.

Na Rua Pedro Martins do Nascimento, continuação da Rua São Vicente de Paula, encontrei o posto de saúde e, a seu lado, o cartório que vive fechado, o orelhão e, em frente, o armazém do Sr Luis. Seguindo a Rua Raimundo Souza Cruz encontrei a antiga estação de ferro. Hoje suas dependências são ocupadas pelo Colégio Estadual Sebastião Clemente Vieira. A seguir vêm a casa de dona Licinha, de dona Guiomar e de dona Antônia. Essa rua faz conexão com a entrada para o córrego dos Calistos e a Ilha das Cobras. Daí, eu pude avistar o campo de futebol com um gramado verde em que as crianças brincam. Esse campo de futebol encontra-se na memória das idosas e uma delas é casada com um praticante do esporte, mas que não era jogador de Dom Modesto.

Eu cantava com o meu tio, tocar, cantava no futebol, levava meu violão com as minhas colegas. Ai nós cantava ladainha, as moças jogava bola, as moças era rainha da bola enfeitava a bola com o papel, papel de seda. Enfeitava a bola e no dia do campo da bola punha a bola no meio do campo assim. A moça que desse o primeiro chute. Ela dava aquele chute devagarzinho, só para começar o jogo. O pessoal tudo batia palma, dava viva, cantava, eu com o meu violão cantando. (7 filhos, 73 anos, IC).

A história de um futebol de competição do distrito fez-me ir à busca de algum documentário a respeito. Encontrei um artigo no diário de Caratinga, de autoria de Rogério, ex-jogador do Camelo, em que revela a rivalidade entre os times de Santa Efigênia e Dom Modesto (Camelo). O time de Santa Efigênia (distrito que faz divisa com Dom Modesto) era comandado por Juvercino Lopes e o Camelo, por seu irmão Jovino Lopes. Nessa disputa Dom Modesto conquistou a Copa Oeste de 1996. O futebol continua a ter visível importância na localidade, pois há dois campos com o gramado em muito boa conservação.

Somente são utilizados, no entanto, quando um grupo de Caratinga vem jogar nos finais de semana. Vale ressaltar que a rivalidade entre os moradores, de Dom Modesto e Santa Efigênia, é antiga, e entre os casos que ouvi contar está o da ambulância, disputada pelos dois distritos, permanecendo em Santa Efigênia e logo depois desativada, uma vez que era usada para outros fins. Outro motivo da disputa, narrado por um morador, é que os mortos de Dom Modesto têm que ser enterrados em Santa Efigênia, pois no distrito não há cemitério.

A Rua Pedro Batista do Nascimento faz conexão com o Córrego do Bertoldo de Cima. A Rua Raimundo de Souza Cruz faz conexão com Córrego do Bertoldo de Baixo. Chegando por esse caminho, as referências são a fazenda da comadre Ieda do Sr. Otaviano, a Igreja de Santa Efigênia, as hortas da Ângela e da dona Cecília, e as casas de dona Mariquita do Sr Juquita, Donana do Sr José Américo, Dona Neném do seu Joãozinho. Já no Córrego do Macaco tenho como referência dona Neuza do Sr Cirilo. No Córrego dos Marianos, os nomes são os das residências de Dona Catarina, de Dona Eva e de Dona Lourdes, essa última, uma solteirona de 80 anos vive junto com outros três irmãos, também solteiros. Além dessas casas, está a do Tassinho, o dono da charrete, e a de dona Maria que tem uma filha portadora de necessidades especiais, com idade de quarenta e oito anos.

Já na área denominada Ilha das Cobras, eu tive como referência Dona Anita, dona Maria Joana e dona Eva. Essa última tem 65 anos e ainda trabalha na lavoura e com o gado. Ela também tem uma filha deficiente mental com 33 anos, independente para se mover, mas a sua marcha lembra a postura de um

macaco. Ela come tudo que vê no chão, apresentando comportamentos bem primitivos. A figura de dona Eva, chama a atenção por estar totalmente envolvida nas tarefas agropecuárias e, em seu corpo, não somente apresenta algumas marcas visíveis de envelhecimento com proliferação de pelos em algumas áreas da face principalmente no queixo e no buço onde eles são profusos. Seu jeito de andar e de se vestir lembra a figura de um homem. Ao relatar esses detalhes, relembro que quando as idosas referiam a si ou a outras companheiras que labutam nas lavouras e com o gado, elas diziam “*trabalham como homem*”. Algumas senhoras também têm gestos e traços masculinos. Essa marca de rudeza é tão forte e presente que uma das netas de uma das idosas, com idade de trinta e nove anos, comentou que o avô dizia que ela deveria ter nascido homem. Nesse distrito é possível nitidamente ver que as mulheres casadas ou viúvas vivem em pequenos sítios nas áreas chamadas Córregos. Já as filhas, sobrinhas ou mesmo noras dessas idosas estão à frente de atividades de agricultura familiar e de plantação de verduras.

As mulheres dos chamados “Córregos” vivem em pequenos terrenos que estão ocupados por alguma atividade rural, sejam em olericultura (Córrego do Bertoldo de Baixo), criação de gado leiteiro (Córrego do Bertoldo de Cima), pequenas plantações de milho, amendoim, quiabo, cana de açúcar, criação de animais de pequeno porte, entre outras. Encontrei algumas já na terceira idade, ainda à frente de atividades de produção rural. Em todas as propriedades dos chamados Córregos, as idosas e suas famílias chamam atenção pela pele branca, cor dos olhos azuis ou verdes. Em nenhuma dessas propriedades, encontrei alguma mulher parda ou negra. Já as pessoas que trabalham nas atividades rurais e não são donas, em geral, são pardas e

negras. Algumas das idosas entrevistadas trabalharam nas propriedades dos Córregos, fazendo “*serviços de roça*” ou como ajudantes em atividades domésticas.

No povoado, nas casas das idosas que têm no fundo do terreno a presença de um córrego ainda persistem as plantações de milho, cana, quiabo e pequenos canteiros com taioba e couve. Mas cada vez mais as moradias vêm se descaracterizando para dar lugar a construções para os filhos que moravam na cidade e estão retornando. Isso está acontecendo principalmente por causa do novo Programa Minha Casa Minha Vida lançado em março de 2009 que é integrado pelo Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Para que o trabalhador rural participe, ele deve ter uma renda bruta anual entre R\$120 a dez mil reais; comprove enquadramento no PRONAF mediante apresentação de Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAF; e assim receba um subsídio de R\$12.000 até R\$15.000 de acordo com o número de habitantes do município. Os produtores contribuem com uma contrapartida de 4% do valor repassado para a construção ou aquisição da casa própria. O pagamento é efetuado em quatro parcelas anuais e de mesmo valor, sem juros e sem atualização monetária. A primeira parcela vence um ano após a assinatura do contrato. O prazo previsto para a construção é de quatro a 24 meses, a partir da data da contratação. Para receber os benefícios, os agricultores devem participar de uma entidade como associação ou sindicato e ter uma pequena propriedade que não ultrapasse quatro módulos fiscais. Além de todos esses

requisitos, o produtor deve entrar com a documentação do terreno e, se não for dele, apresente autorização do proprietário para a construção.

Alguns moradores dos Córregos e da localidade, com intermediação do sindicato rural, estão providenciando documentação para o processo de partilha das terras, para que os filhos possam ser beneficiados pelo programa. Foi através da escuta de duas idosas, que fui informada do programa. Uma já tinha dado a entrada nos papéis e outra havia me segredado que desejava fazer a divisão das terras para os filhos, mas temia a reação do marido.

No núcleo do distrito, pude perceber uma pequena estratificação: as pessoas menos favorecidas moram próximas ao fim da Rua Raimundo de Souza. A presença velada da discriminação social, econômica e de cor, entre as mulheres de fazendeiros e as que eram empregadas pode ser notada nas respostas que deram sobre o que é envelhecer em Dom Modesto:

“Eu quase não vou lá”; (...) “tem muita gente nova morando lá”; (...) “ela só vai a Dom Modesto quando precisa buscar comunhão, mas participar lá, não”; (...) “se os de lá, todo mundo participasse também a igreja não cabia”.

Eu nem sei, porque Dom Modesto pra mim [riso], nem de ir lá pra consultar, eu não gosto. Agora eu consulto lá em Caratinga mesmo, a gente precisa de ir de ônibus também.

A igreja foi e continua sendo um elo agregador entre os moradores dos Córregos e os moradores da localidade, mas esse elo está muito tênue, com a chegada da Assembléia de Deus e com uma capela inaugurada nas propriedades do Córrego do Bertoldo de Baixo. A maioria das idosas, tanto as do núcleo do Distrito com as que moram em fazendas e sítios se referem às mudanças nesse particular. Algumas dizem que são aliciadas para entrar para na Assembléia de Deus e que muita gente está mudando suas convicções.

Outras referem que continuam a ir à igreja católica, mas que também frequentam o culto.

Numa roda de conversa, à noite na casa da minha hospedeira, eu estava eu me queixando do dia, do calor e do sol que queimara meus pés, sem uma sombra pra abrigar-me. Falava do meu sentimento de medo e raiva por esperar muito tempo para alguém aparecer nas estradas em busca dos sítios e fazendas, comentava sobre o local cheio de bois e outras dificuldades, quando a idosa começou a rir e a perguntar a sua filha: *como é mesmo Rita, que as filhas do Dr. X cantavam para nós, quando íamos para a lavoura? Essa pesquisa da Alcione, faz ela trabalhar igual a nós e eu vou cantar para ela: “Gente, gente, as coisas são diferentes, os brancos ficam na sombra e os pretos no sol quente”*. O relato da minha dificuldade foi um disparador que revelou a diferença e discriminação social, entre as minhas entrevistadas.

As casas, do núcleo do distrito são de alvenaria e pequenas. Elas contrastam com as residências dos chamados Córregos, que são construções antigas, casarões de pé alto, grandes, com portas e janelas grandes e até doze quartos. Mesmo as construções mais novas nos chamados Córregos ainda são maiores do que as do núcleo do distrito, com dois a quatro quartos, sala e cozinha geralmente grandes. Em geral, em Dom Modesto a cozinha é o espaço de encontro, de conversas, de contar “causos”. A presença do fogão a gás, compartilhado com o fogão a lenha quase sempre em brasas é comum em ambos os espaços. Mas ao questionar sobre o perigo dessa convivência tão próxima, em geral as idosas respondem que quase não usam o botijão de gás

que está muito caro. Na casa em que eu pernoitava, havia na cozinha um fogão novo de seis bocas utilizado como mesinha para enfeites.

Em geral, todas as casas atualmente possuem energia elétrica fornecida pela Central Elétrica de Minas Gerais (CEMIG). Já são poucos os que têm telefones fixos em casa, tanto os moradores dos Córregos como nos do núcleo do distrito. A maioria das pessoas utiliza telefones celulares, embora com muita dificuldade para obtenção de sinal. Mas há água encanada, tratada e fornecida pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA); assim como serviços de esgoto recém chegados na localidade que, por enquanto beneficiou apenas os moradores do Córrego do Bertoldo de Cima e o núcleo do distrito. Nos outros locais, as obras foram iniciadas, mas por causa das chuvas estavam paralisadas quando estive lá. A coleta de lixo é realizada duas vezes por semana, as terças e quinta-feira. Fato curioso é que embora a linha da estrada de ferro permaneça no imaginário social dos moradores, não encontrei sequer um pedaço de trilho.

Na literatura sobre mulheres rurais do Brasil encontrei trabalhos regionais muito relacionados a mulheres em fase produtiva, aos direitos à posse das terras e outros sobre sua participação em diferentes lavouras regionais, como fumo (Bahia), cana de açúcar (Pernambuco), e sua presença no Movimento dos Trabalhadores rurais sem terra (MST). Mas, o que observei em Dom Modesto é que as mulheres não têm nenhuma representatividade institucional, a não ser a religiosa. Há pouco tempo que o sindicato rural marca sua presença no Distrito, tendo um local de arrecadação de mensalidades. Numa das temporadas em que estive lá, aconteceu uma reunião, no salão paroquial,

sobre o Programa Nacional de Habitação Rural. Não pude comparecer, mas uma das filhas de minha hospedeira contou que trataram sobre os papéis necessários e como poderiam conseguir se beneficiar do programa. Ela estava muito feliz, pois um dos coordenadores da reunião lhe havia prometido algo. Estranhei a presença das mulheres na reunião, pois há seis anos quando conversei com um dos dirigentes do sindicato falecido há pouco tempo, não somente ele mostrou desinteresse como desestimulou a presença delas nas reuniões.

Não existe nenhuma instituição reivindicatória ou ligada a temas de cidadania atuante em Dom Modesto. É preciso ressaltar que o que mais encontrei no Distrito foram casas de idosos que acolhem a família e poucas casas de famílias que abrigam os idosos. Mesmo a associação de moradores não tem representatividade, segundo o seu presidente. As mulheres idosas de Dom Modesto participam apenas de instituições religiosas e pertencentes à igreja católica: Conferência de São Caetano, Conferência de Bom Jesus, legião de Maria e Pastoral da Criança. As mulheres que pertencem às Conferências têm como hábito visitar as pessoas da comunidade com o objetivo de orar e intenção dos familiares da casa. Também se reúnem para organizar cestas básicas. Mas, comentaram algumas que, atualmente quase não existem pessoas necessitadas, pois, com a aposentadoria rural, a lei de benefício de prestação continuada, a bolsa família e a bolsa escola, os problemas de sobrevivência se minimizaram. Algumas ressentem, pois, não tendo condição de se aposentar, por falta de documentos e de dinheiro para pagar um advogado, recebem apenas o benefício de prestação continuada, não podendo ter qualquer outro aporte do governo.

Existem várias festividades religiosas significativas no Distrito. A de Nossa Senhora Imaculada Conceição tem procissões, cantigas e rezas para levar a imagem para as residências, *“para aqueles, que querem”*. A imagem pernoita na casa e no outro dia é levada para visitar outra moradora. Estranhei, a não presença das barruquinhas tão típicas dessas festas. Ao questionar sobre o fato, uma das mulheres respondeu ser essa uma proibição dos padres, pois a arrecadação das prendas para as barruquinhas constrangiam os moradores. Comentaram que hoje o pagamento do dizimo já é suficiente.

Segundo uma das entrevistadas afiliada à Legião de Maria, as romarias à igreja de Nossa Senhora Aparecida são constantes, realizadas pelos moradores de Dom Modesto e de Santa Efigênia. Fato curioso me chamou a atenção é que, a aquisição de uma imagem, na Romaria de Nossa senhora de Aparecida, o(s) distrito(s) que a adquirem tem o privilégio de ter a companhia de um padre da Congregação que não somente acompanham a imagem para realizar a sua consagração, onde permanece na localidade durante uma semana no Distrito, onde são celebradas missas, rezas, encontros de casais e encontros com as crianças. *“É uma coisa muito boa, muito bonita”*. Outra data festiva é o dia Três de Maio em que se comemora a Santa Cruz. Nela são trocados os enfeites das cruzes dependuradas na parede de frente da casa. Esses símbolos são feitos por encaixe, não sendo permitido o uso de pregos. Existe um marceneiro que faz as cruzes para essa ocasião.

Uma festa importante é a de São Caetano, celebrada no dia sete de agosto. A Capelinha em seu nome tem uma importância histórica e uma

simbologia relevante para os moradores do Distrito, pois foram eles que a construíram.

Há ainda a festa do jubileu que comemora “O Senhor Bom Jesus”. Tem início no dia sete de setembro e culmina no dia 14, com celebração de missas e bênçãos do Senhor Bom Jesus.

O mês de maio está marcado como o período da “*panha*” do café, momento esperado com ansiedade pelos moradores do distrito, pois para muitos homens e mulheres, representa a única fonte de renda e de equilíbrio financeiro. Muitos projetos, sonhos de vida, das mulheres mais pobres estão atrelados aos ganhos nesse período.

II. 5. O envelhecimento populacional sob vários olhares

Segundo Foucault⁸ uma das grandes novidades nas técnicas de poder no século XVIII foi o surgimento da *população* como problema econômico e político: população *versus* riqueza, população *versus* mão de obra ou capacidade de trabalho, população *versus* equilíbrio demográfico, e outros. Os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um povo, porém com uma população com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência de doenças, forma de alimentação e habitat. No cerne do problema econômico e político da população está o sexo, necessário analisar e controlar a taxa de natalidade, a idade para casamento, a precocidade, a incidência das práticas contraceptiva,

entre outros assuntos já conhecidos pelos demógrafos e pelos gestores. É através dos censos demográficos que temos o retrato das populações com toda a sua diversidade e mudanças.

5.1. O envelhecimento populacional e seus aspectos demográficos, biológicos e sociais

No Brasil do século XXI surge com força novidade o fenômeno do acelerado envelhecimento populacional. Os estudos sobre o tema vêm se multiplicando como podemos observar em (Kalache, Veras e Ramos, Rosas, Carvalho e Garcia, Camarano, Camarano, Kanso e Mello).^{22,71,72,73,74} Para este trabalho recorri também às fontes oficiais do IBGE.^{5,68,75}

O primeiro Censo do país foi realizado em 1920 e não teve grande reconhecimento por não apresentar confiabilidade nos dados. O Censo de 1940 foi considerado um marco no país, evidenciando as altas taxas de mortalidade materna e infantil. É a estatística relativa a essas taxas que define a transição demográfica. Mas o que é transição demográfica? Transição demográfica é uma expressão utilizada para se referir ao processo de redução das taxas de mortalidade e de fecundidade. Thompson, em 1929⁷⁶, ao estudar o fenômeno da transição demográfica, dividiu-a em três etapas: (1) quando a taxa de mortalidade cai e a taxa de natalidade permanece elevada, provocando um rápido crescimento populacional; (2) quando a taxa de natalidade começa a cair, reduzindo o ritmo de crescimento da população; (3) e finalmente quando existem baixas taxas de mortalidade e natalidade, resultando em lento crescimento demográfico. Após a Segunda Guerra Mundial, Thompson⁷⁶ foi para o Japão e verificou um aumento acentuado da taxa de natalidade no

período entre 1946 e 1949, com os dados, previu uma grave superpopulação no país. Solicitou ao governo japonês a tomar "medidas positivas" para reduzir a taxa de natalidade. O Japão colocou em prática o uso de contraceptivo e práticas abortivas, caindo em 50% a taxa de fecundidade na próxima década, um declínio que Thompson pensava ser impossível⁷⁶.

O recorte cronológico como limite classificatório da categoria "idosos" presente nos artigos que analisei, não apresenta uniformidade. Ao contrário, ela depende da temática tratada e das fontes utilizadas. Por vezes o ponto de corte é sessenta ou às vezes, sessenta e cinco anos. Esse corte arbitrário na idade de sessenta anos é utilizado nos países em desenvolvimento. E o de sessenta e cinco anos segue padrões dos países ditos desenvolvidos. A existência de um parâmetro baseado na idade biológica é importante do ponto de vista da governabilidade e da previdência social, mas ser idoso é mais do que um fenômeno biológico, pois o ciclo de vida é atravessado pelas questões sociais, culturais, econômicas e políticas.

Buscando marcar as diferenciações entre os parâmetros biológicos, demográficos e culturais, Brito⁷⁷ afirma que o envelhecimento populacional é distinto do envelhecimento das pessoas, que compõem a população. O indivíduo envelhece, na medida em que a sua idade aumenta; a população envelhece, ao aumentar o peso relativo dos idosos no total da população. Portanto, o envelhecimento populacional não se refere nem a indivíduos, nem a cada geração. Mas, sim, à mudança na estrutura etária de um povo, o que produz um aumento do peso relativo das pessoas acima de determinada idade, e deve ser considerada como definidora do início da velhice. Esse limite varia

de sociedade para sociedade e depende não somente de fatores biológicos, mas, também, econômicos, ambientais, científicos e culturais⁷³.

Segundo esses mesmos autores, acima, o processo de transição demográfica está ligado diretamente às taxas de mortalidade e fecundidade, mas, é através do declínio sustentado de fecundidade que se dá início ao processo de envelhecimento de uma população. Em vários países, inclusive no Brasil, que até então tinham uma população extremamente jovem e quase-estável, com o declínio da fecundidade o ritmo de crescimento anual do número de nascimentos passou a cair. Esse fato gerou um processo contínuo de estreitamento da base da pirâmide etária, conseqüentemente, de envelhecimento da população. É a baixa taxa de fecundidade que torna uma população envelhecida.

É um desafio escrever sobre o processo envelhecimento na primeira década do século XXI, pelo expressivo crescimento do número de idosos e da longevidade alcançada, a partir dos discursos de mulheres idosas que vivem em área rural. Essas senhoras atribuem significados específicos a essa etapa de sua vida ao mesmo tempo em que fazem parte do conjunto total de pessoas velhas. E é sob o seu parâmetro delas e de suas categorias empíricas que serão vistas as múltiplas faces e dimensões, seja quanto ao fator biológico, social, cultural, econômico, psicológico, demográfico, intelectual, de capacidade trabalho, de capacidade funcional e ambiental.

Pela sua importância falarei primeiro do envelhecimento biológico. Uma certeza que envolve a todos os seres vivos é que todos sem exceção e sem exclusão somos finitos. Quando terminaremos? Não sabemos. Entre o nascer

e o morrer, o indivíduo passa por inúmeras etapas do desenvolvimento e do ciclo de vida, relacionados às grades etárias, grades essas que estão baseadas numa construção histórica e sociocultural. A velhice faz parte desse ciclo. Dado o aumento da expectativa de vida em nível mundial os cientistas têm levantado hipóteses e teorias sobre os limites da existência humana.

Os descritores em Ciências da Saúde definem o envelhecimento biológico ou senescência celular como a diminuição de renovação das células com o passar do tempo. Cada célula é programada para produzir um determinado número de divisões e quando esse número é atingido a proliferação cessa. Ela entra num estado quiescente após o qual ela atinge a morte via processo de apoptose (mecanismo responsável pela remoção fisiológica das células que parece ser intrinsecamente programado). Como não é objeto específico desse estudo, mas por ser um dos componentes do processo do envelhecimento, me apropriarei do artigo de Teixeira e Guariento⁷⁸ em que os autores afirmam que senescência representa um fenótipo complexo da biologia que se manifesta em todos os tecidos e órgãos. Esse processo afeta a fisiologia do organismo e exerce um impacto na capacidade funcional do indivíduo ao torná-lo mais suscetível às doenças crônicas. Entende-se que as células, os tecidos e os órgãos envelhecem em ritmos diferentes, não havendo um marco temporal único de início da senescência, o que impossibilita marcar um limite regular do processo no ser humano.

Nesse artigo as autoras citam dois grupos de teorias biológicas do envelhecimento: a teoria *programada* que se baseia na idéia de existência de relógios biológicos que regulariam o crescimento, a maturidade, a senescência

e a morte. E as teorias *estocásticas* que têm como premissa a identificação de agravos que induzem aos danos moleculares e celulares aleatórios e progressivos.

Mas em seu artigo “biologia do envelhecimento: teorias, mecanismos e perspectivas”, as autoras descrevem ainda outras abordagens, desde a tão discutida e conhecida nos meio midiáticos a chamada teoria dos radicais livres, a teoria das mutações somáticas; as teorias sistêmicas e outras. Elas chegam à conclusão de que todas as abordagens explicam algumas características do envelhecimento, mas os múltiplos mecanismos envolvidos no processo ainda não são completamente conhecidos, constituindo um desafio para os pesquisadores.

O fato de considerarem o envelhecimento como um impacto negativo na fisiologia do organismo e na capacidade funcional do indivíduo ao torná-lo mais suscetível às doenças crônicas tem sido bastante discutido, pois esse processo não é homogêneo, varia de pessoa para pessoa e de órgão para órgão, evidenciando uma cadeia de interdependência biológica, social, psicológica e ambiental. Isso se pode perceber nos comentários de minhas entrevistadas:

Desde quando eu era novinha eu me sentia velhinha, porque sempre eu ficava ruim, toda vida eu ficava ruim com esse negócio de depressão. Eu ficava com uma esquisitez e não sabia o que era aquilo. Tem dia que a gente esta passando mal. Mas quando eu estou boa assim, às vezes as pessoas estão conversando sobre idade eu falo assim: vocês é que estão velhas, eu não estou. (70 anos, CBB)

Eu não sinto nada não, Não, sinto, Ah estou sofrendo aqui estou sofrendo ali, não sinto nada, graças a Deus. Não estou com nada por dentro não. Deus ajuda, eu trabalhei muito, mas não tenho sofrimento não. (76 anos, ND).

Nesses depoimentos podemos inferir duas conclusões: a primeira é a vinculação da doença física com o sofrimento mental em qualquer idade; a

segunda é que, mesmo com alguns problemas de saúde, a maioria das idosas entrevistadas (assim como esse segmento da população brasileira como um todo) se sente saudável^{74,79}. Assim, a diminuição ou mesmo a incapacidade funcional como determinante do envelhecimento pode representar uma falácia ao se analisadas a partir de uma perspectiva isolada.

Desta forma, o envelhecimento biológico do ser humano não pode ser desvinculado do envelhecimento psicológico, embora em seus percursos ora se interpõem, supõem ou se superpõem. Por outro lado, não se pode negar que existam mudanças graduais irreversíveis na estrutura e no funcionamento de um organismo com a passagem do tempo. O envelhecimento, do ponto de vista biológico é um declínio.

Segundo Elias⁸⁰ a idade cronológica que esta diretamente ligada ao tempo, numa civilização regida por relógio e calendário, passa a ser percebida como um marcador objetivo do processo do envelhecimento. Além disso, no decorrer da longa história do saber, acabamos reconhecendo que, os processos biológicos e sociais com que se relaciona essa escala de tempo têm um sentido único, rumo à morte. Por isso é que a própria escala temporal parece, muitas vezes, possuir força coercitiva de um processo irreversível: assim, dizemos que os anos ou o tempo "passam", quando, na realidade, estamos falando do caráter irreversível de nosso próprio envelhecimento. As idéias de ordem temporal, especialmente aquelas que se relacionam com a idade das pessoas, ficam expostas a esse uso hipostático. A série contínua de símbolos numéricos que indica a idade de uma pessoa fica carregada de uma significação biológica, social e pessoal e, dessa maneira, desempenha um

papel importante no sentimento da identidade pessoal e de sua continuidade através do que denominamos de “curso do tempo”.

Nesse estudo não me aprofundarei muito sobre esse ciclo biológico, deixando-o para os geriatras, especialidade médica que surgiu no meado do século XIX. Na França essa especialidade desenvolveu-se em Salpêtrière, o maior asilo da Europa que abrigava oito mil pessoas, entre as quais, duas a três mil eram doentes. No fim do século XIX até os dias atuais multiplicam-se as pesquisas sobre os idosos. Mas, os estudos franceses, por terem se iniciado há mais tempo do que no Brasil e pela tradição que incorporam são fontes inesgotáveis de informação.

Preferindo não me aprofundar nas patologias do envelhecimento, farei referência apenas a algumas mudanças corporais visíveis citadas pelas entrevistadas. Nesse período da vida, a aparência do indivíduo permite lhe atribuir idade: um dos sinais mais visíveis é o branqueamento dos cabelos e pelos, a proliferação dos pelos no queixo das mulheres, a pele enrugada, o engrossamento das pálpebras superiores, o lábio superior minguado, o aumento do lóbulo da orelha. Segundo Motta as perdas expressas na aparência do corpo são muito mais expressas pelos outros do que pelos próprios velhos⁸¹. Os órgãos dos sentidos costumam ser atingidos: vista cansada, [catarata] podendo chegar à cegueira, diminuição da audição que atinge, por vezes, a surdez, conforme lembra Simone de Beauvoir³⁶.

Um dos problemas mais recorrentes com o envelhecimento e o aumento da incapacidade de realizar determinadas tarefas e a diminuição da autonomia. Estudos multidisciplinares têm apontado como um grande desafio para as

políticas públicas de saúde e para os familiares de idosos o aumento das doenças crônicas degenerativas que podem comprometer a sua capacidade funcional e a autonomia^{72,82,83}.

Muitos idosos com doenças crônicas e degenerativas exigem cuidados especiais, sobretudo quando são pessoas de baixa renda e que demandam apoio de serviços de saúde e de assistência social. Em muitos casos, a situação dos idosos pobres configura um quadro de exclusão social, tanto mais grave quando mais o idoso perde a sua capacidade funcional³⁴. Ao contrário, viver o envelhecimento, com um nível de independência funcional dá dimensões radicalmente distintas às trocas entre gerações, pois geralmente cabe às famílias o ônus do cuidado³⁴. Nesse sentido, embora as doenças sejam fenômenos físicos ou mentais elas também se apresentam como fenômenos sociológicos, pois constituem realidades construídas nas nossas representações e emoções e o doente é também um personagem social⁸⁴. Laplantine⁸⁵ comenta que há três formas de vermos as doenças: (1) como enfermidade na terceira pessoa na qual o médico, com sua abnegada participação a vence após uma intensa luta, salvando vidas humanas. Há aí o conhecimento médico objetivo; (2) como enfermidade na segunda pessoa, ou seja, a doença do outro da qual falamos com uma objetividade que poderia ser denominada de “naturalismo clínico”; (3) e como enfermidade na primeira pessoa, o que se expressa nas experiências patológicas exclusivamente autobiográficas ou parcialmente reconstituídas. Nesse caso, elas se apresentam como experiências subjetivas e vivências sobre o adoecimento.

Ainda o mesmo autor afirma que no encontro entre a forma subjetiva de quem vivencia (illness) e a forma cientificamente observada e objetivada (disease), em geral a prática médica subordina integralmente a primeira à segunda. O autor comenta que estudar a doença não apenas como objeto de conhecimento médico, mas como experiência subjetiva é importante e papel reservado à antropologia da saúde. No caso das enfermidades crônicas degenerativas esse estudo é fundamental, pois significa acompanhar um processo frequente de restrições e de mudanças de estilo de vida significativos e que afetam, sobretudo, a população idosa. Do ponto de vista objetivo esse é um tema alvo da sistematização da Organização Mundial da Saúde (OMS) no ICDH (International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps): um manual de classificação das consequências das doenças, publicado em 1989.⁸⁶

Nesse manual⁸⁶ a *Incapacidade* (disability) está definida como: restrição, resultante de uma deficiência na habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano. Surge como consequência direta ou é resposta do indivíduo a uma deficiência psicológica, física, sensorial ou outra. Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa no desempenho das atividades e nos comportamentos essenciais ao cumprimento da vida diária.

Deficiência (Impairment): é definida como a perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica de forma temporária ou permanente. Incluem-se nessas, a ocorrência de anomalias, defeitos ou perdas de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo,

inclusive das funções mentais. A deficiência representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico e uma perturbação no órgão.

Desvantagem (handicap): consiste no prejuízo para o indivíduo, resultante de alguma deficiência ou incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, o sexo, os fatores sociais e culturais. Caracteriza-se por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência⁸⁶.

O documento de Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde⁸⁶ transformou-se, de uma classificação de “consequências da doença” (versão de 1980), numa classificação de “componentes da saúde”. Os “componentes da saúde” identificam o que constitui a saúde, enquanto as consequências se referem ao impacto das doenças na condição da pessoa. Deste modo, a CIF assume uma posição neutra em relação à etiologia de modo com que os investigadores podem desenvolver inferências causais utilizando métodos científicos adequados.

Dentro desse último documento, a definição de *incapacidade* inclui deficiências, limitações da atividade ou restrição na participação; e *funcionalidade* é um termo que engloba todas as funções do corpo, atividades e participação, numa abordagem biopsicossocial. Assim, a CIF tenta chegar a uma síntese que oferece uma visão coerente das diferentes perspectivas de saúde: biológica, individual e social.

O mesmo documento relaciona os fatores ambientais que interagem com todos os outros aspectos. Neste sentido, a classificação permite a quem o utiliza, registrar perfis úteis de funcionalidade, incapacidade e saúde dos indivíduos sob vários domínios. Os fatores ambientais são classificados em nível individual (domicílio, trabalho, escola) e social (regras de conduta, cultura, ou sistema da comunidade) que têm impacto na vida da pessoa, como estruturas formais e informais, leis, regulamentos, regras, atitudes e ideologias. Em tal contexto, a *incapacidade* é caracterizada como o resultado de uma relação complexa entre a condição de saúde do indivíduo e os fatores pessoais e os fatores externos que representam as circunstâncias nas quais o indivíduo vive. Assim, diferentes ambientes podem ter impacto distinto sobre a mesma pessoa em determinada condição de saúde. Um ambiente com barreiras, ou sem facilitadores restringe o desempenho do indivíduo; outros ambientes facilitadores podem melhorar esse desempenho.

Acredito que com a ampliação dos estudos com a aplicação da CIF o paradigma do crescimento da população idosa *versus* incapacidade venha a se modificar, pois os fatores contextuais representam o histórico completo de vida e do estilo de vida de um indivíduo. Eles incluem fatores ambientais e fatores pessoais que podem ter efeito na condição de saúde e sobre a saúde e nos estados relacionados com a situação do indivíduo. A CIF vem apontar o ambiente externo como um propiciador ou facilitador da funcionalidade e tirando o peso da responsabilidade única do indivíduo, por sua incapacidade.

No trabalho de campo em Dom Modesto, encontrei todas as mulheres idosas com que tive contato - mesmo duas que haviam sido acometidas por um

acidente vascular cerebral hemorrágico - mantendo atividades dentro e fora de casa.

Hoje eu já agüento fazer as coisa. Mas, eu tive um problema de saúde, uma ameaça de derrame. Então quase já não aguento fazer as coisas, mas, pouca coisa (ND, 62anos).

Porque desse lado aqui eu já não tenho muita destreza não. Aonde, o serviço meu é pouquinho. Eu vou lá no seu José Coelho que teve uma (in)suficiência que nem eu [AVC,hemorrágico]. (IC, 73 anos).

Não obstante as idades e as sequelas de AVC, o que pude constatar é que essas idosas são participativas nas atividades dentro do contexto familiar ou mesmo vivendo sozinhas. Somente uma delas deambula com auxílio de uma bengala improvisada. Dentro do grupo pesquisado, somente duas mulheres residentes na área dos Córregos têm faxineira e pagam por seus serviços. Todas as outras, que estão na faixa entre sessenta e setenta anos ainda lavam roupa da família e são responsáveis pelo serviço de limpeza, alimentação e cuidam da casa. Encontrei mulheres, nas áreas dos Córregos com idade acima de 80 anos fazendo sua comida e lavando suas roupas e se autodeclarando como ajudantes das diversas atividades.

Pude inferir então que o trabalho e o serviço da casa embora sejam naturalizados e rotineiros, sua continuidade para essas mulheres é uma condição de ser, de estar presente, de estarem vivas.

“Lavo minha roupinha. Lavo as panelas, ponho feijão para cozinhar. Outra hora vou lá fora, varro o terreiro um cadinho, é assim. Todo dia uma coisinha para fazer, o que a gente puder fazer a gente faz” (ND, 84 anos).

Mas graças a Deus eu faço meu serviço, graças a Deus, faço. Lavo roupa, faço comida, tenho máquina, costurava (IC, 92 anos).

Os fatores contextuais de certa forma são favoráveis às idosas. Poucas residências têm degraus nas casas e quando têm são em número pequeno, as

portas são amplas, em algumas delas vi pequenas adaptações criadas pelos familiares no chuveiro, para facilitar o banho da idosa, sem que necessitasse da presença de familiares. Vi na figura das netas um incentivo às avós para que dêem continuidade a autonomia dos cuidados pessoais principalmente em relação a seus excrementos. É claro que obstáculos estão presentes, mas mesmo assim, essas mulheres e seus familiares ou amigos criam oportunidades facilitadoras para suas funcionalidades.

Constatei ainda que, em geral, as idosas entrevistadas se mantêm ativas dentro de suas capacidades, dentro do seu tempo e, de seu vigor físico. Ao vê-las desenvolvendo tarefas, cada uma a seu tempo, recordei de Cícero⁸⁷ ao afirmar que, se os velhos estão tão fracos que não podem assumir qualquer dos encargos ligados à sua função ou simplesmente à vida, não se pode responsabilizar à velhice, mas a sua falta de saúde. Ele termina dizendo: por que espantar-se de que certos velhos sejam fracos quando os próprios adolescentes nem sempre escapam a essa fatalidade?

Em síntese, vale ressaltar que a correlação entre as variáveis “envelhecimento *versus* incapacidade” não constitui uma linearidade no grupo que estudei. Se considerarmos que as sequelas e incapacidades estão relacionadas aos fatores: tempo, tratamentos preventivos, cura ou elementos minimizadores dos problemas, é possível afirmar que esse é resultado de um passado recente e da incapacidade do Estado e da sociedade de aplicarem uma política de saúde efetiva para a prevenção e tratamento das doenças e suas complicações.

As mulheres das quais coletei as histórias de vida, nascidas entre as décadas de trinta e quarenta do século XX, têm em comum um grande número de filhos e perdas de seus rebentos por aborto espontâneo ou mesmo quando eram menores de cinco anos. Observando esses fatos, busquei realizar uma leitura sobre essas décadas com o intuito de entender e interpretar os discursos das idosas. Pesquisando nas fontes do IBGE, encontrei o relatório do CDDI⁸⁸ “Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil” e o artigo Chaimowicz⁸⁹ “A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas” em que há pontuações importantes sobre as altas taxas de mortalidade infantil e fecundidade no período.

Existem fortes evidências de que o processo de transição da mortalidade de altos para baixos níveis e o conseqüente aumento na esperança de vida ao nascer tenha sido um fenômeno praticamente generalizado e em escala global, particularmente a partir da Segunda Guerra Mundial. A partir desse marco histórico, houve imensos avanços na medicina e nas políticas de saúde pública além de um aumento do investimento em políticas, sobretudo, no Ocidente. Os antibióticos recém-descobertos na época e importados pelo Brasil no pós-guerra foi um elemento fundamental para a transição demográfica, pois, caracterizou a queda das mortes por doenças infecciosas. Outros fatores contribuíram para o aumento na expectativa de vida, como os métodos anticonceptivos orais que se popularizaram nos anos 1960 - importante para a diminuição nas taxas de natalidade - e o movimento feminista que teve importância fundamental na mudança de mentalidade das mulheres em relação ao número de filhos e à entrada acelerada no mercado de trabalho.

A revolução na saúde pública, que se iniciou nos anos 1930, e foi se aprofundando nos anos subseqüentes, foi a chave para a solução dos problemas da alta mortalidade nos países subdesenvolvidos, sem depender tanto do desenvolvimento econômico e melhoria dos padrões de vida que acompanharam a transição demográfica nos países desenvolvidos IBGE⁷⁵. Ainda, no século passado, entre os anos 1960 e 1990 instalou-se a hegemonia dos jovens entre 15 a 24 anos, um fenômeno conhecido mundialmente como “onda jovem”. Quarenta anos depois, com a continuidade do declínio dos níveis de fecundidade e mortalidade, na primeira década do século XXI, o país jovem passou a ostentar os cabelos brancos com o contínuo crescimento dos índices de envelhecimento.

Os dados do IBGE⁵ revelaram que a proporção de idosos passou de 9,1% do total em 1999 para 11,3% em 2009, o que significa hoje a existência de mais 21 milhões de brasileiros com 60 anos de idade ou mais. Esse número supera a população de velhos de vários países europeus, entre os quais, a França, a Inglaterra e a Itália (entre 14 e 16 milhões) de acordo com as estimativas para 2010, das Nações Unidas. Considerando apenas o segmento de pessoas com mais de 75 anos (cerca de 5,5 milhões de brasileiros), a população idosa no Brasil toma proporções significativas, mudando bastante o perfil etário desse mesmo grupo. Entre 1997-2007 a população brasileira apresentou um crescimento relativo da ordem de 21,6%, para a faixa etária de 60 anos, e de 47,8% (chegando a 65% em alguns lugares) para o grupo de 80 anos ou mais. Isso evidencia uma verdadeira revolução demográfica, pois há uma década, a quase totalidade dos idosos brasileiros se concentrava na faixa entre 60 e 69 anos.

Estudos de Camarano⁷⁴ mostraram que 87% dos idosos do sexo masculino atualmente no Brasil chefiavam famílias, 72,6% trabalhavam mais de 40 horas semanais e apenas 12,6% recebiam rendimento menor do que um salário mínimo mensal. Já em situação menos favorável, 20% das mulheres idosas viviam em casa de parente, 18,5% não tinham renda, 17,5% não tinham autonomia para lidar com as atividades do cotidiano e 8,3% não enxergavam. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)⁹⁰ o percentual entre os homens que não têm autonomia é menor que o das mulheres em 4,2% e não enxergam 7,4%. É muito relevante que, em seu conjunto, 85% dos idosos brasileiros sejam ativos e produtivos, mesmo quando vivenciam algum problema de saúde como os apontados pela PNAD⁹⁰, que encontrou 48,9% das pessoas acima de 60 anos com mais de uma doença crônica (isso não significa que elas não tenham autonomia), sendo que 32,5% não têm cadastro na Estratégia de Saúde da Família (projeto do governo federal de acompanhamento médico e preventivo), nem plano de saúde particular. Os maiores problemas de saúde da população idosa são a hipertensão e a diabetes que atingem 50% da população acima de 60 anos.

Finalizando essa contextualização, destaco alguns aspectos centrais do perfil e da situação dos idosos brasileiros, PNAD⁹⁰, aspectos que em parte observei em Dom Modesto:

- Aumento do número de idosos vivendo sozinhos (6,7 milhões), sendo que desses 40% são mulheres;
- Contribuição da renda dos idosos para compor a renda total familiar, o que ocorre em 53% dos domicílios;

- Concentração da população idosa em algumas regiões. No Sudeste vivem 9,4 milhões, quase a metade dos velhos do país. Por ordem, o número de pessoas com mais de 60 anos é maior no Sudeste (9.4 milhões), seguido pelo Nordeste, (5,1 milhões de idosos); pelo Sul (3,2 milhões); pelo Centro-Oeste (1,2 milhão de idosos) e pelo Norte, (um milhão);
- Concentração dos idosos em alguns Estados. Em São Paulo morava, em 2008, o maior contingente do País (4,7 milhões), seguido por Rio de Janeiro e Minas Gerais (com aproximadamente 2,2 milhões cada um), Bahia (1,4 milhão). Roraima (21 mil), Amapá (32 mil) e Acre (39 mil) têm menos pessoas com 60 anos ou mais;
- Mais idosos vivendo nas cidades: dos mais de 20 milhões com 60 anos ou mais, 16,5 milhões moram na área urbana e 3,4 milhões na área rural. Quase metade do total de idosos das áreas rurais mora na região Nordeste (1,6 milhão);
- Diminuição da parcela de idosos vivendo na pobreza - Do ponto de vista das condições de vida, em 2007, 12,2% (correspondendo a 2,5 milhões) viviam em situação de pobreza com rendimento médio mensal domiciliar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, a maioria na área rural do Nordeste. As menores proporções de idosos pobres se encontram na Região Sul. Em números absolutos, a maioria dos idosos pobres está na Bahia (334 mil), em Minas Gerais (265 mil) e em São Paulo (248 mil);
- Incremento de famílias intergeracionais. A PNAD⁹⁰ investigou esse fenômeno, decorrente do aumento da esperança de vida, e da configuração do mundo produtivo contemporâneo em que muitos jovens estão desempregados, subempregados, ganham pouco ou saem de casa num

período tardio da juventude. Essas mudanças têm possibilitado a convivência de até três gerações em um mesmo domicílio. Excluindo-se os lares de um só morador e os que têm apenas um casal sem filhos, chega-se a cerca de 9,7 milhões de domicílios e 38 milhões de moradores de várias gerações numa mesma casa. Dentre esses, aproximadamente 30,2% são crianças, adolescentes e jovens (0 a 24 anos); 36,2% pessoas com 25 a 59 anos; 29,1% com 60 a 79 anos; e 4,6% com 80 anos ou mais anos de idade;⁹⁰

- Idosos mantendo famílias ou sendo co-responsáveis por elas: em 53% dos domicílios com idosos, eles respondem por mais da metade da renda familiar, sendo essa situação mais expressiva no Nordeste (63,5%). Em 2008, 84,4% dos 13,8 milhões de idosos com 65 anos ou mais recebiam aposentadoria ou pensão: 61,2% eram aposentados; 14,8%, pensionistas; e 8,4% eram aposentados e pensionistas;
- Aumento da população que recebe benefício tanto no campo como na cidade. A proporção de idosos residentes em áreas rurais que recebe benefícios é um pouco superior à urbana (88,0% e 83,6%, respectivamente);
- Muitos idosos aposentados continuam a trabalhar - Os brasileiros com 65 anos ou mais que continuam trabalhando eram 22,5% em 2009, sendo que a grande maioria (74,7%) é aposentada. Na área rural, estes percentuais são de 84,9% e na área urbana de 70%;
- Existência de maior número de idosas do que de idosos nas cidades e menos idosas no campo. A PNAD⁹⁰ confirma que o número de mulheres é superior ao de homens tanto no total do País quanto nas áreas urbanas,

enquanto nas áreas rurais há mais homens que mulheres. No total, havia em 2009, 79 homens para cada 100 mulheres idosas de 60 anos ou mais. No grupo de 65 anos ou mais, eram 76 para cada 100, chegando a apenas 72 homens para cada 100 mulheres na faixa de 70 anos ou mais. Porém, nas áreas rurais, a razão de sexo era de 107 homens para cada 100 mulheres, enquanto nas áreas urbanas, era de 75 homens para cada 100 mulheres;

- Continua elevado o percentual de idosos analfabetos, sobretudo no campo. Mais da metade dos que moram em áreas rurais não tem instrução ou só atingiu um ano de escolaridade. A proporção de idosos de 60 anos ou mais sem instrução ou com menos de um ano de estudo, em 2009, era de 32,2% no país, sendo de 27,5% deles residiam nas áreas urbanas e 55% nas áreas rurais. Mais da metade (52,2%) dos idosos e idosas analfabetos moram no Nordeste. O Piauí, com 58,2%, é a unidade da federação com maior percentual de idosos sem instrução ou com menos de um ano de escolaridade. No Rio de Janeiro (15,9%) está o menor percentual de idosos analfabetos.

Seguindo a teoria das grades etárias no processo de transição demográfica, como marco no processo do envelhecimento, podemos afirmar que as construções históricas das categorias de idade vigente, em plena década do século XXI, já não apresentam a mesma efetividade, que apresentavam a uma década atrás. Pois, essa temporalidade do ciclo da vida vem sendo mudadas, pelas instituições de Estados, cada vez mais dependentes das políticas econômicas dos países. E uma delas que vem sendo modificada no país e no mundo, é a classe etária que define o período

da aposentadoria. Mas ainda persiste, embora arbitrário, a faixa etária de sessenta anos, como peso de uma população idosa.

Em face ao citado cenário, em que constatamos que a população acima de sessenta anos vem crescendo, sobretudo o grupo de mais de 80 anos, é preciso que os sistemas públicos e as empresas privadas se preparem para lidar com esse contingente heterogêneo de idosos independentes e dependentes, quanto às vias de acessibilidade, às edificações, aos transportes e outros, mas também quanto ao lucrativo mercado público e privado de saúde e de bem estar voltado à promoção, à qualidade de vida.

5.2. A feminização do envelhecimento

O envelhecimento é um processo universal, mas esse processo vem apresentando um forte componente de gênero no Brasil, onde existem maiores proporções de idosas que de idosos. A esse fenômeno os estudiosos têm dado o título de “feminização do envelhecimento”^{91,92,93}. Em alguns dos citados trabalhos, eu encontrei uma tentativa de explicação, na base sexista e social, em outros a partir do modo de vida e de cultivo da saúde.

Para Simone Beauvoir³⁶ a longevidade dos homens é superior a dos animais. E, embora não se possa dar como certo que a hereditariedade tenha influência direta ou indiretamente nessa longevidade, muitos fatores intervêm, sendo o primeiro deles o sexo: em todas as espécies animais, as fêmeas vivem mais do que os machos. Na França as mulheres vivem em média sete anos mais que os homens, e atualmente na primeira década desse século, os resultados do Censo⁵ apontam também oito anos de vida a mais, para as

mulheres em relação aos homens no Brasil. Em nível regional, graças às disparidades sociais existente, essa diferença em Alagoas chega a 16 anos a favor das mulheres. Uma das causas dessas diferenças segundo o IBGE⁵ é que a partir de meados dos anos 1980, os óbitos associados às causas externas (acidentes de qualquer natureza e violência) passaram a desempenhar um papel de destaque e infelizmente de forma desfavorável aos homens de todas as idades, particularmente aos adultos jovens do sexo masculino. A esperança de vida no Brasil continuou se elevando, mas poderia, na atualidade, ser superior em 2 ou 3 anos à estimada, se não fosse o efeito das mortes prematuras de jovens por violência.

Veras⁷ em seu artigo “Crescimento da população idosa no Brasil” pontua como explicação as condições de crescimento, de alimentação, ambientais e econômicas, bem como os fatores abaixo:

- Diferença de exposição às causas de risco de trabalho (e, portanto menor repercussão dos fatores de risco em relação ao homem). É importante salientar que o Brasil é um dos recordistas em acidentes de trabalho. Como várias alterações foram introduzidas na legislação visando a diminuir as estatísticas de ocorrência de acidentes de trabalho, os números atuais são relativamente baixos, mas de difícil avaliação quanto à verdadeira incidência. Também são observadas taxas maiores nos indivíduos do sexo masculino entre as demais causas de morte por causas externas (acidentes em geral, acidentes de trânsito, homicídios, quedas, suicídios e outras). No Brasil, as causas de óbito mortes violentas são quatro vezes superiores entre os homens em relação às mulheres. Nos grandes centros urbanos,

apenas as causas ligadas às enfermidades cardiovasculares e ao câncer são responsáveis por mais mortes do que o grupo composto pelas causas externas que compreendem mais de 12% do total de óbitos (Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais de Saúde, CNDS)⁹⁴.

- Diferenças no consumo de tabaco e álcool - Esses produtos estão associados às causas de mortes mais importantes na faixa etária acima dos 45 anos: neoplasias e doenças cardiovasculares que ocupam os dois primeiros lugares no perfil de mortalidade no país.
- Diferenças de atitude em relação às doenças e incapacidades - As mulheres, em geral, são mais atentas ao aparecimento de sintomas, têm melhor e maior conhecimento das doenças e utilizam mais os serviços de saúde do que os homens. Além disso, em geral, a mulher se sente com mais liberdade para expressar seus problemas físicos do que o homem. A procura de assistência médica precoce é explicada como uma das causas de um melhor prognóstico das doenças crônicas entre elas.
- Assistência médico-obstétrico - Hoje, em geral, existe mais acesso aos serviços e mais consciência da necessidade de prevenção, diferentemente do passado, quando a mortalidade materna estava entre as mais importantes causas de mortes. Na atualidade embora seja um problema relevante, tende a diminuir.

Explicações à parte, é que a população de mulheres cada vez mais, vem crescendo e, quanto mais velho o grupo estudado tanto maior a proporção delas. Mas, pontuar somente as vantagens quantitativas é um erro

metodológico, pois mesmo com maior longevidade, elas têm várias desvantagens cumulativas^{5,13,74}.

Vale ressaltar, que neste estudo diferentes abordagens foram utilizadas para a coleta de dados. Abordagens essas, que vão desde a observação participante, a entrevistas individuais, ou reunião com grupos intergeracionais.

Nesse estudo encontrei duas categorias de classe social: as esposas dos proprietários da terra, portanto vivendo no rural mais isolado (Córregos). E as mulheres de lavradores assalariados, meeiros e ou parceiros, vivendo no rural aglomerado. Referendando na definição de classe social a partir de Sorokin⁹⁵ como: um agrupamento legalmente aberto, mas na realidade semi-fechado; solidário; antagônico em relação a outras classes sociais; em parte organizado, mas principalmente semi-organizado; em parte consciente da sua unidade e existência, e em parte não; característico da sociedade ocidental a partir do Século XVIII. E um conceito multivinculado, unido por dois liames, o ocupacional e o econômico (ambos tomados no sentido mais lato) e por um vínculo de estratificação social no sentido da totalidade dos seus direitos e deveres basicamente diferentes das outras classes sociais. Pelo que foi dito, ouvido e observado, por vezes de perto e dentro e de longe e fora e nos discursos, pude inferir que o Distrito em sua formação apresenta duas classes sociais distintas de mulheres. Mas na temática do processo do envelhecimento, contada através da história de vida pude inferir que existem muitas coisas em comum, também. Portanto, embora tenha encontrado duas categorias sociais, esse estudo será referendado na proposição afirmativa de Dilthey⁹⁶ sobre a unicidade e a peculiaridade dos indivíduos humanos e do elemento comum que

compartilham, assim como com suas diferenças, variações das particularidades que assomam não só na reflexão, mas também na interação social. Neste mundo cultural construído objetivamente, com suas implicações complexas há uma interseção entre o eu e o tu⁹⁶.

Apesar de observar as estratificações sociais e econômicas entre essas mulheres entrevistadas, optei por interpretar suas narrativas não pela categoria “classe”, mas pelo sentimento de pertinência à localidade, cuja formação não depende somente da posição geográfica e social, mais também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas que compartilham um mesmo território de significados culturais.

As idades das 13 entrevistadas do núcleo do distrito são: três na faixa de 60 anos ou mais; cinco na faixa dos setenta anos ou mais; quatro na faixa entre 85-89 anos; e uma com 92 anos. Das 14 idosas entrevistadas das áreas denominadas Córregos, duas estão na faixa etária de sessenta anos ou mais; sete de setenta anos ou mais; três de 80 anos ou mais; e duas de 92 anos.

Quanto ao estado civil, no núcleo do distrito, onze são viúvas, uma casada e uma em fase de separação. Três foram casadas duas vezes. Todas recebem pensão e somente uma recebe simultaneamente a pensão do marido e sua aposentadoria como trabalhadora rural. Nas áreas dos Córregos encontrei nove idosas vivendo com seus cônjuges, idosas que em sua maioria (oito delas) já completaram suas bodas de ouro. Fato que chama a atenção, pois encontrei mais viúvas no núcleo do distrito que nos Córregos. Foram contatadas duas irmãs solteironas que moram juntas com dois irmãos solteirões, mas somente uma, a mais velha com 80 anos, quis me contar sua

história. A mulher de 65 anos é muito introvertida e nem na sala apareceu para me cumprimentar.

Em diferentes ocasiões, ao conversar com algumas idosas e mencionar que tinha ido entrevistar a idosa solteira, os comentários eram muito semelhantes *“pra que você vai entrevistar uma solteirona, elas não tem nada que contar na vida”, ou “aposto que elas não falaram muito, pois elas não têm muito que contar”; “se elas vivem isoladas é porque não têm muito o que dizer”*.

As mulheres idosas (dos Córregos e do núcleo do distrito) sem exceção professam o catolicismo e algumas pertencem a grupos ligados à Igreja. O grau de escolaridade, entre elas é muito baixo. Nenhuma sequer, de ambos os espaços estudados, conseguiu completar o primeiro grau. Três delas (uma no núcleo do distrito e duas nos Córregos) conseguiram aprender a ler através da leitura da bíblia. As outras somente sabem escrever seu nome, pois segundo elas, naquela época de sua infância e juventude, aprendiam apenas o suficiente para assinar os papéis de casamento: *“Aprendi mesmo foi assinar o nome e ler um pouquinho”*.

“A bem da verdade quando eu casei, eu aprendi a fazer meu nome, assim mesmo errado, porque antigamente as coisas eram diferentes. Como a gente eu falei, meu pai registrou a gente tudo junto, e pôs eu mais nova do que sou. Então, e também no batismo lá, acho que eles puseram. Falou que ia me batizar e pôs o nome de Maria Madalena de Jesus. No dia, em que eu fui casar, meu nome estava lá, Maria Silva de Abreu. Aí foi preciso, não é vergonha eu falar, não, que as coisas já passaram. Aí quê que fez? Foi preciso eles escreverem lá o nome Silva de Abreu, porque eu não sabia como é que fazia Abreu e nem Silva. Já, Maria, eu já tinha aprendido, Maria de Jesus. É desse jeito. Agora, graças a Deus, não. Hoje eu leio qualquer coisa, só escrever, eu sou ruim pra escrever” (ND, 76 anos, 14 filhos).

Assim mesmo, eu começando a ler a bíblia, graças a Deus, fui aprendendo. Hoje eu leio qualquer coisa na bíblia, leio assim uma revista. Não sou de ler muito não, mas graças a Deus, eu aprendi. (CBB, 70 anos, 9 filhos).

Assim, as mulheres idosas de Dom Modesto confirmam a assertiva da OPAS¹⁴ segundo a qual, as mulheres mesmo com a vantagem da longevidade são vítimas mais freqüentes de violência doméstica e de discriminação no acesso à educação, salário, alimentação, trabalho significativo, cuidado da saúde, heranças, medidas de seguro social e poder político. O Censo de 2010 revela que o país tem, em números absolutos, 14,1 milhões de analfabetos, destes, 42,6% têm mais de sessenta anos. Esse é um fator marcante que sempre apareceu nas histórias de vida dessas idosas como uma deficiência, uma falta em sua vida, não podendo, portanto, ser encarado como mero resultado de uma estatística numericamente fria⁵.

Em seus ditos as mulheres apontam a discriminação por parte de seus pais, de um lado, e de outro, por parte do Estado, visto que a Escola Rural chegou ao Distrito apenas na década de 1970, no mandato do Prefeito Moacyr de Mattos (1973-1977).

Aquele grupo [grupo, em Minas Gerais é sinônimo de escola primária] que está ali, quem fez foi Moacyr de Mattos. Fez nessas roças inteiras. (Uma idosa do núcleo do distrito).

O Moacyr que fez. E na hora que o Moacyr estava derrubando lá pra fazer a escola a gente pedindo, as professoras pedindo [para ajudar]. A gente levava urucum pra por na comida, na carne, no macarrão (Uma idosa do núcleo do distrito).

Há um matiz de sentimentos, retratado nos depoimentos sobre o acesso escolar. Muitas externaram uma sensação de exclusão, de tristeza e até de revolta.

Somente há três anos, foi instituído o segundo grau nas Escolas do Distrito. Observei que das mulheres jovens e adultas com as quais convivi, nenhuma completou a oitava série, chegando mesmo a me desafiar a encontrar uma

com o primeiro grau completo. Elas relataram que passam dificuldades para que seus filhos hoje cursem a faculdade ou se preparem para o vestibular em outro município. E se queixaram mais uma vez, a grande dificuldade de acesso pela estrada. A chegada do segundo grau, segundo Dona Isolina, irá beneficiar seus netos e bisnetos e mais às pessoas que moram no povoado, pois grande parte dos netos e bisnetos, das mulheres dos Córregos, hoje vive “na rua” (cidade).

No caso das famílias com posses que viviam nas fazendas, as mulheres contaram que os pais contratavam uma professora para ensinar seus filhos e, às vezes, dos empregados, geralmente na sala da residência. Os relatos apresentam a figura dos mestres cercada pelo respeito que as famílias e as crianças tinham por eles, a história do uso da palmatória e os pensamentos dos pais quanto à educação escolar das meninas. É frequente o uso da expressão “dar escolar” como sinônimo de ser professor, muito utilizada no interior de Minas:

Eu chorei demais pra poder ir à escola, que não tinha escola pra essas roças assim. Mas os fazendeiros pagavam um professor pra dar aula pra todos que morassem na fazenda. Mas meu pai nunca deixou. Todos os dias eu via as minhas amigas ir e voltar, eu tinha que chorar porque não ia (78 anos, CBC).

Eu não pude estudar porque era muito caro para o papai pagar, então eu tive de sair para o meu irmão ficar (71 anos, CBC).

Teve mulher lá que deu escola também, uma tal de Noemi (92 anos, IC).

O Zé Cleber eu entrei na escola dele, ele era bom! Mas esse negócio de eleição, sei que ele falou assim: ó meus filhos, vocês estão na escola hoje, amanhã já vou parar. Eles não querem me pagar, eu tenho minha família, eu não posso dar escola dado. Parou. Acabou professor (CBB, 92 anos).

Tinha um lá que dava escola, quando era pra eu entrar na escola, comadre Maria aprendeu, compadre Joaquim também. Quando, eu era, o professor morreu coitado. Só um professor que tinha lá pra ensinar (92 anos, CBB).

Papai de vez em quando trazia até professor pra dentro de casa. Um dia eu estava fazendo janta o professor chegou. Sentou lá. E eu larguei minha

cozinha lá pra arrumar. Eu ficava com a cabeça quente também. Ele estava lá era dormindo, não ensinava eu nada. (CBB, 86).

Porque no meu tempo não tinha escola eles faziam uma casinha lá longe e punha uma pessoa lá pra dar uma escolinha pra menina. Nós morávamos muito longe, não tinha condições de ir, só tinha condição de passar a mão na enxada e ir pra roça, pra capinar (CBC, 71 anos).

Eu estava no segundo ano, precisou de eu sair da escola pra poder carregar comida pra meus pais e meus dois irmãos. Minha mãe criava menino um atrás do outro. E era desse jeito sabe? (ND, 62 anos).

Escola, eu tive na escola do Joaquim D'Ávila, que é esse senhor de idade, que eu saía com ele (62 anos, ND).

Mas diante disso, meu pai falava assim: menina mulher não precisa estudar, não. Menina mulher que estuda só serve pra escrever carta pra namorado. E eu pensava assim, deve ser mesmo, vou capinar. Não aguento capinar, trabalhar e ir na escola. E por ai foi (ND, 72 anos).

Os irmãos homens, [meu pai] deixou eles estudarem um pouquinho. Agora, nós mulheres não (78 anos, CBC).

As escolas eram muito distantes. Nós morávamos numa fazenda virando aquele morro. Nós andávamos a pé pra ir lá no bairro do Zacarias estudar. Meu tio dava escola lá, tinha só ele dando escola, mas tinha tanta gente pra estudar. Nessa grota ali na frente eu estudei também quando eu estava com 7 anos (CBB, 86 anos).

Eu estava me familiarizando com os depoimentos sobre a discriminação quanto ao acesso à escola e à baixa escolaridade, quando me surpreendi com uma idosa que disse ter cursado até a quinta série e ter trazido a escola para dentro de sua residência.

Não existia professor não aqui quase ninguém sabia ler não. Ai nessa ocasião eu fiquei conhecendo um. A gente o chamava de mestre. Esse homem eles levavam ele pra todo lado. Ele não podia parar num lugar que eles já ia atrás dele, pra ensinar aos filhos deles. Tinha ninguém com estudo, mas aqui em casa eu aprendi muito com ele, ele morava dentro da minha casa (86 anos, CBB).

Essa foi a única idosa que se disse capaz de executar operações financeiras e ter administrado não só as suas economias, mas também a do marido.

Eu tinha tanto dinheiro, punha tudo no banco. Comprava os trens tudo que eu precisava, punha o dinheiro no banco e assim que ficava com dinheiro de

costura. Olha pra eu largar de costurar foi muito difícil. Eu que mexia com banco tudo, ele não sabia das coisas assim como eu (86 anos, CBB).

Essa mulher contou que seu pai era muito rico e dono de muitas terras. Até hoje ela é vista com uma das senhoras de engenho, pois seu pai fabricava cachaça e atualmente seu filho mais velho que reside na propriedade está dando continuidade às atividades do pai. Revendo e digitando a história dessa idosa, o relato me trouxe à memória duas lembranças que direta ou indiretamente estão associadas: uma é sobre a máquina de costura que foi objeto de desejo de muitas dessas mulheres no passado, e justamente ela a tinha e nela trabalhava como sinal de poder e de riqueza. Pois em geral, as mulheres mais pobres costuravam as roupas a mão.

Vestia aqueles vestidinhos de saco, aquele saquinho branco, mamãe fazia pra nós esses trens na mão. E nos ficávamos achando que éramos fazendeiros. Meu Deus, era mesmo, uai (ND, 72 anos, 10 filhos).

Ela tinha máquina de costurar, mas era máquina de mão. Naquele tempo só as ricas tinham máquina de pé (IC, 73 anos, 10 filhos)

Essas colchas de retalho fui eu quem fiz, com uma maquininha assim aquela maquininha que punha no colo(Cob. 66anos, 13 filhos).

Devo esclarecer o porquê da minha inclusão dos relatos sobre a máquina de costura, pois foi deles que pude inferir que a máquina de costura de pé era um divisor de classe social. Hoje em muitas casas dos núcleos do distrito elas fazem parte dos móveis da casa, fechadas servindo como mesinha, com jarro de flores ou mesmo como oratório em cima. Nesse sentido, a presença desse equipamento em casa, para as mulheres com menos posses significa até hoje, sentirem-se mais próximas das idosas ricas, segundo seu imaginário.

Retornando os depoimentos sobre a educação formal, observei que ela era uma exclusividade dos meninos, pois segundo os pais, as meninas só poderiam estudar caso isso não prejudicasse seus irmãos. Outro ponto

importante é que o trabalho infantil era a norma, quer nas atividades agrícolas quer dentro das casas.

Quanto ao tempo de moradia em Dom Modesto, foi difícil avaliar a média, pois muitas nasceram nas fazendas do distrito ou em municípios agora emancipados, mas que pertenciam a Caratinga. Algumas disseram ter vindo pequenas para o distrito com seus pais, mas somando a idade dos filhos, que nasceram em Dom Modesto, a média é de quarenta e oito anos. Encontrei apenas uma idosa com menos tempo na localidade. Ela veio para ajudar a criar os netos, pois o filho é separado. As outras vivem em casas próprias. Encontrei somente uma idosa casada que está vivendo, como ela se refere “*como cigana*”, pois passa alguns dias no distrito e outra parte em Caratinga, cuidando da saúde do marido. Na sede do distrito encontrei somente uma idosa com 92 anos que vive só, realiza todos os serviços da casa e tem uma organização e limpeza impressionantes. No terreno vizinho, residem a nora e o filho. Eles confirmaram que ela não aceita nenhuma ajuda para as atividades cotidianas.

As outras mulheres idosas vivem com filhos, noras e genros, netos e netas, confirmando a tendência multigeracional no Brasil. Pude observar esse convívio dentro de uma mesma residência ou em residências contíguas num mesmo terreno. Vale ressaltar que o espaço físico e algumas atividades que as idosas realizam em seus terreiros (terreiro em Minas Gerais tem o sentido de espaço que contorna a residência) como a pequena horta, a criação de animais de pequeno porte como porcos e galinhas vêm sendo atualmente substituídos por construções de residências para os filhos, como também já foi referido.

Camarano⁹⁷ em artigo sobre “Família com idoso: ninho vazio” aponta que do ponto de vista dessa população, os fatores importantes para a co-residência são: as necessidades, as condições de saúde, a autonomia e a renda. Relacionando esses fatores ela define duas categorias: (1) família onde o idoso é chefe ou conjugue; (2) família em que o idoso mora em condição de parente do chefe ou do conjugue.

Nesse estudo somente encontrei duas famílias com idosos, uma no núcleo do distrito e outra num dos Córregos. Porém essa última veio residir com o filho para auxiliá-lo nos serviços da casa e na educação dos netos, visto que a mulher o abandonou. Devo esclarecer que a posse da pequena propriedade não requer exclusividade de trabalhar somente em suas terras. Encontrei homens que não somente trabalham em suas terras, mas também na lavoura de outras propriedades, principalmente, na época da colheita do café.

O permanecer em seu lugar de origem para as idosas entrevistadas não somente é prazeroso por causa das lembranças, mas porque elas o qualificam como um local calmo e sem violência. No entanto, eu presenciei e ouvi relatos sobre assaltos e mortes. Muitas comentaram, timidamente, que a violência está chegando. E uma contraposição forte à visão idílica que elas apresentam o pedido da população para que haja patrulhamento no distrito.

É através da pensão ou da aposentadoria que algumas famílias se sustentam ou complementam a renda familiar. No entanto, não encontrei nenhuma idosa que se auto-declarasse chefe de família, fato que contradiz os dados gerais do IBGE⁵. Felizmente, não encontrei no grupo das entrevistadas nenhuma com dependência motora, somente uma que foi excluída por não

poder se comunicar através da linguagem. Ela foi alvo da minha observação participante, pois em diferentes ocasiões a visitei. Embora não se comunicasse verbalmente pude ouvi-la cantar hinos da igreja junto com outra entrevistada que canta e toca cavaquinho. Ela foi por muito tempo a chefe do coral da igreja. A religião que essas mulheres professam é o catolicismo e muitas delas pertenceram e ainda pertencem a Ordem Vicentina:

Eu tenho meu terço de irmandade, eu tenho a minha fita. Eu tenho meus trem de irmandade aí tudo guardado. Eu falei: ó gente quando eu morrer, você ponham as minhas coisa aqui junto comigo, pra eu levar. A gente tem que conversar em vida porque depois morre num tem jeito conversar (86 anos, ND).

A religião que tem como um dos propósitos o de agregar. No núcleo do Distrito, a construção de uma igreja da Assembléia de Deus está criando divisão e reforçando a divisão já existente (velada) entre os moradores do núcleo e os dos Córregos, como se pode aferir nos seguintes depoimentos.

Esse pessoal tem uma vontade pra eu entrar na lei de crente. Mas eu já tenho minha lei, pra que largar essa lei? Nós já somos de Jesus mesmo. Tem dias que as crentes vêm aqui orar pra mim, pra eu me declarar, não quero, não (ND, 89 anos e tive muitos fio morto, já. A senhora sabe que eu nem sei contar mais).

Vai tomando as igrejas e as outras, vão entrando, vão tomando (CBB, 70 anos e 9 filhos).

Também a construção de uma capela dentro de uma propriedade no Córrego, onde o padre vai celebrar missa duas vezes por mês e na qual existe ciclo de orações e novenas devotas tem dividido as pessoas que freqüentam a matriz do núcleo do Distrito: “*Faço uma pra mim, o outro lá faz, vai fazendo, e a igreja da nossa comunidade fica vazia*”.

Pude perceber que professar a mesma religião que sempre predominou, o catolicismo, nesse distrito é o elo de ligação entre os moradores do núcleo do distrito e os dos Córregos. As idosas dos Córregos, mesmo as adultas jovens,

ao se referirem a Dom Modesto como nossa comunidade, mais do que de um espaço geográfico se referiam a lócus social e inter-relacional em que a conotação religiosa e a freqüência aos cultos aprofunda o sentimento de pertença.

Lá, se os de lá [do núcleo do distrito] participassem era muita gente. Se todo mundo participasse, também. Mas a igreja não cabia. Metade é crente, esta passando [muita gente] pra igreja evangélica (CBB, 70 anos)

Ela é ministra. Ela só vai a Dom Modesto quando ela precisa ir lá buscar comunhão. Mas participar lá, não esta mais não (CBB, 86anos)

Eu ia muito em Dom Modesto rezar terço. Agora fez essa igreja ali, nós juntamos todos nessa igreja ali. (IC, 73anos)

Uma das mulheres idosas que moram no núcleo do distrito, embora não se intitule cuidadora de doentes, é reconhecida como tal tanto por essa comunidade como pelas pessoas dos Córregos pelos serviços prestados a seus familiares e amigos doentes. Ela comentou que se afastou da Conferência do Senhor Bom Jesus, ao ser chamada a atenção por estar freqüentando cultos da igreja evangélica.

As Conferências do Senhor Bom Jesus e de São Caetano, presentes em Dom Modesto, são organizações e movimentos da igreja católica que têm como objetivo aliviar o sofrimento das pessoas. Segundo as idosas, elas oferecem qualquer forma de ajuda por meio do contato pessoal, e essa vai desde oração até apoio material. Pude não só observar como participar das atividades na casa de uma idosa dependente com a minha hospedeira e com sua filha mais velha (solteira com quarenta e oito anos). Fizemos desde a faxina da casa, cuidados com higiene e alimentação. As mulheres das diferentes Conferências fazem rodízio para ajudar o filho a cuidar de sua mãe com comprometimentos funcionais.

As participantes realizam visitas às casas, reúnem-se para fazer cestas básicas para aqueles que estão necessitados, fazem distribuição de roupas, mas atualmente segundo algumas delas, quase não existem pessoas necessitadas, pois com a aposentadoria, a lei de Prestação de Benefício Continuado, a bolsa família, a bolsa escola minimizou bastante este problema. Essa constatação também está presente nos estudos de Delgado e Cardoso, Beltrão, Camarano e Mello^{98,99,100} que em seus resultados de pesquisas encontraram que os benefícios rurais estão desempenhando um papel importante na redução da pobreza e na melhoria da distribuição de renda entre os idosos. A aposentadoria e os benefícios não contributivos têm afetado a composição dos arranjos familiares, a estrutura produtiva e a economia familiar rural.

Não me estenderei nesse tema, pois ele será discutido com maior profundidade no capítulo sobre velhice e aposentadoria.

Entrevistei uma idosa que, só tempos depois vim, a saber, que era filha de outra muito mais velha. O tom de voz e um ditado me fizeram reconhecê-las como parentes: *“Deus é muito bom. Vou falar uma coisa pra senhora, doença não mata ninguém, serviço não mata”* (mãe, CBB, 92 anos) (...) *Que a gente esgotou as forças! Mas, eu vou levando, vivendo, serviço não mata, sofrer não mata* (CBB filha, 70 anos).

As distâncias (grande ou pequena, tanto entre os Córregos entre si; entre os Córregos e o núcleo do distrito; e entre as pessoas desse núcleo) dificultam a quem não mora lá perceber os elementos que congregam as pessoas como os laços religiosos e as relações de amizade e compadrio.

No núcleo do distrito tomarei, como exemplo, o caso de dona Fiota que por diversas vezes indicou-me para entrevistar sua comadre Lourdes, que em sua história de vida, era sempre mencionada nas brincadeiras infantis. Vale ressaltar que eu já havia tentado entrevistar uma senhora com o nome Lourdes que havia recusado o convite por estar passando por problemas pessoais e não ter disponibilidade. Para espanto meu, quando estava na casa de dona Fiota proseando com ela e seu marido, chega a comadre Lourdes. Nesse instante tive duas surpresas reveladoras: uma foi o alerta de estar atenta às primeiras impressões e interpretações. Eu havia cometido um equívoco: antes desse contato considerava a relação estreita e duradoura entre Dona Fiota e Dona Lourdes. Mas em nenhum momento cogitei que esse elo fosse entre irmãs. Muito menos que, a Dona Lourdes visitada anteriormente por mim e que havia se recusado a dar seu depoimento, alegando estar muito triste por problemas familiares, era a mesma que agora encontrei. Já num novo contexto, passo, a saber, que o motivo da tristeza de Dona Lourdes é sua preocupação com uma das netas, uma adolescente de quinze anos, que está grávida de seu primo que reside em Belo Horizonte. Ambos são filhos de duas irmãs. Dona Lourdes estava temerosa quanto aos tramites de autorização da igreja para celebrar o casamento e preocupada com a saúde do futuro bisneto.

A segunda descoberta é de que realmente eu estava no caminho certo quanto a estar atenta aos membros familiares e graus de parentesco na localidade, tanto no núcleo do distrito como nos Córregos: *“Esse pessoal de Dom Modesto é tudo casado com parente.”*

O casamento da Luciene foi uma polêmica. Até o médico de Belo Horizonte que falou, que tem mais chance de nascer um filho com suficiência [normal] do que com um primo, que já aconteceu muito. (CBC, 26 anos).

Casei, estou por aqui até hoje. Nos éramos primos. A avó dele com a minha avó eram irmãs. A mãe dele com a minha mãe eram primas (CBB, 92 anos).

E aí os rapazes falavam assim, mas o senhor deixou a outra filha casar com 15 anos porque que o senhor não deixa esta também? Papai falava assim: ela casou com 15 anos porque o marido dela era primo primeiro dela (CBB, 86 anos).

Casada com primo. Por isso que eu falo com você, é de raça. A Luciene não casou com primo primeiro. A minha menina casou com primo, neto dela. Ela enrama. Por isso que a família é desse jeito (CC, 52 anos).

A proximidade entre os familiares, a convivência e a frequência em comum nas festas, rezas, missas, bailes são fatores que elas justificam os casamentos entre parentes. Chamou minha atenção o fato de que o casamento da neta de Donas Lourdes se deu quando a neta foi passar uma temporada na casa da tia em Belo Horizonte. E o pequeno Gabriel de cinco anos já revelar, em sua ingenuidade, que ama a prima. Ele me mostrou o desenho que fez para ela: “*Como eu amo Vitoria igual uma prima, fiz uma borboleta, fiz uma árvore, fiz duas casinha, coração, eu fiz meu nome Gabriel Gouveia Lopes*”. Encontrei relatos semelhantes de amor entre parentes em todas as áreas que pesquisei.

Strauss¹⁰¹ ao analisar as composições familiares de diferentes culturas, não somente desconstrói a proposição de que a família é baseada na união mais ou menos duradoura, mas, socialmente aprovada de dois indivíduos de sexos diferentes, que fundam um lar procriam e educam os seus filhos e aparece como um fenômeno praticamente universal, presente em todos os tipos de sociedades. Declara também que nada é mais falso que reduzir a família à sua base natural. Nem o instinto de procriação, nem o instinto maternal, nem os laços afetivos entre marido e mulher e entre pai e filhos, nem a combinação de todos estes fatores o explicam. Por muito importantes que sejam esses elementos não poderiam, por si sós, dar nascimento a uma família, por uma razão muito simples: em todas as sociedades humanas, a

criação de uma nova família tem como condição absoluta a existência previa de duas famílias, prontas a fornecer, uma, um homem, outra uma mulher, de cujo casamento nascerá uma terceira e assim indefinidamente. Em outras palavras, o que diferencia o homem do animal é que, entre os humanos, uma família não poderia existir se primeiro não houvesse uma sociedade composta por uma pluralidade de famílias, que reconhecem a existência de laços além da consangüinidade. O processo natural de filiação não pode seguir o seu curso senão integrado no processo social de alianças¹⁰¹.

Embora na atualidade a configuração de família, no meio urbano cosmopolita venha se diferenciando e produzindo diferentes modelos, no espaço rural ainda se encontra cristalizado a proposta tradicional. O modelo de casamento *ad aeternum* pode ser registrado neste estudo com as idosas entrevistadas. Mas as separações, aos poucos começam a surgir entre as mulheres abaixo dos setenta anos, sobretudo, motivadas por violência doméstica por parte dos maridos. A separação nos casamentos dos filhos não é vista com bons olhos pelas idosas, mas elas dizem que se conformam, pois algo novo dos tempos modernos.

5.3. O ciclo de quem envelheceu

Considerando que o processo do envelhecimento é uma construção histórica e sócio-cultural, tentarei aqui desvelar a revelar as principais categorias empíricas do processo do envelhecimento e analisá-las através de um dialogo constante entre a literatura e a perspectiva de quem o está vivenciando. Segundo Gadamer¹⁰², o conceito de vivência corresponde o de reflexividade, de interioridade e de configurações de sentido. Algo se

transforma em vivência, na medida em que ao ser vivenciado trouxe uma ênfase especial para a existência, conferindo-lhe um significado duradouro. Importante dizer que as narrativas de envelhecimento, das mulheres de Dom Modesto, de certa forma reconstroem uma época rural de Minas Gerais. E nesse sentido, elas são, também, memória e documento.

As mulheres idosas que entrevistei, em alguns momentos começam a narrativa de sua vida de forma muito semelhante, seguindo as etapas do ciclo de vida proposto por Durston¹⁰³. Segundo esse autor, o ciclo de vida rural possui uma seqüência que varia entre as pessoas e, em casos individuais, existem algumas fases que não ocorrem. Mas, o autor comenta sobre três etapas: (1) a da infância dependente; (2) a juvenil, que compreende a fase escolar que faz sincronia com um tempo de ajudar ao pai e a mãe em suas atividades; (3) a fase parcial de independência econômica¹⁰³.

Depois vem a fase adulta: (1) de recém-casados; (2) de pais jovens com filhos menores; (3) de pais que contam com força de trabalho familiar infantil; (4) de pais com força de trabalho adolescente; (5) de chefes de uma família extensa; (6) de crescente perda do controle sobre os filhos; (7) de doação ou concessão de herança antecipada de terra; e (8) de anciãos dependentes.

Algumas mulheres iniciaram suas histórias contando o número de filhos de sua mãe outras contando a perda da mesma. Em sua grande maioria, relataram a prole extensa de seus pais (entre 10 a 18 filhos), histórias de abortos, de hemorragias, de morte dos irmãos em diferentes etapas de vida (neo-natos, recém-nascidos e abaixo de cinco anos, principalmente), morte

precoce das mães. O primeiro que pude inferir foi a elevada fecundidade e os altos índices de mortalidade infantil e materna.

Minha mãe teve 15 filhos, mas foi tudo fora de tempo, só foi três foram [em tempo] normal. Só três escaparam. Mas, dois também já morreram (CM, 83 anos).

Dez filhos, ela teve treze, faleceram três (CM, 78 anos). (...) Minha mãe, era mãe de 11, eu conheci cinco, mas já morreu tudo, só tem dois gêmeos e eu (IC, 73 anos). Eu fiquei sem mãe com a idade de nove anos (ND, 72 anos). (...) A mãe eu quase não conheci, quando ela morreu eu estava pequena (ND, 89 anos).

As narrativas eram quase como um mantra, em que entravam sempre o grande número de filhos, as mortes precoces das mães e a mortalidade infantil. Estranhou-me, no entanto, o depoimento de uma delas, ao recordar sua relação com a avó materna: *porque eram 18 filhos morando com ela, tinha 24 filhos*. Em seguida veio a explicação: *“ele tinha três mulheres. Das três tinha 24. Era um lugar tão bom! Dezoito filhos moravam perto dela*. Nesse enunciado, tomo ciência, sobre os filhos “das outras”. E descobri serem comuns histórias de traição dos maridos com mulheres da mesma família da esposa ou dele. E em alguns casos, ouvi sobre a aceitação por parte das mulheres, dos filhos nascidos em relação extraconjugal do marido.

A minha avó falava: você vai casar com o outro que é pobre, o pai dele tem quatro mulheres na fazenda. Que negócio é esse? Eu saí de um atoleiro e pulei no outro, pois o pai dele também tinha duas mulheres e eram parentes. O pai arranhou outra mulher e tem cinco filhos com ela, tudo é herdeiro, ele já morreu e esta aquela bagunça! (Cob; 66 anos)

Conforme eu falo pra ela: minha filha você não xinga a amante dele, ela é parente ainda! (ND, 71 anos).

As brigas, por traição, entre as mulheres envolvidas são comentadas nas rodas de conversa. Eu mesma fui alertada para presenciar duas mulheres que se atracavam como em um duelo de luta livre até que um homem as separou.

A platéia agia com diferentes atitudes, desde risos, incentivos, até recriminação.

No decorrer dos relatos que ouvia, seguindo o critério de Durston¹⁰³ observei a sincronicidade da fase infantil escolar com a fase de ajudante do pai ou da mãe nas atividades, mas com ênfase no trabalho. A fase escolar é um período muito lembrado, mas em tom de lamento e tristeza, pela falta de oportunidade e acesso. Muitas disseram que não tiveram infância, pois começaram a trabalhar muito cedo como ajudantes de serviço do pai ou da mãe. As brincadeiras, quando recordadas e reveladas, eram as comuns no interior de Minas: roda, passar anel e direito sextavado. Nenhuma se lembrou de cantigas da infância.

Também nesse sentido as falas foram recorrentes: *“não tive infância, desde pequena eu trabalho na roça”. (...) a minha vida na infância era mesmo serviço. Eu cuidava de meus irmãos cuidava de roça (...)*”na minha infância a gente ajudava o pai da gente, hoje está tudo diferente.”

Uma brincadeira que duas idosas relataram e dizem que ainda praticam é a de gangorra (balanço). Durante o trabalho de campo, uma delas veio me convidar para ir com ela e seus netos na mata, para procurar uma árvore e gangorrar. Fui e foi uma manhã bem divertida e prazerosa. Noutra ocasião me peguei observando, um idoso em sua propriedade também gangorando e a esposa me disse: *“ele gosta muito de gangorra”*. O balanço é também utilizado e disputado pelos netos que moram em outra casa com os pais na mesma propriedade.

Da infância o que em geral essas idosas recordam e fazem comparação com os dias de hoje - e muitas vezes a minha presença foi um disparador dessa lembrança - era a proibição das crianças ouvirem as conversas de adultos, principalmente quando havia visitas. O código entre olhares de mães e filhas, ou seja, o dito pelo gesto lembrava o interdito. A quebra desse código ocorre na geração dos netos, visto que as filhas ainda seguem o padrão tradicional de comportamento. Uma delas comentou que considera falta de respeito e de educação por parte das crianças. Outras idosas já se conformaram, mas não aprovam o comportamento, pelo qual jogam a culpa no mundo.

Só a mãe da gente olhar assim, a gente sabia! Do contrário a gente apanhava! Coitadinho dos meninos saiam para um canto, tudo correndo! (ND, 72 anos).

Só de olhar para gente! As crianças ouviam e tinham que ficar caladas (ND, 62 anos; CDB, 78 anos)

Mudou porque os filhos hoje, a gente fala um trem com eles, eles não obedecem (ND, 62 anos). (...) O que eu vejo é que as crianças não são culpadas, os jovens não são culpados, é o mundo (CBC, 78 anos).

A fase como ajudante do pai e da mãe muita vezes sincronizada com a escolaridade aparece, porem revelando a exclusão das meninas, a favor dos irmãos meninos. O pai não somente estava presente na hora da iniciação ao trabalho, como determinava as tarefas do trabalho no campo, tanto para meninas como para meninos:

Depois com a idade de oito anos o pai punha de madrugada todo dia pra levantar pra moer cana, carregar cana pro engenho de madrugada, mas não era todo dia não (CBB, 70 anos).

Nós fomos criados no serviço. Meu pai era régio demais da conta. Não gostava que nos saíssemos nem com a nossa avó. Nos fomos criado no serviço. Nos só saíamos de casa para ir à igreja (ND, 72 anos).

Eu sabia fazer tudo quanto há de homem. Não tinha esse negócio de separação, os homem trabalhavam e as mulheres também trabalhavam, papai punha todos pra trabalhar. Tinha que aprender fazer todo serviço de homem.

Meu pai dizia: se elas casarem com homem que não presta, que não gosta de trabalhar, às vezes elas precisam tratar dele, elas sabem tudo (CBB, 86 anos).

Pude observar que essa ética do trabalho no campo incluía tanto as meninas e os meninos filhos de fazendeiros como os dos empregados. Revendo o ciclo proposto por Durston¹⁰³, pude inferir que nem todos os períodos correspondentes às grades etárias e os comportamentos esperados e demarcados por eles, em muitas histórias de vida não aparecem, principalmente nas narrativas das mulheres acima de setenta anos, mesmo porque a grande maioria casou com a idade entre quatorze a dezesseis anos.

Para a grande maioria, a adolescência mesclada por brincadeiras infantis e idas a bailes, festas, rezas, namoro, escolha do noivo foi particularmente marcada pela presença do pai, sobretudo quanto aos comportamentos proibidos. A presença paterna constante nos enunciados chama a atenção, pois são poucas as referências às mães. Quando falam delas é para mencionar suas proles e, algumas vezes, ou como intermediária no caso de namoros. Porém a figura paterna, confirmando um padrão familiar patriarcal marca a vida dessas mulheres até o momento de saírem de casa para se casar.

Muito desses homens seja como figura paterna, seja como padrinho ou tio eram os que conduziam as jovens bailes, ou porque gostavam de dançar, por serem sanfoneiros ou violeiros ou para tê-las sob sua guarda. É o mesmo pai severo e frequentemente violento que as levava para sair e para se divertir nos pagodes. Muitos também tocavam instrumentos ou simplesmente gostavam de dançar.

“De primeiro o que tinha era uma sanfoninha e uma dança, que era o divertimento” (CBB, 92 anos).

Dançar podia, mas se o cavalheiro tomasse uma pinguinha não podia, se tivesse sem paletó não podia. Dançar duas vezes seguida não podia, não querer dançar também não podia, tinha que dançar com todos (CBC, 77 anos).

Meu pai ia muito em pagode, eu ia, ele levava aquela moçaiada, tinha muita sobrinha. Nós morávamos tudo perto, ia tudo (IC 86 anos).

Papai fazia pagode, fazia aniversário dos meninos gêmeos, tinha aquela alegria de ter os gêmeos, fazia broa, a mãe despejava uma lata de 18 litros assim de broa na mesa (IC, 73 anos).

Papai saía demais da conta e levava as filhas. Porque as filhas, ele não deixava sair de casa com ninguém. Só se fosse com a mamãe. Se a mamãe fosse levar, ele deixava, mas com outra pessoa, comadre, vizinho, ele não deixava (CBB, 86 anos).

Pude perceber que as mulheres dos Córregos iam mais a bailes que aconteciam nas casas de suas avós, de parentes, em festas de casamento, batizados e depois das rezas nos domicílios.

Eu chegava lá naquela alegria. Minha avó torrando café na panela, aquele café cheiroso, eu abraçava minha avó alegrinha com nossos tios, nossos primos, todos iam pra lá, meu tio que tocava violão, eu ia cantar com oito anos de idade. Ai eu ia pra casa de minha avó dançava todo o sábado, papai deixava nos irmos de mês em mês, tinha três, quatro bailes. (IC, 73 anos).

E lá cada sábado era um baile numa casa, baile assim de respeito. (CBB, 92 anos).

Nos bailes, entre uma dança e outra, acontecia o namoro. Esse foi um período marcante nas histórias de vida, como veremos a seguir. Ao se referirem a essa etapa de vida, as mulheres sempre fazem comparação com os dias de hoje, muitas vezes com reprovação aos comportamentos vigentes, outras vezes conformadas. Algumas comentaram que nem tiveram um período de namoro:

“eu nunca namorei, ele foi lá em casa duas vez, inteirou três no dia do casamento, eu nem sabia o que era namorar” (72 anos,ND).

Aí ele foi lá umas quatro vezes. Quando foi na quarta, foi pra casar. Duas vezes, ele foi ao casamento [que houve] lá. Fiquei conhecendo ele por causa do tio meu que fez esse casamento (92 anos, CBB).

As que tiveram um período de namoro são unânimes em afirmar a falta da proximidade física entre os rapazes e moças.

Tinha o dia de namorar e as hora tantas hora tinha que ir embora, rachar fora. É minha filha, não era igual o dia de hoje (65 anos, CM).

De primeiro o rapaz não podia sentar nem perto da moça pra conversar não. Só conversava de longe, se não era falada. É minha filha, o trem era feio (CM, 78 anos).

Namorar, se olhar, gostou daquele rapaz, ficava aquele olhado só no olhar. Os outros também ficavam aquele olhado ali e pronto. A gente casava sem saber quê que é o calor de um homem no corpo da gente (CBC, 78 anos).

Eu não sei como é que a moça casava não. Não sei como é que a gente começava a namorar e dava até pra casar! Coisa doida (72 anos, ND).

Revisando os depoimentos, pude perceber que o período de namoro sempre foi marcado por uma interdição dos jovens se aproximarem fisicamente e eles sempre estavam sob a observação vigilante dos pais e irmãos menores, e até de vizinhos, algumas vezes. Esse comportamento esteve presente na situação das mulheres entrevistadas de todas as faixas etárias.

Teve um dia eu peguei na mão do meu noivo, eu vinha caminhando na linha ali, naquele lado da estação. Aí lá ia eu com a mão dada com o meu namorado. Cheguei em casa meu pai, achou ruim, me deu uns pescoções, e eu fiquei até triste (ND, 62 anos)

A figura paterna que conduzia essas mulheres hoje idosas aos bailes é sempre retratada como austera, geniosa, braba, respeitosa. Mas pude perceber também que o pai representava um limite muito claro para seus comportamentos, por meio de uma ameaça velada ou explícita de lhes impingir agressões físicas. Em todas as falas, das quais os depoimentos a seguir exemplificam, o padrão patriarcal predomina em seu estado mais bruto possível.

Papai saiu por cima de mim com uma faca. O dia que eu voltei lá na casa dele foi pra ver um frango que eu tinha deixado pra arrumar um dinheirinho e ir

embora pra Caratinga. Eu te dou cem mil reis pra você ir embora e não volta aqui mais. Você não pisa aqui em casa mais não. Assim eu fiz. (ND, 71 anos).

Meu pai era muito bom. Era assim genioso eu trabalhava muito com ele plantando café, carregando pau de derrubada afora, a aquilo era madeirona que era derrubada. Então eu convivi muito com ele. Ele era muito bom, mas brutalhão comigo. Se ele pedisse um café, se eu chegasse até ele e o café estivesse frio ele jogava aquele café em mim, Era genioso(IC, 92 anos).

Também em todos os depoimentos, com nuances que variam, mas que ao mesmo tempo, tornam semelhantes as situações vividas pelas idosas, enquanto moças em situação de namoro, o papel da figura paterna anulava o poder das mães em relação aos comportamentos e escolhas. Essas falas reafirmam o padrão machista ainda bastante vigente.

Às mães eram reservados os ensinamentos sobre as transformações corporais, mas nunca de forma natural e antecipada, e sim, algumas vezes do pai tomar conhecimento. Entre risos e gargalhadas, eis aqui o que Dona Fiota que vive no núcleo do distrito me contou:

Eu falei com o papai até coisa que não era pra falar. Eu não sabia de nada e falei: 'arrebentou a veia'[para dizer que ficou menstruada]. Foi uma veia aqui papai. Ai o papai disse: não minha filha, vai lá falar com a sua mãe que ela explica pra você. Quando começou a crescer o seio eu disse 'ó papai estou com uma nascida aqui [furúnculo]. E meu pai: vai lá fala com sua mãe que ela explica o que é.

Outra idosa que mora num dos Córregos contou o que lhe ocorreu depois do casamento:

Na segunda noite ele falou pro papai que eu não queria dormir com ele. Foi contar pro papai como ele ia arrumar, que eu deitava noutro quarto. [Aí meu pai falou: você casou, agora você tem que dormir com seu marido todo o resto da sua vida. Mas eu chorei tanto quando ele falou aquilo (CBB, 86 anos).

Essas mulheres se justificam com a seguinte frase, ouvida por mim em diferentes ocasiões: *“De primeiro, as mães nem falavam com a gente nada, a gente era boba”*.

A figura paterna determinava tanto a escolha, a aceitação, o tempo da jovem se casar, como o espaço físico em que deveria viver. Há histórias tão diferentes da situação de hoje que uma senhora comentou: “*Se for contar até as pessoas pensam que é mentira de tanto trem esquisito*”.

Eu estava com 17 anos, eu não queria casar, queria estudar meu pai falou que não aguentava pagar colégio pra mim (IC, 73 anos).

Ai ele falou: oh minha filha, esse moço vai te namorar, você casa com ele. Você não vai ter eu e sua mãe pra toda a vida. Ele é trabalhador, casa com ele (CBC, 71 anos).

Eu era a única filha que meu pai não deixava ficar perto conversando com rapaz. Eu tinha muito rapaz que queria me namorar, mas o meu pai só fazia gosto com o Zeca então eu casei com ele (86 anos, IC).

Eu estava querendo é casar com outro, que era novo. Eu falei pro meu pai: esse não vai dar muito certo não, ele vai adoecer lá, vai morrer na casa São Vicente, eu vou ficar viúva, ficar viúva nova (ND, 89 anos).

A minha avó falava: você vai casar com o outro que é pobre, o pai dele tem quatro mulheres na fazenda. Eu saí do atoleiro e pulei no outro, porque o pai dele também tinha duas mulheres e era de casa, parente. Ai eu falei: madrinha isso não está certo! Mas eles têm [patrimônio], eles são ricos. Falei assim: riqueza pra mim não manda nada, mas eu vou obedecer vocês contra mim (Cob; 66 anos).

Fato curioso é que somente nas narrativas das idosas dos Córregos é que se encontram relatos sobre brigas e discussões entre namorados, por causa delas. O comportamento de namoro como troca de olhares no ambiente público, o pedido de consentimento por carta ao pai que só dava resposta quando as filhas teriam idade permitida para casar (14 anos no religioso e 16 anos no civil) muitas vezes trazia discussão e até mesmo brigas com armas, como duas delas relataram:

O Jorge, nós dançávamos, nos gostávamos um do outro, mas um dia não sei o que aconteceu lá, o Agenor apareceu. Ele viu. O quê que ele fez? Saiu até tiro (86 anos, CM).

Quando eu peguei a dançar com esse meu namorado, o meu marido com quem eu casei, os outros rapazes ficaram com muita raiva. E eles começaram a andar armados também, estava um trem difícil! Cada um comprava uma garrucha, um revolver. Diziam que iam matar ele. Mas ele não morreu porque o

primo dele não deixou eles matarem. O outro rapaz veio de lá com o revólver assim na cara dele, pra atirar nele (92 anos, CBB).

Quando eu casei estava tudo bem arrumadinho. Tinha um quarto muito bem arrumado pra nós, na casa dos pais. Era costume. Todo lugar que a moça ia casar, já arranjava um quarto pra eles, pros noivos, para quando chegasse ter tudo arrumado, cama, tudo lá. Mas eu fui dormir no quarto que eu dormia quando era solteira, na minha cama, e não no quarto que eles tinha arrumado pra nós. E vai naquela noite já estava de madrugada ficou por isso mesmo. Ele ficou por lá sozinho, e eu fiquei no meu quarto, sozinha. Mas o papai não sabia. Quando foi no outro dia, a gente levantou cedo ele pegou a chamar pra passear com ele. Era numa quinta feira, um dia santo: vamos passear na casa da sua irmã lá no Bairro das Graças. A gente foi e toda hora e ele tentava me abraçar, mas eu não encostava nele mesmo depois de casada. Ficava com um pouco de medo. Toda hora querendo me abraçar no meio do caminho, me beijar, eu ficava sem jeito. Bobice minha, eu tinha casado mesmo! Na segunda noite ele falou pro papai que eu não queria dormir com ele não. Perguntar como ele ia arrumar que eu não queria dormir com ele, que eu deitava sem ninguém saber que eu estava noutro quarto. Aí papai ficou me vigiando. Quando eu lá ia entrar pro meu quarto ele falou: minha filha você já casou, agora você tem que dormir com seu marido, seu quarto está arrumadinho lá. Você vai deixar seu marido dormir sozinho? Você não vê que eu e sua mãe vivemos juntos até hoje, quantos anos de casado e essa filharada? Você casou, agora tem que dormir com seu marido para o resto da sua vida. Mas eu chorei tanto quando ele falou aquilo! (CBB, 86 anos).

Eu levei um ano pra falar o nome dele (92 Anos, CBB).

Foi difícil até que eu aceitasse conviver. Foi difícil, muito difícil! (ND, 71 anos).

Em geral, nas fazendas e sítios havia um cerimonial que difere completamente dos atuais:

No tempo em que eu casei, existia um testemunho pra ir na igreja, fazia a maior festa e todos os convidados iam para a casa da noiva. Não tinha esse negócio de dar presente e nem de encher a igreja, não. Quem fez o casamento da gente foi o Monsenhor Rocha, lá na catedral. Na cidade só tinha dois carros. Um fordinho e um outro carro que nessa época eles chamavam de “expressão”, ou seja, era de carregar as noivas. Entrava o padrinho, a madrinha, o noivo, a noiva e iam pra igreja. Ia lá, casava, voltava. Quando chegava em casa era aquela festa. Durava a noite inteira até o outro dia. Mas lá na igreja não ia muita gente não. (CBC, 77 anos).

Cerimônias como a citada no depoimento acima se realizavam em Caratinga. Pois em Dom Modesto não havia carro e nem estrada para eles, apenas carro de bois. As mulheres contaram que não se casava no mês de agosto nem no período da quaresma. Algumas dela, geralmente as residentes

nas áreas dos Córregos eram convidadas a fazer os discursos nas festas de bodas. Esses fatos foram narrados por várias entrevistadas.

E quando tinha um casamento assim eu ia falar o discurso pros noivos. Quando punha as mesas para o almoço ou o jantar dos casamentos, eles não iam comer enquanto eu não falava o discurso. Tudo era assim! Eu era chamada pra longe pra eu fazer isso. E eu falava sem vergonha nenhuma. E todo mundo batia tanta palma. Aquela gente me abraçando! (CBB, 86 anos).

Se muitas delas referiram a falta de liberdade da mulher na sua época, hoje elas consideram que há excesso, principalmente quanto à educação das moças e à sexualidade. Em suas palavras, reprovam ou se conformam com os costumes tão diferentes.

Nem não namorou já está de mão dada. Porque hoje a intimidade é mais, o namoro é totalmente diferente. O namoro hoje está assim avançado, mas, aqui na minha casa ela me respeita, não tem agarramento com moço! (65 anos, CM).

Hoje em dia, eu tenho neto demais, neta demais da conta, moça pra casar. É muita neta mesmo. Bisneta, tudo pra casar. E aquilo: já estão abraçadas com os namorados. Já até deitam na cama junto. Aqui em casa quando vinha eu dizia: eu não gosto disso! A gente não acha bom, mas eles fazem. Eu falo assim: você já casou? Ah vovô, se a gente não dá, não acontece nada! O que eu vejo que as crianças não são culpadas, os jovens não são culpados, é o mundo. Evoluiu tudo, mudou, mudou, mudou demais mesmo. (CBC, 77 anos).

Revisitando o estudo de Sorokim, Zimmerman e Galpin¹⁰⁴, que descrevem a mobilidade social, como uma, das diferenças entre o espaço urbano e o espaço rural, posso afirmar que nesse último contexto, o casamento propicia uma mobilidade horizontal, que opera dentro da mesma camada social. O casamento que poderia ser um novo marco, uma mudança de vida, para algumas, constitui apenas uma mudança de casa.

Casei muito nova com dezesseis anos e meu esposo com idade de dezoito! e aí vieram os filhos, um atrás do outro. Sou mãe de dezoito, tenho treze vivos, só homens são dez. Eram quatro mulheres, mas Deus tirou uma ficaram três. Eu tive todos em casa tudo, com hemorragia ainda, tudo com hemorragia (CM, 78 anos).

Mas se não houve uma mobilidade social, houve uma mobilidade sentimental e emocional, visível quando algumas se lamentam ou se queixam das dificuldades que vivenciaram. Como alguns depoimentos aqui revelam: *“apareceu esse casamento pra mim como é que eu vou arrumar santo Antonio se pegar a brigar comigo?”(...)* *“Eu tive uma criação muito bonita, mas depois dos dezessete anos, eu entrei numa prisão”*. Todas com grande número de filhos, muito trabalho e dependência total dos maridos. Apenas as mulheres com idade de 60 anos e pouco mais começaram a ter um declínio da fecundidade.

Mas as histórias de nascimento dos filhos em casa geralmente foram contadas com orgulho.

Tudo em casa, sete filhos, sete partos normais. Nós somos muito devotos de Nossa Senhora da Consolação. Eu tenho a correia dela, eu atava em mim desde que eu pressentia que estava esperando menino. A noite eu tirava pra dormir com meu marido, pois ele precisava de respeito.(IC, 73 anos).

Tive três filhos, eram quatro, mas um nasceu morto. Foi preciso eu até ir pra rua [para a cidade] para fazer cesárea, porque ele já estava morto. As meninas nasceram em casa (CM, 70 anos).

Ganhei esses 10 meninos em casa, só um que foi no hospital! (ND, 72 anos)

Eu sou mãe de dez e todos nasceram em casa. Nunca fiz um pré natal nem nada (CBC, 78 anos).

5.4. A história da prole e da sexualidade

Embora todas as mulheres entrevistadas tenham relatado sua extensa prole, podemos observar sua ingenuidade ou mesmo ignorância em relação à sexualidade, aos sentimentos conjugais, à continuidade e ou repetição dos comportamentos. Portanto abrirei aqui um parêntese para narrar um pouco mais sobre a prole e sexualidade dessas idosas.

As narrativas sobre a gravidez materna foram elaboradas contando as transformações do corpo, os vestuários, as roupas do recém-nascido até a chegada e apresentação do mais novo membro familiar. Tudo isso foi matizado por um clima de segredos, lendas, dúvidas, vergonha, censura e inquietações.

A primeira história de vida que escutei, de uma idosa, incluía a narrativa da gravidez de sua mãe. Observei que quase todas as outras construía um enredo semelhante.

A censura quanto à exposição da barriga é um julgamento tão forte que ao escutar uma mulher de cinquenta anos em tom de segredo, parecia-me que tinha medo de ser ouvida. Os matizes de sua voz ora revelavam indignação ou jocosidade.

Hoje em dia, coitadas das mães deixam as filhas passar a mão no barrigão, sabem o nome dos coitadinhos que nem sabem se vai chegar vivo. A gente vê aquelas mulher sentada naquela calçada ali com aquelas roupas lá em baixo, com aquele shortinho lá embaixo com aquele sutiãzinho e aquele panção. Tenho vergonha de ver, não gosto de ver, estou velha, mas, não gosto de ver aquele melancião (72 anos, ND).

O segredo sobre a gravidez era tão comum que as mães escondiam dos filhos até a confecção do enxoval do bebê, mesmo para os mais velhos. Mas ela não era escamoteada apenas dos filhos, mas também da coletividade. E para ocultar a barriga, as mulheres utilizavam artifícios:

Mas a gente usava umas roupas muito decentes, aquelas roupas muito bem feitas, largas, com aquelas pregas fundas, plissadas. Faziam aquelas batas, aquelas saias que hoje ninguém faz. Tinha aquele corte, não levantava pra cima da barriga não. Tudo bonito (CBC, 77 anos).

Todas, ricas e pobres compartilhavam a vergonha da aparência do corpo:

“todas tinham vergonha, muita vergonha, nem se fala!” (...) Por causa do corpo eu ficava gorda, achava que aquilo estava ruim sem jeito (ND, 71 anos).

Eu ia pra beirada do fogão fazer comida e ficava de lado assim escondendo a barriga. Eu ganhava neném aqui. Eu ia à missa em Dom Modesto. Eu chegava com neném lá, todo mundo ficava bobo, ninguém sabia que eu estive grávida. Eu morria de vergonha (CBB, 86 anos).

As mães faziam as roupas escondido. Os outros meninos mais velhos não podiam ver. Tudo escondido (ND, 77 anos).

A mamãe quando estava esperando menino, ela vivia escondendo as coisas, as roupinhas que fazia a gente não podia ver. Quando nascia o bebê as roupinha estavam prontas (CBB, 86 anos).

Minha mãe arrumava a roupa dos meninos, fazia um travesseiro assim e colocava toda aquela roupa dobradinha dentro. Costurava tudo bem costuradinho. Ninguém sabia que estava ali dentro. Ganhei minhas filhas, sou mãe de oito meninas e, nenhuma sabia o que era esse negocio de ganhar filho não (CBC, 71 anos).

As histórias, dessas mulheres acima de setenta anos, que juntam sexualidade dos pais, presença de uma extensa família, versões fantasiosas da chegada de um novo bebê, segredo da gravidez, preparação às escondidas das roupinhas dos recém nascidos, saídas das mães ou das crianças de casa, por ocasião de realização do parto, tudo isso me lembrava alguns fragmentos do texto de Foucault⁸. Isso ocorre quando esse autor faz uma comparação entre o século XVII em que a sexualidade vigorava uma certa franqueza, os gestos eram diretos, os discursos, sem vergonha, as anatomias mostradas e facilmente misturadas, as crianças astutas vagavam sem incômodos nem escândalo entre risos de adultos. E o período vitoriano (1837-1901) em que a sexualidade foi cuidadosamente encerrada na seriedade de reproduzir, na idéia do casal legítimo e procriador. Nesse novo estatuto, muda-se para o quarto dos pais, ou seja, para dentro de casa o espaço da sexualidade reconhecida, utilitária e fecunda. Assim, o que não estiver regulado para a realização da procriação ou por ela transfigurado não possui nem lei e nem verbo. Ou seja, a sexualidade é expulsa do permitido e reduzida ao silêncio. As crianças, por exemplo, são consideradas sem sexo e interditas de falarem sobre o assunto, devendo fechar olhos e tapar ouvidos frente aos fenômenos evidentes

a seus olhos. Esse comportamento é típico da repressão em que funciona a injunção do silêncio a respeito de fatos concretos como se eles não existissem: no caso concreto fora do quarto do casal o sexo ainda era considerado pecado.

Como já citado, no caso das idosas de Dom Modesto, todas foram para o casamento sem nenhum conhecimento sobre seu corpo e sobre sua sexualidade. Isso trouxe várias consequências para elas: um número de filhos muito elevado e a presença ameaçadora da mortalidade materna da qual sempre tinham notícia, amedrontadas. Todas casaram muito jovens, entre quatorze anos quando era permitido o casamento religioso e, dezesseis anos, o casamento civil. Algumas esperaram alguns anos pelo casamento no civil.

As famílias, mesmo as com posses tinham pouco dinheiro: “*Nunca recebi nada só tenho recebido de Deus*”, falou-me uma senhora de família que possui terra.

Dinheiro era pouco. Todo mundo, até empreiteiro tinha seu capado gordo no chiqueiro. Não tinha preço. O papai tinha tropa de levar café pro Lajão, Matipó. Tudo era longe. E lá não tinha nem um saco pra ninguém comprar. Ele que levava pra vender. Levava a tropa cheia de café e trazia macarrão, sai muita coisa que trazia pro povo comprar dele. Ele pôs uma vendinha que ajudava. De primeiro a vizinha ajudava a gente muito também. Mas hoje se não tiver dinheiro? (CBB, 92 anos).

Se mesmo as mulheres de posses, não tinham direito a tratar com o dinheiro, a vida das senhoras pobres era muito mais difícil:

Porque eu trabalhei demais. Não parava. Falava assim eu vou descansar e já vinha gente atrás de mim: a senhora vai trabalhar pra mim. Eu ia fazer os serviços pra eles. Uma hora ajudava a lavar umas cobertas, outra hora ajudava a lavar umas roupas. Tinha mulher que dizia [ao marido]: paga a Dona Antonia. Eu respondia: não precisa pagar não, Deus paga. Não, precisa sim. Aí a hora que eu chegava em casa elas traziam uns trem pra mim. Sem eu pedir. (ND, 89 anos).

Revedo estes trechos pude inferir o porquê de muitas idosas acima de oitenta anos, proprietárias, se negarem a ter que pagar uma doméstica, visto que, ao exercerem elas próprias essas atividades nunca foram valorizadas. As trocas simbólicas e materiais por serviços sempre estiveram presentes em suas vidas, mas não como trocas econômicas. Hoje para elas, o serviço doméstico como profissão exercida “na rua” por vizinhas e parentes mais jovens é visto como uma adição aos proventos da família.

Transcrevendo, lendo, relendo, rememorando os apontamentos do diário de campo, as entrevistas, os encontros, os casos, foi-me possível visualizar o quanto essas mulheres viveram sob a lógica da dominação masculina e da submissão feminina imposta e vivenciada. Suas vidas em si são o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante da violência por vezes física, por vezes e mais comumente simbólica, suave, insensível, naturalizada pelas próprias vítimas. A violência simbólica, segundo Bourdieu¹⁰⁵ torna a lógica de dominação natural e que acaba por produzir efeitos harmoniosos, de tal forma que as vítimas cumpram felizes ou conformadas as tarefas a elas atribuídas.

Se a violência simbólica esteve velada na história das entrevistadas, a violência física apareceu em três situações. Duas tinham se tornado públicas e a outra foi dita em tom coloquial, como desabafo pela confiança adquirida. Todas essas mulheres sofreram abusos praticados no espaço privado pelos maridos. Uma foi à delegacia do município dar queixa, mas foi estimulada pelo delegado a não registrá-la, pois segundo ele, ela deveria perdoar, uma vez que o marido não estava em seu estado normal, estava bêbado. Ela procurou o padre, contou a situação e pediu permissão para separar de quarto, visto estar

correndo perigo de vida. Numa comunidade extremamente religiosa, o padre é uma autoridade e a permissão foi concedida. O companheiro havia escondido debaixo do colchão um facão e uma foice. Meses após a agressão ele teve um aneurisma, foi operado, e hoje está mais calmo. Porém, quando ele bebe continua a aprontar, briga com facilidade e, muitas vezes, retorna machucado para casa. Outra mulher, em tom confidencial me contou que, embora separado do quarto e por ele não ter mais a virilidade, a violência é que vigora.

Eis parte de seu depoimento:

Ele é machista. Me largou porque não tem aquilo não [relação sexual], mas tem dia que ainda tem. Mas eu, igual boba, fazendo a vontade de Deus, vou pra lá. Mas vou pra sofrer, ele me bate, me belisca, me empurra, me dá coice. Meu coração murcha, mas é isso mesmo! Ai fica assim: você está catinguenta! Eu gostava de deitar no meu cantinho e tive que sair: é difícil, tantos anos! Ai agora ele pôs chave na porta. Chave e cadeado pra eu não entrar, porque eu sou catinguenta. A gente tem que receber tudo pra ganhar o céu, pra ganhar a eternidade porque o céu a gente nem sabe! (IC, 73 anos).

Somente uma das três, levou adiante a denúncia, quando a violência foi dirigida ao filho com paralisia cerebral (hemiplegia) com idade de 28 anos. O rapaz, mesmo com a diminuição dos movimentos do lado direito, é independente, trabalha na lavoura de amendoim e milho. Os maus tratos a ele constituíram o desencadeador da separação. Atualmente vivem em casas separadas e estão em fase de separação das terras: *“Agora esta lá, muito nervoso, muito burro. Ele mora lá, eu moro aqui. Cada um na sua casa. Eu falo assim: já estou no céu agora, graças a Deus”*.

II. 6. O ethos do trabalho rural e a aposentadoria

6.1. Trabalho e labor rural e trabalho da mulher rural

Inicio esse tema reflexionando e agregando palavras às frases de Simone de Beauvoir: *“Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”* (p. 9)¹⁰⁶; e Chauí

(p.28)¹⁰⁷: *“Ninguém nasce adulto ou velho, mas sempre criança, que se torna adulto e velho. Eu direi que ninguém nasce trabalhadora, nem rural. Portanto ser trabalhadora rural não é ontológico à mulher, mas, é uma posição assumida no mundo, a partir do lugar em que a pessoa se situa.*

Ao ler esse capítulo muitos poderão pensar que talvez eu esteja a recuar demasiadamente longe da contemporaneidade. Porém, para tratar das questões envolvidas nesse estudo do processo de envelhecimento das mulheres rurais, pareceu-me importante, esse regresso no espaço e no tempo. Vale ressaltar que para as mulheres idosas que compõe esse estudo, a palavra *trabalho* é um referencial para sua “condição de vida” presente desde a infância e também presente nos dias de hoje, como um componente de sua boa velhice, como seus depoimentos retratam.

Com a idade de oito anos o pai punha de madrugada todo dia para levantar pra moer cana, carregar cana para o engenho de madrugada (70 anos, CBB).

Minha vida foi muito sofrida. Trabalhei muito na roça. Trabalhava descalça plantando café, ajudando meu pai a tocar lavoura pros outros. Carregava lenha, balaio de milho tudo nas costas (ND, 71 anos).

Quando eu era menina trabalhava, até candiar boi eu candiava (76 anos, ND).

Meu pai nos dava tarefa de enxada pra trabalhar. (IC, 73 anos).

Nós capinávamos muito na roça. Até hoje eu ainda capino (92 anos, IC).

Minha vontade é de estar jovem trabalhando (77 anos, ND).

Eu faço assim, a água está aqui, só vou lavando vasilha e o sol esquentando, vou pondo na janela pra enxugar, pra guardar (92 anos, CBB).

Hoje também e só dentro de casa, mas continuo trabalhando (62 anos, ND).

Agora depois de a gente ter mais idade não precisa trabalhar mais, mas eu ainda faço muita coisa, eu casco milho, eu debulho, eu lavo vasilha pra ela. Lavo minha roupinha. Lavo as panelas, ponho feijão pra cozinhar. Outro hora vou lá fora, varro o terreiro um bocadinho, é assim. Todo dia uma coisinha pra fazer, o que a gente puder fazer a gente faz. Eu não gosto de ficar parada, é ruim. Tem que fazer alguma coisinha. É isso mesmo, mas Deus ajuda (89 anos, ND).

Primeiramente é preciso indagar o que é *trabalho* nesse estudo. Para tanto, referenciei-me em Arendt, a partir de sua obra “A condição humana”¹⁰⁸, e nos autores Hirata, Kergoat e Paulilo^{109,110,111}. A idéia de fazer um breve exame dos principais debates teóricos sobre a questão do trabalho e sua hierarquia, de rever a gênese da desigualdade na divisão sexual do trabalho tem como objetivo apontar a naturalização da des-importância do trabalho de produção e de (re) produção da mulher rural que, como algo eterno e dado, circula através dos séculos, em imutável e infindável repetição. Trabalho de produção porque ela é ao mesmo tempo uma trabalhadora rural que participa do plantio e da colheita; e da reprodução, porque a ela cabe alimentar e cuidar de sua família e ficar responsável pela proliferação da prole.

A expressão *vita activa* (vida ativa) está correlacionada a três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação. Todas as três atividades e suas respectivas condições têm intimas relações com as condições mais gerais da existência humana: o nascimento e a morte, a natalidade e a mortalidade¹⁰⁸.

O *labor* (animal laborans) é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida. Ela assegura não a própria sobrevivência, mas a sobrevivência da espécie. *Labor* é o trabalho que tem como característica, não deixar atrás de si o resultado do esforço que é consumido tão depressa quanto o esforço despendido. O labor diz respeito à esfera privada.

O trabalho é típico do *homo faber* é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência essa não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo artificial nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora o seu resultado destina-se a sobreviver e a transcender a todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade. O trabalho e seu produto - o artefato humano - emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano.

A *ação* corresponde à *práxis*, ou seja, à atividade que se exerce diretamente entre os seres humanos, sem a mediação de coisas ou da matéria. Correspondente à condição humana da pluralidade o fato de que os homens - não o homem - vivam na terra e habitem o mundo. A pluralidade é a condição da ação, pelo fato de todos sermos semelhantes em humanidade, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer outro que tenha existido, exista ou venha a existir. A ação na medida em que se funda em preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história. Só a ação é prerrogativa exclusiva dos seres humanos. Nenhum animal, nenhum deus é capaz de ação, pois a ação depende inteiramente da constante presença do outro, que nela se reconhece¹⁰⁸. A ação exercida na esfera pública constitui o que Aristóteles chamava de “*zoon politikon*” e exclui tudo aquilo que seja da ordem instrumental, ou seja, necessário ou útil. Arendt¹⁰⁸ aborda historicamente esses conceitos desde o período da polis grega até a era moderna, com suas várias constelações, sempre chamando atenção para o

fato de que condição humana não é o mesmo que a natureza humana, uma vez que a primeira é construída historicamente.

Segundo Arendt (p. 18)¹⁰⁸ quanto à *natureza humana* seria improvável, que nós que podemos conhecer, determinar e definir a essência natural de todas as coisas que nos rodeiam e de nós mesmos e que não somos, venhamos a ser capazes de fazer o mesmo a nosso próprio respeito: isso significaria pular sobre nossa própria sombra. Portanto se temos uma natureza ou uma essência, certamente só Deus poderia conhecê-la e defini-la.

Já a *condição humana* compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada aos seres humanos: somos seres condicionados. Tudo aquilo com o qual entramos em contato transforma-se imediatamente uma condição de nossa existência. O que quer que toque a vida de uma pessoa ou entre em duradoura relação com ela, assume imediatamente o caráter de condição de sua existência humana. É por isso que todos somos seres condicionados. Por outro lado, as condições da existência humana como a própria vida, a natalidade, a mortalidade, a mundanidade, a pluralidade e o ambiente do planeta terra jamais poderão explicar o que somos ou responder à pergunta sobre o que somos pela simples razão de que nada, jamais, nos condiciona de modo absoluto¹⁰⁸.

A autora referenciou-se na construção da polis e dos filósofos gregos para revelar a construção social das três atividades que, para ela, configuram a condição humana e suas correlações. Em Aristóteles (século IV antes de Cristo), em primeiro lugar, quando afirma que, a “vida boa” é aquela que, depois de dominadas as necessidades do mero viver, liberado do labor e do

trabalho e superado o anseio inato de sobrevivência comum a todas as criaturas vivas, o ser humano deixa de ser limitado pelo processo biológico da vida.

Seguindo essa linha de pensamento, para Aristóteles, todo indivíduo que exerce toda e qualquer atividade com o objetivo de somente alimentar o processo vital não é digno de se adentrar na esfera política. Esse pensamento filosófico pensamento também em Platão. Para Aristóteles e Platão, jamais houve dúvida quanto à distancia entre as esferas da família e da política: sem a vitória sobre as necessidades reprodução da vida no seio da família, nem a “vida” nem a “boa vida” são possíveis, pois a política deve transcender à manutenção da existência. Portanto, a vida no lar existe em função da “boa vida” na polis (p. 47)¹⁰⁸. Mas, os filósofos da escola socrática passaram a questionar tal linha reflexiva, mostrando que mesmo o modo de vida político, o mais livre de todos, também está relacionado e subordinado às necessidades primordiais.

É somente no fim do século V antes de Cristo que se passou a classificar as ocupações segundo a quantidade de tempo e esforços que elas exigiam. Pois antes, sobretudo no mundo grego, toda a primazia era dada à política. Aristóteles (século IV antes de Cristo) classificava a política como pertencente “às ciências práticas”, ou seja, àquelas que nos ajudam a agir visando à felicidade e ao bem-estar dos homens e, portanto, merecedora de um estudo especial. Entre suas várias lições encontram-se um conjunto de escritas organizadas no livro intitulado *Politéia* (Política), onde ele expôs detalhadamente a diversidade dos regimes políticos da sua época. Entre os

quais as suas impressões sobre a democracia. É um tratado que conseguiu resistir a 2.300 anos de história, sendo fonte permanente de referências e leitura obrigatória para os que se lançam no fascinante campo da teoria política. Atente-se que o universo geográfico de Aristóteles ateu-se sempre a *polis*, a cidade-estado grega dos tempos antigos, organização social que ele considerava de longe a mais superior e apurada.

Assim sendo, os regimes políticos que ele analisava sempre eram produtos das cidades, onde viviam e conviviam as mais variadas, contraditórias, e inconstantes agrupações humanas. Entre as quais as famílias das diversas procedências: os ricos, os remediados e os pobres, os cidadãos armados e os desarmados, as várias atividades profissionais, das mais simples as mais sofisticadas. Para o autor, o mundo político refletia, pois, estas partes formadas pelos clãs, classes sociais, ofícios e temperamentos que se aproximam e que se repelem das mais variadas maneiras. Aristóteles considerava mesquinhas as ocupações nas quais o corpo se desgasta. Segundo ele, seria possível oferecer cidadania até aos pintores e pastores, mas não a camponeses. Tais diferenciações se explicam porque o labor repousa na convicção de que ele é exercido e exigido com a finalidade de atender as necessidades básicas da vida e às necessidades do corpo servil. Portanto os camponeses que produzem para manter a subsistência e a vida deveriam ser considerados escravos [das necessidades].

Nesse sentido, laborar significava ser escravizado pela necessidade. E a escravidão na Antiguidade tinha como objetivo excluir o labor das condições da vida humana. Nessa concepção, nenhuma atividade poderia se tornar

excelente se o mundo não proporcionasse espaço para o seu exercício na esfera pública ou na esfera privada.

A esfera pública na visão aristotélica estava relacionada a dois fenômenos intimamente correlacionados, porém não idênticos. Em primeiro lugar, tudo que viesse ser a público poderia ser visto e ouvido por todos e ter a maior divulgação possível. Em segundo lugar, essa seria a esfera dos discursos e da ação e só poderia ser freqüentada pelos que tivessem dominado as necessidades do mero viver. Ou seja, fossem liberados do labor e do trabalho e tivessem superado o anseio inato de sobrevivência biológica, comum a todas as criaturas vivas, e entrando do estágio do “ser contemplativo”. Essa esfera superior significava a liberdade. E obtê-la se justificava a servidão (escravos) de outros que ficariam encarregados de suprir o mundo das necessidades. A ação do cidadão se daria no espaço da política.

A esfera privada seria o espaço em que o ser humano não se dá a conhecer, na é desafiado. Segundo Aristóteles, o que quer que ele faça permanece sem importância ou sem consequência para os outros. E o que tem importância para ele é desprovido de interesses para os outros. Essa, na Antiguidade, era a esfera da à família e do lar, onde imperam o suprimento das necessidades e das carências. Que a sobrevivência da espécie fosse tarefa da mulher e a manutenção dos familiares fosse tarefa do homem era tido como óbvio. Ambas eram consideradas funções naturais: o labor do homem no suprimento dos alimentos e o labor das mulheres no parto eram considerados premissas da vida, ou reino das necessidades recoberto pelas atividades reprodutivas.

No período moderno, o trabalho passou a ser glorificado como fonte de todos os valores, e o animal *rationale* foi igualado ao animal *laborans*. A autora se surpreende ao observar que inexistiu, na modernidade, uma teoria que distinguisse claramente entre o animal *laborans* e o animal *faber*, entre “o labor de nosso corpo e o trabalho de nossas mãos”(p.90)¹⁰⁸. A autora aponta que encontramos primeiro a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, em seguida a diferenciação entre trabalho qualificado e não qualificado e, por último, entre trabalho manual e intelectual. Segundo a autora somente o trabalho produtivo e o improdutivo são discutidos com mais profundidade e cita os dois grandes teóricos sobre o assunto: Adam Smith¹¹² e Karl Marx¹¹³. Smith (p. 342)¹¹² chama de trabalho improdutivo o que se refere a todas as atividades relacionadas com o consumo, pois elas se extinguem em si mesmas. O desdém com que ele se refere ao trabalho improdutivo se justifica pelo fato de ele não deixar atrás de si nenhum vestígio ou valor. Os produtos deveriam permanecer por um tempo suficientemente longo no mundo das coisas tangíveis para que adquirissem valor. Já para Marx¹¹³ todo trabalho é produtivo e todas as coisas se tornam objeto de consumo. O autor deixa claro que o trabalho e o consumo são apenas dois estágios do eterno ciclo da vida biológica. Este ciclo é sustentável pelo consumo e pela atividade que prove os meios de consumo e labor. Tudo que o labor produz destina-se a alimentar quase imediatamente o processo da vida humana e este consumo, regenerando o processo vital, produz - ou antes, reproduz a nova força de trabalho de que o corpo necessita para seu posterior sustento.

A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, embora abastado de preconceitos, pode ser aplicado como distinção entre trabalho e labor.

Mediante violenta opressão numa sociedade de escravos, ou mediante a exploração do trabalho assalariado, o mais importante da reflexão tanto de Marx¹¹³ como Arendt¹⁰⁸ afirma que o labor de alguns é bastante para a vida de todos. E segundo Marx¹¹³, a própria atividade do trabalho, independentemente de circunstâncias históricas e de sua localização na esfera privada ou na esfera pública possui uma produtividade própria, por mais fúteis ou pouco duráveis que sejam seus produtos.

Arendt¹⁰⁸ lembra que a distinção entre trabalho qualificado e não qualificado e trabalho manual e intelectual não desempenhou papel algum na economia política clássica e nem na obra de Marx¹¹³. Pois, toda atividade exige certo grau de qualificação, desde as de limpar e cozinhar até a de escrever um livro. E a autora argumenta que se o trabalho manual e caseiro deve ser repetido e recomeçado a cada dia, a atividade intelectual pode ser ainda menos produtiva. Se o labor doméstico não deixa atrás de si vestígio permanente, o processo de pensar não deixa coisa alguma tangível.

Assim Arendt (p. 48)¹⁰⁸ continua sua argumentação: para o intelectual manifestar seus pensamentos tem que usar as mãos como qualquer outro trabalhador. E ressalta que as distinções entre trabalho intelectual e trabalho manual vêm desde a Idade Média como um argumento político. Vale ressaltar que na Idade Média, os serviços intelectuais dos escribas, que atendiam tanto a esfera pública como a privada, eram realizados por escravos e classificados como servis. Assim a autora define o trabalho como metabolismo do homem com a natureza, em cujo processo “o material da natureza é adaptável, por

uma mudança de forma, às necessidades do homem”, de sorte que “o trabalho se incorpora ao sujeito”.

O desprezo pelo labor na Antiguidade e sua glorificação na Modernidade baseiam-se ambos em esquemas ideológicos vigentes. Nesse mesmo sentido, os princípios da divisão sexual do trabalho (trabalho de homem e trabalho de mulher) e a hierarquização (o trabalho do homem vale mais do que o da mulher) se encontram presentes em diferentes sociedades e em vários tempos históricos. Da mesma forma, inclui-se o trabalho infantil que fez surgir novas categorias, a “de trabalho leve” e “trabalho pesado”.

O estudo das atividades humanas segundo o sexo - masculinidade/virilidade e feminilidade/fragilidade - trabalha como o poder dos muitos estereótipos que rondam as relações entre homens e mulheres. A virilidade é associada ao trabalho pesado, penoso, sujo, insalubre, algumas vezes perigoso, trabalho que requer coragem e determinação, enquanto que a feminilidade é associada ao trabalho leve, fácil, limpo, que exige paciência e minúcia¹¹⁰. Mostrando que essas classificações frequentemente não conferem com a realidade, neste estudo, observei que essa divisão das atividades por sexo não se coadunava com a situação e a condição das mulheres idosas entrevistadas. Por exemplo, todas elas trabalhavam na roça e sua atividade principal era capinar: trabalho duro, pesado, realizado de sol a sol, além das atividades domésticas. O trabalho infantil como ajudante dos pais na lavoura está presente em quase a totalidade das mulheres com as quais convivi, porém uma minoria das sitiantes possuíam auxiliares nos trabalhos de casa, geralmente executados por mulheres que residiam no núcleo do Distrito. Porém

o trabalho na lavoura mesclado com os trabalhos com a casa é predominante na vida das mulheres. Nas conversas com os homens durante a pesquisa, vários me disseram que dentre as tarefas do campo que menos apreciam é a capina. E por isso, segundo eles, as mulheres é que mais exercem essa atividade.

Como diz Le Doaré (p.25)¹¹⁴, "as condições respectivas de trabalho dos homens e das mulheres mudam conforme o contexto histórico, cultural, econômico, mas, não se transformam. Elas seguem, obstinadamente, a mesma linha de demarcação dos espaços masculinos e femininos". A divisão do trabalho profissional que atribui aos homens tarefas pesadas, sujas e penosas e trabalhos limpos e leves às mulheres (pelo menos nas representações, nem sempre nas práticas sociais), tornaram-se menos nítida cada vez mais em muitos países.

Ao escrever este texto, a referência principal foi a obra de Arendt¹⁰⁸, ao ler e relê-la, começo a entender a dificuldade que ainda persiste nos dias de hoje, principalmente no contexto desse estudo, para compreensão do papel, do lugar e da contribuição da mulher rural. E isso vem junto com um ponto muito importante para as idosas: as dificuldades que encontram para se aposentarem como trabalhadoras rurais.

Analisando os depoimentos acima e correlacionando-os com a divisão hierárquica dos diferentes tipos de trabalho na Antiguidade, as mulheres idosas de Dom Modesto se encontram na categoria de quem realiza um *labor*, ou seja, fazem ou faziam algo que é realizado todo dia, todo o tempo e se esvai sem deixar vestígio. Segundo a classificação moderna de "trabalho", suas atividades

se inserem na categoria de “trabalho improdutivo”, “trabalho manual” e “trabalho não qualificado”. No entanto, para todas elas, a ética do trabalho e o orgulho pelo que fazem e fizeram e desenvolvem e desenvolveram junto com os maridos deu e dá sentido e significado as suas vidas: seja nas atividades diárias no campo, seja na construção do patrimônio, seja na manutenção, criação e educação dos filhos ou nos cuidados com a saúde da família ou nos atos de solidariedade humana.

6.2. Aposentadoria e envelhecimento sob a perspectiva das idosas rurais

Os fragmentos da construção social do trabalho apresentada acima não somente explicam como ainda persistem nos movimentos dos trabalhadores muitas dificuldades e imprecisões para formulação de normas e de direitos e para que esses direitos possam valer na aquisição das aposentadorias.

Dentre as declarações ouvidas das mulheres idosas e mesmo nas entradas de conversas em que era infalível o “vou te contar um caso” e que, em geral, reuniam diferentes gerações, o assunto *aposentadoria* esteve muito presente, uma vez que faz parte do cotidiano dos moradores de Dom Modesto. Cientes de que eu estava realizando uma pesquisa sobre envelhecimento, em diferentes momentos fui abordada por um ou por outro, querendo saber se eu estava ali para aposentar alguém ou fiscalizar o seu recebimento de benefício.

A descontinuidade do trabalho considerado produtivo, mas a continuidade das atividades exercidas no cotidiano no espaço da casa faz que as mulheres que entrevistei continuem ativas. Assim, para elas, a aposentadoria não é vista

como marco de ingresso na velhice, e sim como um recurso monetário para aquisição de alimentos, remédios e bens materiais para casa.

A falta de vigor, como sinais do envelhecimento, somente é percebida quando o declínio físico conduz à interrupção das atividades cotidianas, levando-as a terem diferentes sentimentos desde a sua própria desvalorização como pessoa até vergonha pelo que não conseguem mais dar conta. Ao passo que, a continuidade dos afazeres domésticos tem um poder de conferir-lhes uma sensação de força, de bem estar e de pertencimento. Como comentaram algumas das entrevistadas:

Eu faço assim, a água está aqui, só vou lavando vasilha, e o sol esquenta, vou pondo na janela para enxugar e para guardar. Gosto das minhas vasilhas muito limpinhas. Hoje eu não mexi com isso não. As vasilhas estão meio espalhadas aí. Eu gosto da hora do sol, arrumar tudo enxutinho no lugar (92 anos, CBB).

A comadre faz o cume eu lavo as vasilhas eu ajudo ela também, varro a casa e ela lava. Varro o terreiro, ponho feijão pra cozinhar (ND, 89 anos).

Agora depois da gente estar com mais idade não precisa trabalhar mais. Mas eu ainda faço muita coisa, eu casco milho, eu debulho, lavo vasilha pra ela. Lavo minha roupinha. Lavo as panelas, ponho feijão pra cozinhar. Outra hora vou lá fora, varro o terreiro um bocadinho, é assim. Todo dia uma coisinha pra fazer, o que a gente puder fazer a gente faz. Eu não gosto de ficar parada, não senhora, é ruim (89 anos, ND).

Tem que fazer alguma coisinha. É isso mesmo, mas Deus ajuda (80 anos, CM).

Estes depoimentos fazem-me lembrar algumas palavras do filósofo romano Marco Túlio Cícero⁸⁷ quando ele discute as quatro razões possíveis para que percebamos a velhice como detestável. A falta de vigor é uma delas, mas, ele confessa que não lamenta não possuir a força do touro ou elefante. Pois a seu ver, o essencial é usar as forças com parcimônia e adaptar os esforços a seus próprios meios. Então diz, enquanto velhos não sentiremos nem frustrações e nem fraqueza. Por isso, a fraqueza das crianças, o ímpeto dos jovens, a

seriedade dos adultos, a maturidade da velhice são coisas naturais que devemos apreciar cada uma em seu tempo.

Se a falta de vigor para exercer as atividades da roça são motivos de frustrações, saudosismo, desvalorização, isso é mais aceito pelas mulheres idosas. Mas quando a fraqueza chega a ser empecilho para realizar as tarefas domésticas, é motivo de vergonha.

Eu tenho uma dor nas minhas pernas. Por isso que eu deito, tem ora que eu tenho até vergonha. Porque é preciso apanhar roupa, agorinha mesmo eu vou apanhar, eu deixo ficar. Pois sinto muito a dor nas minhas pernas e nas minha mãos. Até cai aqui dentro de casa. Eu cai e quebrei minha mão (70 anos, CM).

Mais, uma vez Cícero⁸⁷, justificando através do dialogo entre Catão, Lélío e Cipião, a incapacidade que atribuímos à velhice para exercer algumas atividades, afirma que esse defeito não é próprio da velhice, é um problema de saúde. E recomenda a seus pupilos lutem contra a doença; conservem a saúde, pratiquem exercícios apropriados, comam e bebam para recompor as forças sem arruiná-los. Mas, é preciso não estar somente atento ao corpo, é preciso ainda mais em ocupar-se do espírito e da alma.

Vale ressaltar que algumas dessas mulheres, com idade acima de setenta anos, na colheita do café, ainda sobem na boléia dos caminhões e participam da “panha”: “*não vou todos os dias, mas eu vou*” (70 anos, ND). “*Eu apanho de pouquinho enquanto a força dá*” (72 anos, ND).

Um dia eu fui apanhar café lá naquela beirada, beirada da estrada, estava apanhando café lá, eu apanho na hora que está fresco. Quando o sol esquenta eu saio. Mais tarde quando o sol esfria, eu volto de novo e aí eu levei um balainho dessa altura assim! Eu tinha apanhado um bocado de tarde e estava um tanto assim dentro do balaio, que eu olhei estava lá a cobra. Enquanto eu não rezo a oração de São Bento eu não entro dentro do mato. Acho que é por isso que eu carreguei a cobra (CBB, 86 anos).

A presença desse tema nas conversas com as mulheres levou-me a buscar o que diz o discurso científico e o discurso normativo a respeito, sobretudo como a sociedade que não é “nativa” incorpora e concebe os direitos dos brasileiros rurais no seu processo existencial de envelhecimento.

O ciclo de vida do ser humano, cada vez mais, vem sendo construído através do marcador tempo. Neste século que apenas se inicia, as mudanças ocorridas são tantas e vêm cada vez mais se ampliando, trazendo novas configurações aos comportamentos sociais, aos usos e costumes, inclusive questionando a adequação de muitos comportamentos tradicionais. Tudo isso se deve a transformações radicais em dois marcadores fundamentais da vida social em qualquer lugar e em qualquer época histórica: o conceito e a vivência do espaço e do tempo. Weber¹¹⁵ assinalou a importância indiscutível dessas duas categorias, pois, elas são estruturantes de nossa convivência humana. Hoje espaço e tempo se tornaram acelerados, cumulativos e totalmente diferenciados de épocas anteriores, inclusive do século XX até a década de 1970, quando começou a se aprofundar a reestruturação produtiva, a revolução da informática, da informação e das comunicações. Essas velozes mudanças ocorridas influenciam nos processos de produção e de reprodução, muitas vezes tornando as grades etárias, senão irrelevantes, pelo menos questionáveis.

Na produção, principalmente o processo de informatização, a velocidade na implementação de novas tecnologias e a rapidez no processo de obsolescência das técnicas produtivas e administrativas modificaram os limites etários tradicionais e as carreiras. Dessas últimas, muitas vêm sendo extintas,

inclusive porque, frequentemente, conhecimentos anteriormente adquiridos tornam-se obstáculos para a abertura e adaptação às inovações. Na cronologização da idade de reprodução, encontramos mulheres sendo mães pela primeira vez de 14 a 54 anos e geração sucessiva de famílias apresentando mães e avós com a mesma idade.

Na explicitação das razões que levaram à cronologização da vida, pesos distintos podem ser atribuídos a dimensões diversas. A padronização da infância, da adolescência, da idade adulta e da velhice pode ser pensada como resposta às mudanças estruturais na economia, devidas, sobretudo, à transição de uma organização social que tinha como base a unidade doméstica para uma economia baseada no mercado de trabalho¹¹⁶.

Essa institucionalização crescente do curso da vida vem envolvendo praticamente todas as dimensões do mundo familiar e do trabalho, e está presente na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e nas políticas públicas que, cada vez mais têm, como alvo, grupos etários específicos. As temporalidades do ciclo da vida marcam segregações, definem e institucionalizam as idades para a escolaridade, para o trabalho, para o casamento e para a aposentadoria^{25,27,31}. A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e por isso, naturalizados para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de indivíduos que têm probabilidade de serem neles encontrados. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com outras pessoas sem atenção ou reflexão particular¹¹⁷.

As marcações cronológicas e arbitrariamente impostas nem sempre convêm ao conjunto dos grupos sociais, pois cada um deles é portador de interesses específicos. E há sempre o privilegiamento dos segmentos dominantes em todas as culturas: os adultos. Os idosos, em geral e em quase todas as sociedades, são objeto de alguns mitos negativos e idéia de que os velhos nas sociedades primitivas tinham um lugar especial nem sempre condiz com a realidade.

Uma das crenças mais comuns considera o velho como um ser humano decadente e descartável. Em geral, o imaginário social sobre a pessoa idosa apresenta uma visão negativa do envelhecimento. A sociedade moderna mantém e reproduz a idéia de que a pessoa vale o quanto produz e o quanto ela ganha e, por isso, os velhos fora do mercado do trabalho e, quase sempre, recebendo uma pequena aposentadoria ou em total dependência financeira, são peso morto e inútil. Embora a sociedade adulta – que é comprometida com a reprodução social - seja a maior responsável pelo imaginário negativo sobre os idosos, a ideologia do descarte envolve os próprios idosos e é comum em toda a sociedade ocidental como lembra Norbert Elias (p. 8)¹¹⁸: “a fragilidade dos idosos é muitas vezes suficiente para separar os que envelhecem dos vivos”. Sua decadência os isola. Podem se tornar menos sociáveis e seus sentimentos menos calorosos, sem que se extinga sua necessidade dos outros. Isso é o mais difícil: o isolamento tácito dos velhos, o gradual esfriamento de suas relações a quem eram afeições, a separação em relação aos seres humanos em geral, tudo que lhes dava sentido e segurança”. Para muitos, inclusive mesmo para muitos idosos, a velhice é como um apêndice da existência¹¹⁹.

Os estigmas também existem na sociedade brasileira. De um lado, há uma espécie de destinação antecipada a um lugar social estereotipado que o aparente cuidado social lhes reservou: o recolhimento interior (eufemismo do afastamento do trabalho); a “inatividade” (rotulação dos aposentados e aposentadas); o excesso de prevenção das possíveis doenças (medicalização da idade); ou as festinhas da terceira idade (freqüente infantilização dessa etapa da vida). É importante ressaltar que esse lugar social estereotipado, quase sempre se localiza na contramão do papel real dos idosos na conjuntura atual do país no que tange à vida econômica, política, cultural e social, tal como os dados demonstraram e que aqui foram descritos.^{5,90,120}

No entanto, essa ideologia sobre a decadência e o descarte dos idosos não é uma singularidade do Brasil. Ao contrário, a mesma história que mostra a valorização dos velhos em várias sociedades também revela que em muitas outras a distribuição de poderes em cada ciclo da vida tende a desconstituir o lugar social deles. A maioria das culturas costuma separar os idosos e segregá-los, por vezes fisicamente, antes de sua morte. Estudo de Riffiotis¹²¹ sobre diferentes etnias africanas mostra num conjunto de tribos estudadas uma rígida divisão etária e nelas, uma intenção clara de aniquilamento político dos velhos, inclusive de forma ritualizada. Quando chegam a uma determinada fase da vida, os anciãos são levados para morrer em cavernas distantes de seus povoados. Faz parte da ritualização que os anciãos sábios (apenas esses) sejam chamados de volta e reintegrados nas comunidades que precisam deles, para solucionarem situações difíceis e de impasse.

Em todas as sociedades industriais e pós-industriais, esse desejo de aniquilamento dos velhos se expressa em conflitos intergeracionais, maus tratos, desprezo e negligências, a não ser em situações em que eles são considerados sábios e têm autoridade moral na família e em outros meios; quando possuem autoridade intelectual que se mantém ao longo da vida; e quando são ricos e ou têm poder político conferindo-lhe status social. Em todas essas situações o critério de idade fica em segundo plano em relação ao reconhecimento pessoal.

É dentro desse imaginário e clima sociopolítico que está o grupo de mulheres idosas rurais por mim entrevistadas. Nas histórias de vida delas, os benefícios monetários por meio das aposentadorias, pensões e outros são comumente lembrados.

O que é previdência social de que tanto falam? O que é a aposentadoria rural? Em que sistema previdenciário as mulheres entrevistadas foram contempladas? Para responder a tais questionamentos, recorri à literatura e busquei definir os diferentes sistemas e realizar uma breve resenha sobre história do sistema previdenciário no Brasil em correlação com a inclusão das mulheres rurais.

A Previdência Social consiste num seguro social, constituído por um programa de pagamentos, em dinheiro ou serviços feitos ou prestados ao indivíduo ou a seus dependentes, como compensação parcial ou total da perda de sua capacidade laboral, geralmente mediante um vínculo contributivo. Dentre esses seguros podemos destacar as aposentadorias, as pensões e os benefícios sociais¹²².

Aposentadoria é a passagem do servidor da atividade para a inatividade, com proventos integrais ou proporcionais, por ter completado o tempo de serviço e idade exigidos por lei. Vale ressaltar que a aposentadoria do funcionário público e privado apresenta diferenças e desigualdades quanto a serviços e a profissões das mesmas categorias.

Existe a pensão por morte - benefício pago à família do trabalhador quando de seu óbito. Para sua concessão, não há tempo mínimo de contribuição. Mas só é concedido quando o óbito tenha ocorrido enquanto o trabalhador estava assegurado.

Existe o auxílio-acidente - pago ao trabalhador que sofre sequelas que reduzem sua capacidade de trabalho. Têm direito ao auxílio-acidente o trabalhador empregado, o trabalhador avulso e o segurador especial. O empregado doméstico, o contribuinte individual e o facultativo não recebem o benefício.

Existe o auxílio doença - concedido ao segurado impedido de trabalhar por doença ou acidente por mais de 15 dias consecutivos. No caso dos empregados com carteira assinada, os primeiros 15 dias são pagos pelo patrão, exceto no caso do trabalho doméstico, e a Previdência Social paga um auxílio a partir do 16º dia de afastamento do trabalho. Para os demais segurados inclusive o trabalhador doméstico, a Previdência paga o auxílio desde o início da incapacidade e enquanto a mesma perdurar. Em ambos os casos, deverá ter ocorrido o requerimento do benefício.

A lei 8472 criou o chamado Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS). Como o próprio nome diz, trata-se de um benefício auferido de modo contínuo e devido mensal e sucessivamente. Têm direito a ele os idosos ou deficientes físicos que comprovem não possuir outros meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família. Não é necessário que tais indivíduos tenham contribuído para o sistema de Seguridade Social, desde que não apresente outra fonte de renda. O beneficiário não pode exercer atividade remunerada, nem auferir qualquer rendimento superior ao valor de sua renda mensal, nem ser mantido por pessoa de quem dependa obrigatoriamente.

Sabe-se que os primeiros antecedentes do sistema previdenciário brasileiro remontam ao final do século XVIII e às primeiras décadas do século XIX, quando foram criados os primeiros planos de benefícios para oficiais da marinha e do exército e seus dependentes. Posteriormente, ao final do século XIX e no início do século XX foram consolidados programas atendendo grupos estratégicos de funcionários públicos, bem como os grupos sociais organizados e considerados fundamentais para o funcionamento regular da economia. Por exemplo, os ferroviários e portuários. Vale ressaltar que, nesse período, essas categorias de trabalho eram exercidas somente por homens.

O marco oficial de criação de um modelo previdenciário nos moldes atuais no Brasil geralmente é datado do ano de 1923, quando a Lei Elói Chaves permitiu a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP), que foram reestruturadas ao longo dos anos 1930, formando os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP). Embora a Constituição de 1934 referendasse a idéia de que todo brasileiro deveria ter direitos à proteção da previdência

social, essa Constituição não contemplou os trabalhadores rurais, não obstante a população rural constituísse àquela época, a maioria da população brasileira, e assim foi até a década de 1960 como foi constatado nos estudos dos autores Schwarzer, Brumer, Schaaf, Delgado e Cardoso^{98,122,123,124}. Nas políticas sociais governamentais das décadas de 1930, 1940 e 1950 foram incluídos quase todos os trabalhadores urbanos e a maioria dos trabalhadores autônomos entre as categorias profissionais com direito à cobertura. A exceção ficou por conta dos trabalhadores rurais, das empregadas domésticas e dos profissionais autônomos.

A exclusão dos trabalhadores rurais ocorreu num contexto de sua pouca capacidade reivindicativa e da ausência de uma tradição histórica de luta. O trabalhador rural encarava quase como fatalidade e conformismo a diferenciação do tratamento recebido em relação ao trabalhador urbano, até meados da segunda metade da década de 1950. Quanto à exclusão das outras categorias profissionais, em geral, as autoridades e políticas a explicavam pela dificuldade de organização das demandas de profissionais, caracterizadas pela fragmentação e dispersão. Mas na verdade, os estudiosos mostram que as exclusões estão diretamente relacionadas à pouca consciência das categorias sobre os seus direitos. Na história dos sistemas de Previdência Social tanto Brasil como em outros países da América Latina sempre houve a tendência de relegar os poucos articulados e com pouca capacidade de vocalização: setores rurais e serviços urbanos informais. A argumentação ideológica sobre dispersão e dificuldade técnica desconsidera a aposentadoria como um direito de cidadania, de todos, não devendo ser tratada como privilégio de alguns¹²².

Barbosa¹²⁵ em sua tese, “Entre Igualdade e Diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil”, ao discursar sobre a década de 1960, assinala a problemática rural da luta pela reforma agrária e a reivindicação por melhores condições de trabalho e salário como o centro das demandas dos trabalhadores rurais, pequenos agricultores, meeiros, parceiros, foreiros. Mas a representação política da população rural, em geral, foi disputada por sindicatos, ligas, pelo Partido Comunista Brasileiro, pela igreja, dentre outros atores, nos anos 1950 e início de 1960.

Somente em 1963, no entanto, começou a ser discutido o sistema de Previdência Social para os trabalhadores rurais, por meio da apresentação e tramitação do Projeto de Lei no. 1837, de autoria do deputado gaúcho Fernando Ferrari. Essa discussão culminou com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em março de 1963, que regulou as relações do trabalho no campo, que até então, estiveram à margem da legislação trabalhista de origem getulista. O Estatuto previa a criação de um sistema de Previdência Social para os trabalhadores rurais sem, no entanto, regulamentar os mecanismos de seu funcionamento. O ETR também definiu a categoria “trabalhador rural” como sendo toda pessoa física que presta serviços a um empregador rural, em propriedade rural ou em prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou “in natura”, ou parte in “natura” e parte em dinheiro. Dessa forma, essa classificação incluiu o conjunto das formas de inserção nas relações patrão-empregado rural, embora tenha excluído os agricultores proprietários autônomos que trabalhavam em regime de economia familiar. Mas, de forma significativa, o ETR dentro das normas de proteção, incluiu a

trabalhadora rural mulher em seu artigo 54 e 55, quanto à assistência à maternidade e a não rescisão de contrato nesse período.

Desta forma, o ETR regulamentou os sindicatos rurais, instituiu a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo e a carteira profissional para os trabalhadores rurais a partir de 14 anos, o direito à assistência médica, criou o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (o FAPTR), posteriormente, em 1969, denominado como “FUNRURAL”.

Segundo Ferrante¹²⁶ os vários benefícios estabelecidos como direito no ETR permaneceram como letra morta, sem que tal arbitrariedade ou omissão fosse denunciada. Isso ocorria porque forças políticas poderosas estavam interessadas nas violações e no descumprimento do Estatuto e, ao mesmo tempo, não havia um movimento forte dos trabalhadores rurais que pudesse contrarrestá-las.

Em 1971, foi lançado o Programa de Assistência Rural (PRORURAL), que previa benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio funerário, bem como os serviços de saúde e serviço social voltado para os trabalhadores do campo, tendo como gestor o FUNRURAL. Entre outras medidas, o PRORURAL em seu art. 4º propôs a aposentadoria por velhice que correspondente a uma prestação mensal equivalente a 50% do salário-mínimo de maior valor no país, sendo devida ao trabalhador rural que tiver completado 65 anos de idade. Embora no ETR as mulheres tivessem sido contempladas, no PRORURAL elas sequer foram citadas.

Brumer¹²² ressalta que durante toda a década de 1960 e até meados da década de 1970, as demandas dos trabalhadores rurais passaram a ter um tom de 'reivindicação', no sentido de 'pedido ao governo' e não no sentido de 'exigência de direitos'.

A classe trabalhadora rural e a mulher incluída veio a ter seu reconhecimento como cidadã de direito na Constituição de 1988, no Capítulo II da Seguridade Social, Seção I, artigo 195 § 8º em que reza: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

De acordo com as modificações introduzidas na Seguridade Social a partir da Constituição de 1988, por meio da emenda constitucional nº20 de 1988 as mulheres trabalhadoras rurais passaram a ter direito à aposentadoria por idade, a partir dos 55 anos, independentemente de o cônjuge já ser beneficiário ou não, ou receber pensão por falecimento do cônjuge. Os homens também tiveram uma extensão de benefícios, com a redução da idade, para concessão de aposentadoria na velhice de 65 anos para 60 anos e passaram a ter direito à pensão em caso de morte da esposa segurada.

Se a inclusão dos trabalhadores rurais foi tardia em relação a outras categorias profissionais, a inclusão das mulheres rurais trabalhadoras ocorreu ainda mais tarde, principalmente porque, para poder receber os benefícios da

previdência social, elas deviam e devem, antes de mais nada, ser reconhecidas como trabalhadoras rurais.

Pergunto-me: o que é ser trabalhadora rural? Ser trabalhadora rural não é algo ontológico na mulher é uma posição assumida no trabalho e no lugar onde se situa. Por isso fui à cata da definição da própria situação por minhas entrevistadas.

Indaguei, primeiramente que trabalho elas realizavam na roça.

Mas, era isso mesmo, carregar comida pra eles. Depois que eu casei, até já ajudava também a trabalhar na roça. Quando apertava muito, as vezes, a gente ajudava um pouco. Mas negócio de comida na roça, eu cuidava direto.
(ND, 62 anos)

Ao ser questionada sobre quem fazia a comida a resposta de minha entrevistada foi: “*eu mesma!*”.

A partir desse depoimento que representa vários outros, é possível fazer duas interpretações: uma é que a tarefa de fazer comida para os filhos em casa e para o marido e os companheiros na roça não era considerada um trabalho, mas uma obrigação, uma atividade naturalizada, embora seja através da alimentação que o homem (o marido e os empregados) adquire a energia propulsora para o desenvolvimento do trabalho produtivo. Outra vem como conclusão: se as próprias mulheres não viam as atividades de preparar a comida como um componente do trabalho no campo, como esperar que os gestores da previdência rural as reconheçam?

A segunda questão é que, o sair do espaço privado da casa, sobretudo da cozinha, para o espaço externo da produção da lavoura seja para alimentar os homens ou para ajudar na capina e na colheita torna essas mulheres parte

integrante do trabalho produtivo. Mas essa não era a compreensão dos gestores da Previdência Social no poder.

Como parte integrante do modo de vida rural, do ponto de vista antropológico, ser mulher rural constitui um sentimento de pertença, pois embora muitas delas afirmem seu envolvimento no ato de “fazer” e “levar” a comida para os companheiros, dizem que *“toda a vida o meu serviço foi e é de roça mesmo”*.

O trabalho de fazer a comida e levá-la aos companheiros nas lavouras é difícil de ser compreendido para uma pessoa que não vive no campo. Pois essas atividades são exercidas cotidianamente como um ritual: acordar às cinco da manhã, acender o fogão à lenha para preparar o café do marido e dos companheiros que seguirão para a jornada; começar a preparar a comida para uma família extensa com na média dez filhos acrescida dos outros trabalhadores; subir os morros onde se localiza a lavoura para levar a merenda (geralmente café com broa, com inhame, com aipim, farofa, pão com ovo frito) entre nove e dez horas da manhã; em seguida preparar o almoço que deve ficar pronto entre 11e 12 horas e tornar a levá-lo; e, em seguida, retornar levando a merenda da tarde. Essas merendas eram chamadas de “café” por elas. Um café que não podia ser “corajoso”, tinha que ser “medroso”, como me disse uma das mulheres, ou seja, sempre acompanhado por algum bolo, biscoito ou broa, tudo feito por elas, ajudadas pelas filhas. Essas tarefas, todas as entrevistadas aprenderam desde crianças e fazem parte de sua história de vida.

Desta forma, o reconhecimento oficial como “trabalhadora rural”, para conseguir aposentadoria sempre foi de difícil comprovação, tendo em vista que grande parte do trabalho feito por essas mulheres constitui o que Arendt¹⁰⁸ denomina *labor*, algo invisível que se esvai logo que é realizado e devendo sempre ser recomeçado, muitas vezes declarado como “ajuda” às tarefas do homem, mesmo quando vinculado à produção, tal como: à colheita, ao transporte da produção, à capina, ao plantio, à criação e outros, como convém ao regime patriarcalista. É muito difícil para uma mulher “da roça” ter que apresentar documentos comprobatórios para atestar os anos trabalhados, dentre os quais, o Cadastro de Propriedade do Imóvel no INCRA, o Contrato de Arrendamento (meeiro, parceiro e outros), o Bloco de Notas de venda da produção, a declaração do sindicato rural, as provas testemunhais, entre outros. A maioria desses documentos, raramente emitidos em nome das mulheres cônjuges tem dificultado o acesso delas à aposentadoria rural. É bem verdade que isso vem ocorrendo também com os trabalhadores menos instruídos, os diaristas que trabalham por jornada, com os bóias-frias e com os que fazem trabalhos por tarefa por meio de empreitada. E tais dificuldades acabaram por criar um segmento de aproveitadores como os próprios sindicatos rurais e advogados especializados em requerer um direito previsto na Constituição. Os exemplos são muitos: *“agora que eu tenho, de um tempo pra cá, pouco tempo pra cá”* (CBB, 92 anos). (...) *“com muito custo consegui, tive que arrumar advogado, eu não sei de que é, não”* (ND, 72 anos).

Eles dizem que só por causa de arrumar terreiro para o empreiteiro eu não tinha direito de jeito nenhum (92 anos, CBB).

Se não achar uma pessoa para assinar que você é rural você não aposenta. Se assinar, você aposenta, se não assinar, você não aposenta (72 anos, ND).

Você mesmo sabe, muitos aposentam com ajuda de advogado, monta encima. Mas, aposentar de verdade são poucos (77anos, CBC).

Muitas vezes, a exigência de documentos comprobatórios trouxe constrangimento para a requerente e para determinadas pessoas da comunidade como podemos constatar no depoimento a seguir.

Mas na hora que você vai caçar o seu benefício, você tem que passar assinatura, você tem arrumar uma pessoa, humilhar e humilhar! Porque foi até esta semana, uma coisa humilhante: o camburão da polícia veio buscar uma pessoa para testemunhar. Eu achei um absurdo, uma falta de respeito, com a pessoa que está se aposentando e com a pessoa que está servindo de testemunha. Porque a pessoa foi praticamente obrigada para assinar. Olha,, a pessoa que trabalhou a vida inteira na roça, ainda tem que provar que trabalhou. Era para quem tem o comprovante não precisar que o outro assinasse pra gente, sendo que a gente trabalhou a vida inteira na roça (ND, 78 anos).

Há ainda outro complicador: a mulher trabalhadora rural perde seu poder reivindicatório de aposentadoria, ao ser mudar para “rua” (ou seja, para a cidade), como o mostra a fala de uma entrevistada:

Você chega pra aposentar, igual tem uma família que às vezes mora na roça e ela muda pra rua. A mulher não tem direito de aposentar como trabalhadora rural, porque ela mudou pra rua, entendeu? Eu conheço pessoa, que trabalhou a vida inteira na roça só porque mudou pra rua, não tem direito de se aposentar. Um ano, dois anos na rua, você perde todos os seus direitos. Isto é comprovado. Minha tia tentou se aposentar e não conseguiu, porque ela foi pra rua. E ela trabalhou a vida inteira na roça. (CBB, 33 anos).

Nos depoimentos, as mulheres falaram dos constrangimentos que muitas sofreram, pois embora apresentassem todos os documentos comprobatórios exigidos, esses não bastavam para os burocratas. Além deles foi-lhes exigido que mostrassem inscrições corporais, como calos nas mãos, cor da pele, vestimentas e outras coisas.

Eu vi uma senhora daqui, que sempre sai muito bem arrumada, saindo feito uma maltrapilha. Então eu perguntei: aonde você vai assim parecendo uma pedinte? Ela respondeu que estava indo fazer perícia no INSS, então eu disse: mas precisa ir assim? e ela me respondeu que o advogado tinha sugerido que ela se vestisse assim, com as unhas malfeitas, sujas e que assim ela poderia, passar na perícia. Onde já se viu uma coisa dessa só porque a gente mora e trabalha na roça! O povo da cidade acha que a gente tem que ser suja? Se

fosse eu, ia bem pintada, bem vestida (Mulher de 28 anos, residindo há 9 anos em Dom Modesto).

Uma das explicações sobre determinados estereótipos que ainda persistem nos dias de hoje vem da visão dicotômica entre o rural e o urbano originária do século XIX e que tem sido retratada na imprensa escrita e cinematográfica. O rural tradicional é apresentado como pobre e atrasado social e culturalmente. E as pessoas da roça são tidas como portadoras de traços brutos, rude, mal educadas e mal cuidadas, em contraste com as que vivem na cidade, sempre vistas em superioridade.

Em outra situação é o próprio vice-presidente do sindicato que aconselha uma das mulheres: “*Mas, ai menina, conforme estou falando com você, o Geraldo Silvério falava assim: Mariquita queima um caldo de sol lá [antes de comparecer à perícia do INSS]*” (77anos, CBB). Ao que a mulher respondeu:

Oh! Geraldo não fala comigo assim não. Mais queimada do que eu estou, nosso Deus! De calo na mão, de capinar verdura, de varrer terreiro (CBB, 68anos).

Mas o Sr João ficou me enrolando, porque ele não acreditava que eu trabalhava na roça, não (CBB, 73 anos).

A apresentação física de si mesmas parece valer socialmente e moralmente às pessoas. A ação da aparência coloca o ator sob o olhar apreciativo do outro e, principalmente, na tabela do preconceito que o fixa de antemão numa categoria social ou moral, conforme o aspecto ou detalhe da vestimenta, conforme a forma do corpo ou do rosto¹²⁷. Os estereótipos se fixam sobre a aparência física e a transformam em estigmas, ou seja, em marcas fatais de imperfeição moral ou de pertencimento.

As histórias dos benefícios pecuniários recebidos pelas mulheres idosas estão repletas de nuances quanto às dificuldades e a menção dos apoios que receberam: de parentes, filhos, sobrinhos, netos, afilhados, que auxiliaram de modo informal ou até formal, no encaminhamento das questões. O que nem sempre é fácil.

Foi indo, foi indo, um sobrinho meu chegou aqui tirou meu nome levou lá para o advogado (92 anos, CBB).

Ele me disse: oh madrinha, pára de pagar o sindicato, eu vou registrar a senhora na minha pedreira como cozinheira, vou pagar um salarinho para senhora até a senhora aposentar (78 anos, ND).

Que eu paguei uma pessoa na ativa para mexer para mim, eu não estava suportando andar mais [em busca dos direitos] e ver a cara do homem lá, de tanta raiva (77anos, CBB).

Daí eu falei Quinquim eu te pago para você um salário pra arrumar esse trem pra mim. Porque eu não vou andar mais não (78anos, CM).

Mesmo as idosas que são donas de terreno, poucas conseguiram aposentar por idade como trabalhadoras rurais. No núcleo do distrito, a grande maioria recebe o Benefício da Lei de benefício de Prestação Continuada. Outras se aposentaram como cozinheiras, e aquelas - são poucas - que tinham um grau de parentesco distante com algumas donas de terreno e conseguiram a assinatura do contrato de parceria aposentaram por idade, mas sempre acima de cinquenta e cinco anos. Nesse estudo pude perceber que a aquisição da aposentadoria está repleta de dificuldades: quanto ao seu acesso, à falta de informações precisas, à exclusão de pessoas com idade suficiente para receber o benefício e à demora em concedê-lo por parte do Estado. Isso ocorre mesmo com pessoas de muita idade.

Arranjei uma aposentadoria, mas nunca mais saiu. Está na mão do advogado até hoje Até hoje não saiu. Já está com quatro anos e falam que vem ainda esse dinheiro. Você acredita? (92anos, IC).

Era para eu aposentar até o final, no meio de março era pra mim estar aposentada já. Ele foi me enrolando, enrolou, até o final do ano. Até o final do ano, ele me enrolou (CBB, 72 anos).

Nós estamos pelejando pra ver se encosta essa, aquela coitadinha ali, aquela menina ali. Eu que cuido, desde quando começou (CM, 70 anos).

Segundo essa mãe a filha desde aos cinco anos apresentava problemas, hoje o que presenciei foi uma mulher de quarenta e oito anos, porém totalmente dependente da mãe, desde as atividades higiênicas a atividades que uma criança de cinco anos já realiza. Vale ressaltar que ela não tem noção de perigo, o que leva a uma vigilância constante.

Portanto, dentro do grupo das mulheres entrevistadas somente 18% conseguiram se aposentar por idade como trabalhadoras rurais, sendo quatro das áreas dos Córregos e uma do núcleo do distrito. As outras aposentaram por idade como mulheres urbanas ou recebem o benefício de prestação continuada. Vale ressaltar que 55% delas são viúvas e recebem pensão, mas somente quatro recebem simultaneamente pensão e aposentadoria.

Há ainda outro complicador. Embora os benefícios como bolsa escola, bolsa família e outros ajudem aos camponeses pobres, ao mesmo tempo, a aposentadoria de seus idosos tem gerados conflitos entre avós e netos, pela exclusão desses nesses programas, devido ao fator “renda per capita” para sua aquisição *“Por causa da minha avó eu não pude aposentar, eu sou doente eu estudo na APAE. Se não fosse por essa velha eu estaria recebendo o meu dinheiro”*(CBC, 8 anos, Neto de uma senhora de 77 anos).

Igual a esse menino aí ele está muito bem na escola recebeu até prêmio em Caratinga, mas não pode receber a bolsa escola. Eu fico triste por ele. (CM, 78 anos).

É preciso ressaltar, que essa situação vivida pelas mulheres contemporâneas de Dom Modesto, com dificuldade de comprovação documental de ser “trabalhadora rural” será minimizada. Pois, atualmente, o único trabalho sazonal em que atuam como lavradoras, a “panha” do café, nas fazendas do município e dos municípios circunvizinhos é amparado pela Legislação Trabalhista e, por isso, são registradas e assistidas pelo sistema de Previdência Social durante esse período.

Trabalhar na “panha” do café para os moradores do Distrito é um dos recursos de sobrevivência mais importantes e envolve não somente os moradores do núcleo do distrito como os que vivem nas áreas dos Córregos. É por meio do dinheiro adquirido na “panha” que podem realizar alguns sonhos como a aquisição de geladeira, de aparelho de som, de televisão para sintonizar a “TV Vida”, e o celular, dentre outros.

A “panha” do café move toda a comunidade, desde as famílias até os movimentos religiosos e escolares. O índice de absenteísmo na escola por parte dos estudantes com idade permitida de participação na atividade é de 100%. Nesse período também acontecem festas juninas nas terras dos Córregos, porém, mas não como uma festa tradicional. A festa junina habitual e tradicional ocorria no núcleo do distrito e era realizada por uma idosa nativa de Dom Modesto e que se encontra afastada de sua casa há cinco anos para tratamento de saúde do esposo. Mas ela tem o sonho de retornar.

Apesar das dificuldades ditas e constatadas, o recebimento do “salarinho” como dizem as mulheres, não somente tem seu impacto positivo na vida delas como também para a comunidade de Dom Modesto. Para aqueles que o

recebem, esse “salarinho” é usufruído como um néctar dos deuses: *“Deus ta me dando vida pra poder aproveitar”* (CBB, 92 anos). (...) *“Graças a Deus a gente tem um salarinho que dá pra gente sobreviver. Mas, nos já trabalhamos muito na roça, no terreno de fazendeiro”* (ND, 72 anos).

Esses depoimentos vão ao encontro de vários estudos que mostram a importância das aposentadorias e outros benefícios para a população rural, movimentando a economia local. São os recursos da Previdência e os programas de benefícios do governo que como elas dizem *“esse dinheiro é pouco, mais é sagrado, pois vem todo o mês”* que aquece os pequenos comércios, as quatro vendinhas e uma padaria no núcleo do distrito e muitas atividades de bens e serviços na cidade. No caso das mulheres idosas, o valor real e simbólico do benefício (seja de que tipo for que recebam) é muito maior, pois lhes oferece uma liberdade (ainda que limitada) de uso de seu próprio dinheiro, liberdade que nunca tiveram na vida.

Os programas assistenciais do governo, segundo as moradoras, têm ajudado muito as pessoas de Dom Modesto. Por exemplo, as que fazem parte da Conferência Vicentina disseram que agora não precisam fazer cestas básicas, nem juntar roupas para a distribuição, como faziam anteriormente. Hoje elas visitam os pobres para rezar o terço ou celebrarem os dias sagrados, principalmente.

Assim, a partir dos depoimentos pude aferir na prática e corroborar com os estudos de Beltrão, Camarano, e Mello¹⁰⁰ segundo os quais, os benefícios da Assistência da Previdência Social, no contexto de Dom Modesto e numa multidão de outros rincões em todo o país, estão tendo um papel na redução

da pobreza e na melhoria de distribuição de renda entre as mulheres idosas e as famílias de menor poder aquisitivo. Como pode ver, embora esses benefícios, não sejam suficientes para algumas, pois as despesas com medicamentos consomem entre 20 a 25% do seu recebimento, elas, junto com os familiares (netas, filha e noras, em sua grande maioria) gerenciam esse “tesouro” para que possam usufruí-lo da melhor maneira possível.

Ah, hoje está mais fácil com esse negócio de aposentadoria. Hoje está mais fácil para a pessoa viver, pouquinho, migalha, mas dá. A pessoa não precisando de comprar remédio para doença que gasta muito, dá pra pessoa viver. Não dar pra morrer de fome, passar fome. E hoje tem os postos [de saúde], às vezes tem remédio, ajuda! No mais, ajuda se a pessoa não quiser luxar, o luxo é que gasta muito dinheiro. Luxar gasta muito dinheiro, fora disso eu acho que dá (70 anos, CBB).

Em geral, os serviços de cuidados com a saúde das mulheres mais idosas (acima de oitenta anos) estão a cargo da figura feminina (filha, neta, nora). Mas em alguns casos a gestão do dinheiro fica nas mãos dos filhos homens ou mesmo genros, principalmente no caso das que vivem fora do povoado.

Também como vimos neste trabalho, não podemos negar o fator idade no processo do envelhecimento, mas querer homogeneizá-lo através das grades etárias, sem levar em conta as características individuais, de gênero, de etnia, de credo, e de contexto histórico sociocultural é um erro metodológico. Por isso, analisar o processo do envelhecimento na perspectiva da aposentadoria e da cronologização efêmera dessa marcação é um fator de conflito e confusões, trazendo sentimentos de tristeza e de constrangimento para aqueles que o vivenciam e também para os expectadores. A categoria de idosos, muitas vezes é estigmatizada, como proclama Goofman¹¹⁷, uma vez que o estigma surge quando existe uma perspectiva de todos os lados, de que aqueles que se encontram numa certa categoria não somente devem estar apoiados numa

norma, mas também cumpri-las. Para Bourdieu³⁰ as classificações por idade (mas também por sexo ou evidentemente por classe) equivalem sempre a impor limites e a produzir uma ordem à qual cada um se deve ater e se manter no seu lugar pré-determinado.

Apóio-me em Elias, segundo o qual, a série contínua de símbolos numéricos que indica a idade de uma pessoa está carregada de significação biológica, social e pessoal. Desta maneira, a cronologização desempenha um papel importante no sentimento da identidade pessoal e de sua continuidade através do curso do tempo⁸⁰.

A literatura sobre o estudo da aposentadoria e do envelhecimento tem apontado esses fenômenos como etapas de tristeza, solidão e abandono. Mas há também os autores que falam da alegria e do empoderamento dos idosos, principalmente de muitas mulheres idosas. Para elas, existe um gozo que do qual usufruem, muitas pela primeira vez, ao receber um benefício pecuniário que é somente seu e poder compartilhá-lo com seus familiares. Cabe aqui, também o conselho de Cícero⁸⁷, para quem, os velhos não devem se apegar desesperadamente à velhice, nem negar, nem renunciar sem razão, ao pouco de vida que lhes resta, mas, vivê-la com intensidade e qualidade.

E a aposentadoria, como recurso para não se viver na penúria é um direito e uma necessidade nesse período da vida. Como lembra Deleuze: “O que é terrível na velhice? É a dor e a miséria. Mas [o problema] não é a velhice em si. O que é patético, e torna a velhice algo triste, são as pessoas pobres que não têm dinheiro para viver nem um mínimo de saúde necessário e que sofrem por

isso. Isso é que é terrível e não é a velhice! A velhice não é um mal em si” (p. 48)²⁰.

Em resumo, a cronologização da velhice pela Seguridade Rural é de cinquenta e cinco anos, mas para que as mulheres recebam o benefício, as exigências criadas são imensas e muitas não conseguiram se aposentar por falta de provas documentais. Pude inferir também que para a maioria, a aposentadoria não está diretamente ligada ao significado de benefício pelo trabalho exercido a partir do envelhecimento. Pois, embora tenham trabalhado como força produtiva no campo, direta ou indiretamente, essas mulheres nunca foram vistas e consideradas assim aos olhos dos gestores públicos.

Por isso, constatei também que a idéia de velhice como descarte persiste e é cumulativa com a visão do “idoso ou da idosa como problema” que se expressa na constante divulgação dos déficits nos cálculos atuariais da Previdência Social, uma vez que o direito à aposentadoria (um direito de todos os cidadãos brasileiros) se universalizou. O discurso sobre o “peso social que hoje constituem os velhos” tem nessa instância pública um lugar entronizado. É reforçado pela idéia de que a situação do aumento dessa população é insustentável com a manutenção do direito universal da aposentadoria. Portanto, o aparato do Estado tende a ver de forma catastrófica as próprias instituições político-sociais que criou para atender aos idosos. “Uma vez que mais da metade da população idosa do Brasil terá entre 60 e 69 anos, as decisões relativas à idade de aposentadoria, disponibilidade e direito à pensão, assim como outras questões relacionadas à força de trabalho, afetarão

significativamente a economia brasileira” assumindo o tamanho do problema (p.23)¹²⁸.

Na verdade, o Estado brasileiro - com suas políticas, diretrizes e formulações - tem uma posição contraditória em relação aos idosos. De um lado, já desde 1994 criou a Política Nacional do Idoso (PNI) promulgada pela Lei nº 8.842. Essa lei assegura no artigo 1º, os direitos sociais desse grupo social, especificando as condições necessárias para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Dentre outras regulamentações, está a implantação do Conselho Nacional do Idoso com a finalidade de impulsionar a implantação da Política. Em 2003, o governo promulgou o Estatuto da Pessoa Idosa¹²⁹ e, a partir de então, uma série de planos e normas técnicas foram elaboradas, sendo consideradas das mais avançadas do mundo. O Estatuto reconhece os direitos e o protagonismo dos idosos em todas as esferas sociais, políticas e culturais. Porém, de outro lado, o próprio Estado promove um imaginário que os aterroriza, pois, os coloca como responsáveis pelos desequilíbrios das contas públicas.

E para encerrar, para todos nós – pois todos chegaremos lá um dia, vale a reflexão de Cícero, em seu dialogo simulado sobre o envelhecer entre Catão, Lélío e Cipião, mais do que o fator econômico, o saber é uma das vantagens do envelhecimento, pois ele pode tornar esse processo mais leve: *Certamente, Catão! Mas poderiam te objetar que teu poder, tua riqueza e teu prestígio tornam tua velhice mais suportável. Não é o caso da maioria!* “Ao que Catão responde: *há verdade no que dizes, Lélío, mas isso não explica tudo!* [Pois], na

extrema indignância, mesmo o sábio não poderia considerá-la leve. Quanto ao imbecil, ele a julgará pesada mesmo na riqueza” (p. 27)⁸⁷.

II.7 Considerações Finais

Ao encerrar esta tese preferi ressaltar apenas os pontos que mais me marcaram nessa trajetória. Tentei compreender a vida de mulheres idosas numa comunidade rural, por meio de uma abordagem etnográfica que tem a característica de descrever o visto e o vivido, que resumo nos seguintes tópicos: (1) minha própria inserção e estranhamento sobre a localidade e sua gente; (2) lições do campo; (3) visão do envelhecimento; (4) relação entre envelhecimento e doenças; e, por fim, (5) o sentimento de morte.

(1) Sobre minha inserção e meus estranhamentos - E preciso ressaltar que quando cheguei à comunidade, cheguei mesmo como uma forasteira, embora não muito, pois havia sido introduzida pela filha da primeira entrevistada, que por acaso havia encontrado na rodoviária, à procura de informações sobre os horários dos ônibus que faziam o percurso entre o município e o Distrito. Querendo saber se eu tinha parentes por lá, e frente a uma resposta negativa, precisei explicar o motivo da minha presença no local. Esse parágrafo parece repetitivo, mas precisava fazê-lo, pois a abordagem que vou descrever é sobre a minha estranheza em muitos e diferentes momentos no campo.

Por muito tempo que estive por lá, fui diversas vezes interrogada sobre o porquê da minha presença e percebia que minha resposta “conhecer os processos do envelhecimento das mulheres” de Dom Modesto, não soava

como algo importante para ninguém. Passei a falar então que queria conhecer a história de vida das mulheres idosas e foi quando comecei a angariar adeptos para o estudo. A partir de então alguns me diziam: “a minha avó pode participar desta pesquisa”. “A senhora já foi na casa da senhora X?” “Lá no córrego tal tem uma senhora bem velhinha”.

Em muitas ocasiões a minha presença foi associada como várias figuras: ora como alguém com poder de aposentar algumas das idosas; ora como fiscal do INSS causando preocupações e medo ou ora ainda como uma candidata política. Observei que quando dizia estar hospedada na casa de uma senhora do Distrito ou quando estava acompanhada do neto da dona da casa a receptividade a minha pessoa aumentava. À medida que fui me estabelecendo e sendo reconhecida na comunidade, as perguntas das pessoas sobre o que eu estava fazendo por lá, foram se atenuando e as minhas indagações puderam ser melhor compreendidas.

Ao entrar no núcleo do Distrito de Dom Modesto, vendo as residências tão próximas umas das outras e relembrando o meu acervo bibliográfico, tive a sensação de que a observação participante seria uma abordagem fácil de ser realizada. Confrontava minhas primeiras impressões com o que diz a literatura sobre as pequenas localidades onde sempre há um ponto de encontro, uma praça, ruas, esquinas, botequins, praias, escolas, tribos, instituições, entre outros. Portanto, esperava encontrar grupos de pessoas conversando, sentadas em frente às casas ou nas praças. No entanto, o que vi e que depois se transformou em experiência e vivência, foram ruas principais e praças vazias e desertas. Ou seja, o espaço da rua não é valorizado como ponto de

encontro, dinâmico, de trocas ou de prosas. Tinha apenas uma função: servir para o ir e vir das pessoas num sentido muito objetivo, como caminho para a igreja, para as compras ou para as visitas. O centro de tudo é a casa para onde converge toda a vida social e todos os movimentos e onde os acontecimentos são refletidos, comentados e tratados, a não ser nas festas, e cerimônias religiosas e fúnebres onde o espaço público é ritualmente vivenciado.

Ainda dentro dessa mesma perspectiva, pude perceber como exceção, que um grupo se encontrava à tarde ou à noite, sentado num banco de rua. As pessoas eram sempre as mesmas: homens, jovens adultos, entre trinta e quarenta anos, alcunhados por algumas moradoras de “o grupo dos vagabundos”. O marido de uma das idosas entrevistadas, ao ouvi-la se referir assim ao grupo, completou: “também eles têm pai e mãe para sustentar, trabalhar na roça para que, para ganhar uma mixaria?” Embora, não conversasse com eles, pois, já havia sido alertada pela minha hospedeira que isso não seria de “bom tom” naquela comunidade, havia em mim certa curiosidade sobre o grupo. Um dia, encontrei com um dos rapazes dentro da casa de uma das entrevistadas, e fiquei ciente que ele era filho dessa senhora. Num bate-papo, tomei ciência de sua história e de outros dois componentes do grupo. Diante dos fatos, expostos por ele: nenhum dos rapazes sequer tinha completado o ensino fundamental; no Distrito não há posto de trabalho, portanto eles esperam o momento da colheita do café para realizarem alguma atividade e fazem algum bico quando aparece. Tempo depois presenciei esse mesmo rapaz, participando de uma frente de trabalho temporário oferecido pela prefeitura na plantação de mudas para reflorestamento. Ressalto que só pude desconstruir o preconceito, aproximando-me de uma pessoa do grupo.

Dom Modesto parece um feudo, um lugar isolado em pleno século XXI, quando todas as veias de comunicação estão abertas no mundo. Mesmo estando muito próximo e sendo um distrito de Caratinga, esse distrito permanece bastante fechado com regras e lógicas muito próprias tanto para a vida social como em outros aspectos culturais como se poderá constatar a seguir. Desta forma, considero importante ressaltar essa diversidade, numa época em que, muitas vezes erroneamente, somos levados a acreditar que a cultura de massa igualou tudo e a todos, suplantando as culturas locais.

Assim como toda a população, as idosas que entrevistei repudiam o conversar fora de casa. Dou como exemplo o fato de ter acompanhado duas irmãs solteironas em sua viagem à mata para buscar lenha e retornar com elas. Após termos depositado a lenha em um canto, frente à casa, resolvemos fazer um banco improvisado, sentar e conversar. Era de tarde, e ali próximo, estavam três sobrinhas com idade entre oito a quatorze anos a brincar. A cada momento a mãe (minha hospedeira) chamava em voz alta: “meninas vêm para dentro de casa”. Eu prontamente reafirmava o pedido: “sua avó está chamando”. Uma das companheiras de conversa então me disse: “ela não está chamando as meninas, ela está chamando a gente, pois ela não gosta que a gente fique do lado de fora, porque ela está com medo que o meu paquera passe por aqui”. Retruquei perguntando: como vai o namoro? “E ela deixa? Ela maltrata o rapaz, briga com a gente, eu fico até sem graça. Tem muito tempo que a gente não se vê. O que seguiu adiante, não somente me fez constatar que as crianças já não são como seus antepassados, como a situação foi cômica. A garota do meio (oito anos), justamente quando a avó passava por trás do banco em que estávamos sentadas, sem mais nem menos disse: “Não

encontra porque não quer, marca um encontro com ele na mata, ninguém vai saber”. Diante da resposta, estávamos a gargalhar, quando escutamos a voz da (mãe e avó) em um tom autoritário: “vamos entrar, está tarde”. Na manhã seguinte o banco não se encontrava mais por lá. Aqui e em outros momentos percebi que a observação participante, seria quase sempre restrita ao espaço privado, e foi o que aconteceu tanto Núcleo do Distrito como nos Córregos.

A regra de manter a neutralidade do observador participante, de não interferir, nem sempre foi possível, pois em algumas ocasiões, tive que intervir, em forma de contenção física, principalmente na residência em que fui acolhida, onde um dos netos de 12 anos ameaçava a avó com uma faca na cozinha. Vale ressaltar que todos os talheres ficam escondidos nessa casa por causa dele, pois essa situação se repete.

Outro detalhe dessa experiência de campo é que na coleta das histórias de vida das idosas, muitas vezes fomos interrompidas, pois no meio da narrativa chegava uma visita de um ou mais parentes. O que no início me parecia aborrecido, se tornou extremamente rico. Muito aprendi, observando e ouvindo os “causos” que ali eram expostos. Quantas vezes, nesses encontros informais, eu encontrei respostas que enriqueceram meu acervo de informações com questões que nem cogitara perguntar. Por exemplo, pude perceber o quanto as relações de parentesco e compadrio (comadrio) são entrelaçadas em Dom Modesto, de forma tão íntima e aglutinadora que, quando as entrevistadas se referiam às comadres estavam ao mesmo tempo, falando de uma irmã, de uma prima, de uma tia ou da avó. Observei essa situação tanto nas famílias dos Córregos como nas do núcleo do Distrito.

Em minhas andanças, algumas vezes senti, através de gestos e olhares, principalmente dos familiares que moram fora do distrito, certa estranheza ou mesmo reprovação à minha presença nas casas. Senti realmente na pele, como as relações são pouco amigáveis para um forasteiro ou desconhecido da comunidade, evidenciando um espaço bastante fechado e controlado, sobretudo, pelas pessoas mais velhas. Provocando, discretamente, esse autocentrismo, perguntei certa vez o que achavam de pessoas de fora comprarem terra em Dom Modesto. A resposta pode ser espelhada nas seguintes assertivas: “Para as pessoas daqui é muito ruim de vender lugar. As pessoas não gostam de vender nada não, pede muito caro”. “Gente de fora, não é bom não.” É claro que a atitude de fechamento não é unânime, pois para algumas idosas, a entrada de novas pessoas na comunidade seria bem vinda num sentido utilitário para a comunidade: “Seria bom pra dar mais trabalho pro povo daqui, porque na roça ta tendo muito pouco homem para trabalhar”.

(2) As lições do campo - Por parte das mulheres entrevistadas, à medida que fui sendo reconhecida, não fui mais vítima de estranhamento. Senti que elas me incluíam em suas memórias de fatos objetivos, quando me questionavam “a senhora se lembra”? “A senhora tem quantos anos”? “A senhora é muito nova.” E muitas vezes, fui testemunha do carinho e da alegria delas por estarem contribuindo com meu trabalho, ou mesmo por eu estar valorizando a sua história de vida. Algumas chegaram mesmo a agradecer-me pelos momentos proporcionados durante as entrevistas, o que era feito sempre permeado por lágrimas, sorrisos ou gargalhadas.

Desta forma, pude concluir com este estudo que o dito, o escutado, o visto e o escrito se completaram nas páginas desta tese, com um grande esforço para compreender, interagir e atuar intersubjetivamente. Em alguns momentos é como se eu visse essas mulheres com todas as suas circunstâncias reproduzindo ou reafirmando alguns trechos das obras que li, outras vezes me flagrei acrescentando suas próprias especificidades às teorias dos livros. Entre os diferentes autores que mais me ajudaram nessa empreitada estão Laqueur (1992) que trabalha a construção das relações entre sexo, sexualidade e gênero; Foucault (1976,1979) que aprofunda as dimensões do poder envolvidas na discussão e na prática das relações entre os sexos; Heilborn (1993) e Scott (1995) que discutem criticamente os conceitos de sexo, sexualidade e gênero; Arendt (1958) que ressalta a condição humana expressa no trabalho e permeia toda a vida; Sorokin, Zimmerman e Galpin (1930) que fazem um cuidadosa diferenciação entre o rural e urbano; e por fim, Cícero (103-43 a.C) que fala do envelhecimento com sabedoria. Vale ressaltar que embora tenha consultado esses autores em edições mais atualizadas, a colocação das datas da primeira edição, foi proposital, porque a permanência ou traços originais dão sabor a suas teorias.

Durante o percurso do trabalho e da escrita, conseguia enxergar determinadas mulheres como sendo personagens e protagonistas dos livros. Na obra de Cícero, por exemplo, via a figura pequena de uma idosa de 92 anos em cada trecho, em cada parágrafo, em cada detalhe de sua história. Ela parecia ter saído das páginas antigas. Por sua vez, a história da sexualidade dessas mulheres é um exemplo vivo de como o pensamento de Foucault⁸ sobre o assunto permanece atual.

Embora muitas narrativas tivessem sido coletadas individualmente, em momentos diferentes e em locais diferentes, nos fragmentos das diversas falas constatee uma continuidade das histórias narradas. Já em outras ocasiões, eu sentia que uma entrevista, somente, aglutinava todas as outras já realizadas. Essa constatação corrobora as teorias etnográficas Strauss¹³⁰ de que uma pessoa está imbuída de sua cultura e traz em seu habitus Bourdieu¹³¹ os pensamentos, sentimentos, costumes e crenças da coletividade (Minayo)⁵³.

(3) Visão do envelhecimento - Embora no acervo bibliográfico utilizado para este trabalho, o ciclo vital do envelhecimento esteja correlacionado ao recorte etário, à introdução da aposentadoria, à solidão, ao afastamento das relações sociais, a doenças, a perdas, a incapacidades funcionais, a finitude, nas mulheres desse Distrito rural, o que vi e ouvi foi um enfrentamento desse ciclo de vida como uma etapa natural da vida. Minha interpretação hipotética é que elas, tendo vivenciado muitas perdas materiais ou humanas desde que nasceram, ou como mães ou mulheres, e tendo convivido com a morte de perto, chegaram à conclusão de que o fim da vida não tem idade.

A aposentadoria que, nos espaços urbanos, geralmente está ligada à interrupção brusca de uma atividade, ao distanciamento de um círculo de amigos e colegas ou à saída do espaço público, no caso dessas idosas, ao contrário, a vida depois dos 60 anos permanece como numa linha do tempo. O espaço privado continua o mesmo e o espaço público (que poderia ser representado pelo trabalho na roça ou pelas festividades locais) também está presente, talvez com menos intensidade. No caso delas, a aposentadoria

constitui, sim, a conquista de uma recompensa financeira que algumas nunca tiveram em vida, mas não tem nada a ver com inatividade.

A solidão só acontece se a idosa assim o desejar, pois em todo o grupo pesquisado, encontrei apenas uma viúva com 92 anos, residente no núcleo do Distrito que vive só, se cuida e faz todos os serviços de casa, por opção. Na verdade não existe nenhuma residência dentro de seu terreno, porém, o filho, a nora e os vizinhos moram ao lado e estão atentos, sem invadir sua privacidade. Todas as outras idosas entrevistadas vivem e convivem com grupos intergeracionais, ou seja, passam essa última etapa da vida entre filhos, netos e bisnetos.

A falta de vigor juvenil leva muitas idosas a um saudosismo compreensível. Muitas se queixam de que não podem fazer o tanto que faziam. No entanto, todas elas continuam e são incentivadas pelos familiares a dar a sua contribuição no que podem realizar. Essa atitude pessoal e de suas famílias me lembra a afirmação de Cícero⁸⁷, segundo o qual: “ninguém exige dela (a velhice) ser forte”. Encontrei mulheres com idades muito avançadas fazendo atividades que outras bem mais jovens não conseguiam e muitas acima de setenta anos com mais vigor que outras abaixo dos sessenta.

Outra observação importante é que as grades etárias, ou seja, o ciclo de vida composto pela infância, juventude, adultez e velhice não foram vivenciadas por essas mulheres com ritos de passagem muito marcados: a vida foi tomando seu curso natural. Uma metáfora, dessa situação, que me vem à mente, é o gráfico das ondas do eletrocardiograma, com ascendência e descendência e fase de repouso que representa um ciclo normal, porém se

altera com mudanças bruscas provocadas por algum agravo e que necessita ser tratado. Não estou negando as fases difíceis das vidas dessas idosas, nem os movimentos de ascendência e descendência em suas histórias pessoais, familiares e comunitárias. No entanto, com a ausência dos marcantes rituais de passagem, sua trajetória tem uma linearidade que não permite ver o tempo passar. Pude perceber isso com clareza ao perguntar-lhes se se sentiam velhas. Ao que algumas responderam – mesmo uma com 92 e outra com 90 anos – que estão meio velhas, outras dizem que não se sentem velhas porque não pensam nisso e têm boa saúde, a não ser quando se olham no espelho e vêem as rugas e as marcas do tempo.

(4) A velhice e as doenças – Nas entrevistas que fiz, as idosas falaram muito pouco de problemas de saúde. Mas, o sentir-se velha, está quase sempre associado a doenças crônicas e degenerativas e, sobretudo, as que acometem com maior frequência os idosos. No entanto, as mulheres falaram desses assuntos sem dar muita importância, na medida em que conseguem levar uma vida ativa. Em geral, a prevalência dos agravos relatados por elas são principalmente a hipertensão, uma doença silenciosa, que muitas vezes está associada a problemas cardiovasculares e a diabetes. Outro agravo reconhecido é o câncer, do qual elas falaram muito. No entanto, eu soube que algumas já tiveram que se operar e fazer quimioterapia. Os casos existentes foram relatados por familiares e não por elas que se dizem saudáveis. Em conclusão, em nenhum momento, minhas entrevistadas confundiram envelhecimento com doença, pois para elas, envelhecer tem uma conotação temporal que deixa marcas no corpo, mas faz parte da vida.

(5) O sentimento de morte - Deixei para falar sobre a temática da morte por último, pois me surpreendeu a intensa religiosidade que envolve esse último adeus e o quanto as participantes da pesquisa – mesmo as que sentem dores e se queixam delas - referem não temê-la. Essas mulheres se dizem preparadas, embora isso não as impeça de querer viver e desfrutar do espaço que constitui sua história. As expressões mais comuns soam tranquilas: “estou preparada para quando Deus me chamar”, “não tenho medo da morte”, “tenho que agradecer muito a Deus pela vida que me está concedendo e pedir mais saúde”. O pedir saúde é uma forma de pedir mais alguns anos de vida aqui na terra. E o não temor da morte está associado a ir para um lugar melhor do que esse, ir ao encontro e para a morada de Deus. Essa religiosidade e a crença de uma imortalidade da alma, me fez retomar mais uma vez alguns fragmentos da obra de Cícero (filosofo e político romano que viveu no século I a.C.)⁸⁷. Com as palavras desse sábio encerro esta tese:

A velhice nos prepara para a proximidade da morte, e torna a pessoa apta para compreendê-la à medida que se aproxima dela. Por que eu temeria a morte se depois dela, não sou mais infeliz, quem sabe até mais feliz. E se o sábio morre com tanta serenidade enquanto um imbecil morre com tão grande pavor, não será por que a alma do primeiro, lúcida e clarividente, percebe que voa assim em direção ao melhor, enquanto a do segundo, obtusa, é incapaz disso? Sobre a imortalidade da alma, enquanto eu viver recusarei sempre que me privem desse erro, que me é tão doce. Se, como pensam certos pequenos filósofos, não há nada após a morte, então não preciso temer as zombarias dos filósofos desaparecidos. Se não estamos prometidos à imortalidade, mesmo assim continua desejável extinguir-se no momento oportuno. O tempo perdido,

jamais retorna e ninguém conhece o futuro. Contentemo-nos com o tempo que nos é dado a viver, seja qual for (p.53-65)⁸⁷.

REFERÊNCIAS

1. Carvalho JAM, Brito FA. *A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios*. Rev Bras Est Pop. 2005;22(2):351-69.
2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Síntese dos Indicadores Sociais. Censo 2010. [Acesso em 2011out15]. Disponível em:<<http://www.senso2010.ibge.gov.br>>.
3. Oliveira LAP. A população do Brasil cresceu. Vou contar. Rev censo. 2010 Nov; 19:6-32.
4. Nunes EP. Pirâmide etária: Vou Contar. Rev Censo. 2010;19: 6-32 .
5. Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE). Sinopse do censo demográfico 2010.[Acesso em 2011 mai 10].Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br
6. Bruschini C, Puppim AB. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. Cadernos de Pesquisa: 2004; 34 (121):105-38.
7. Veras R, Ramos LR, Kalache A. Crescimento da população idosa no Brasil: Transformação e conseqüências na sociedade. Rev Saúde Publica. 1987; 21(3): 225-33

8. Foucault, M. História da sexualidade I: a vontade do saber. 4ª ed.v1. Rio de Janeiro: Edições Graal; 1999.
9. Campanhola CS, Da Silva JG. Desenvolvimento Local e democratização dos espaços rurais. Cadernos de ciência e tecnologia. 2000; 17(1): 11-40.
10. Marques RJ. Desenvolvimento local em espaço rural e novas competências [dissertação]. Centro de estudos geográficos. Coimbra: Faculdade de letras da Universidade de Coimbra; 1998.
11. Hespanha P. Os estudos rurais e a economia agrária. Novas oportunidades e desafios à investigação.In:V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais 'Futuro dos territórios rurais numa Europa alargada,2003; Bragança,Portugal. 2003.
12. Callou ABF. Extensão rural e desenvolvimento local: significados contemporâneos. UNIrevista; 2006 ; 1(3):1-9.
13. World Health Organization. Envelhecimento ativo: uma política de saúde / World Health Organization; tradução Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.
14. Organização Pan-Americana de Saúde. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. 2005.

15. Scalon C, Araujo C. Percepção e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: Scalon C, Araújo C (org.). Gênero, família e trabalho. Rio de Janeiro: FGV; 2005. p. 15-78.
16. Boff L. Saber cuidar- ética do humano: compaixão pela terra. 2ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 1999.
17. Kullo AT. Qualidade de vida: a representação social das mulheres rurais do Leste mineiro acerca de suas condições de vida. [Dissertação] Caratinga: Centro Universitário de Caratinga; 2004.
18. Messy J. A pessoa idosa não existe - uma abordagem psicanalítica da velhice. 2ª ed. São Paulo: ALEPH; 1999.
19. Mannoni M. Le nom et l'innommable. Le dernier mot de la vie, Denoël; 1991.
20. Deleuze GM. de Maladie (doença) In: Parnet C. O abecedário de Gilles Deleuze. Transcrição de entrevista, direção de Pierre-André Boutang [Acesso Em: 05 set.2008] Rio de Janeiro; 1989. Disponível em:<<http://www.oestrangeiro.net/esquizoanalise/67-o-abecedario-de-gilles-deleuze>>

21. Bercovich AM. Características regionais da população idosa no Brasil. Revista Brasileira de Estudos de população. Campinas, 1993; 10(1/2):125-43.

22. Camarano AA. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. Texto para discussão Nº 858, Rio de Janeiro: IPEA; 2002.

23.- Minayo MCS, Jr Coimbra CEA. Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento In: Minayo MCS. Antropologia, Saúde e Envelhecimento. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004; p. 11-35.

24. Minayo MCS. Ciência e cientificidade. In: Deslandes SF, Neto OC, Gomes R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 17ª ed. Petrópolis: Vozes; 2000.

25. Peixoto CE. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: Barros MML. Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV; 2003. p. 69-84.

26. Peixoto CE. Nova política francesa para o envelhecimento: le bien vieillir. Ciência & Trópico; 2008. v(32):163-182.

27- Debert GG. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade In: Barros MLL. Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: FGV; 2003. p. 45-67.

28. Debert GG. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas; (1992) Acesso em: [25 Jan. 2009] (mimeo). Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br>>.
29. Guillemard AM. La Vieillesse et l'État. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.
30. Bourdieu P. A "juventude" é apenas uma palavra. Em: Bourdieu P. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.
31. Barros MRL. Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice. In: Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política Rio de Janeiro: FGV; 2003. p.113- 65.
32. Thompson P. I don't feel old: the experience of later life. Oxford: Oxford University Press, 1991.
33. Debert GG. A reinvenção da velhice: socialização e processo da reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Universidade de São Paulo: Fapesp; 2004.
34. Karsch UM. Idosos dependentes: famílias e cuidadores. Cad Saúde Pública.2003; 19(3): 861-866.

35. Featherstone M, Hepworth M. Images of aging cultural representation of late life In: The Cambridge handbook age and ageing. General editor: Malcolm, Johnson. United Kingdom: University Press. Cambridge; 2005. p. 354-362.

36- Beauvoir S. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

37. Schroots JJF, Birren JE. (1990). Concepts of time and aging in science. In: J. E. Birren & K. Warner Schaie. (orgs.). The handbook of psychology of aging. San Diego: Academic Press; p.24-31.

38. Malinowski B. Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. Traduzido do inglês. In: Malinowski. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural; 1984 [Coleção Os Pensadores].

39. Scott J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, 1995; 20(2): 71-99.

40. Laqueur T. Inventando o sexo – corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume- Dumará; 2001.

41. Foucault M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal; 1996.

42. Bruschini C, Ardaillon D. Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres. São Paulo: Carlos Chagas; 1998.

43. Heilborn ML. Gênero e Hierarquia: a costela de Adão revisitada. *Estudos Feministas*, 1993 ano1;1(1): 50-82.
44. Heilborn ML, Sorj B. "Estudos de gênero no Brasil", In: Miceli S. (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. ANPOCS/CAPES. São Paulo: Sumaré; 1999. v2;p.183-221
45. Heilborn ML. Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. *Coleção sexualidade gênero e sociedade*. Rio De Janeiro: Garamond; 2004.
46. Braudel F. *Histoire et science sociales. Réseaux*; 1987, 5(27):7-37.
47. Mathieu NC. "Identité sexuelle/sexuée/de sexe? Trois modes de conceptualisation du rapport entre genre et sexe". In: *L'anatomie politique: categorizations et ideologies du sexe*. Paris: Côté-Femmes; 1991. p. 227-266.
48. Quintaneiro T, Barbosa MLO, Oliveira MG. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. 2. ed, rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- 49- Jolivett M. (org.) *Vers um rural postindustrial; rural ET environnement dans huit pays eurupéens*. Paris: L'Harmattan; 1997.

50- Wanderley MNB. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura. 2000;(15):147-85.

51. Ferreira ÂDD. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. In: Estudos Sociedade e Agricultura Rev.2002; (18):28-46.

52. Mathieu N. (Org) L'emploi rural; une vitalité cacheé. Paris: L'Harmattan; 1995.

53. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Sinopse do Censo Demográfico: Base Operacional, 1991.

54. Minayo MCS. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10ª ed. São Paulo: Hucitec; 2007.

55. Minayo MCS. Conceito de Avaliação por triangulação de métodos In: Minayo MCS, Assis SG, Souza ER. Avaliação por triangulação de métodos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2005. p.19-47.

56. Deslandes, SF. Trabalho de campo: construção de dados qualitativos e quantitativos, In: Minayo MCS, Assis SG, Souza ER. Avaliação por triangulação de métodos abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2005.p.157-182.

57. Geertz C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Técnica Científica; 1989.

58. Cardoso RCL. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. Em: Cardoso R(org.). A aventura antropológica teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1986.p.95-106

59. Netto OCO. Trabalho de Campo como descoberta e criação. In: Minayo MCS (Org.). Pesquisa Social-Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes. 17ª ed; 2000. p.51-66.

60. Mattos CG. A abordagem etnográfica na investigação Científica. Revista Espaço: Rio de Janeiro, nº 16, 2001.

61. Da Matta, R. A Casa e a Rua. São Paulo: Brasiliense; 1985.

62. Fraser R. (1979) Recuérdalo tú y recuérdalo a otros. La historia oral de la guerra civil española. Barcelona: Crítica Grijalbo. In: Minayo MCS. O desafio do conhecimento pesquisa qualitativa em saúde. 10ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2007; p. 11-385.

63. De Freitas EB. Fala de índio, História do Brasil: o desafio da etno-história indígena. História Oral, n.7, 2004; p.187-197.

64. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Contagem da população 2007[CD-ROM]. Caratinga, MG. 2009.
65. World Health Organization (WHOQOL GROUP, 1998). WHOQOL-Bref.
66. Saygli MA. História de Caratinga: Ana Pontes; 1998.
67. Ricoeur Interpretação e ideologias. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fransisco Alves, 1990.
- 68 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2000. Publicações impressas, divulgação dos resultados, 2000, Rio De Janeiro.
69. Da Veiga JE. Nem tudo é urbano. **Cienc. Cult.** São Paulo; 2004; 56(2):26-9.
70. Dos Reis DS. O rural e o urbano no Brasil. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambú – MG - Brasil, 18-22 de setembro de 2006.
71. Kalache A, Veras R, Ramos, LR. O envelhecimento da população mundial: um desafio novo Revista de Saúde Pública; 1987; 21(3):200-10.

72- Rosa TEC, Benício Maria Helena D'Aquino, Latorre Maria do Rosário Dias de Oliveira, Ramos Luiz Roberto. Fatores determinantes da capacidade funcional entre idosos. Rev. Saúde Pública, São Paulo, 2003; 37(1):41-8

73. Carvalho JAM, Garcia RA. Envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. Cad. Saúde Pública: Rio de Janeiro, 2003;19(3): 725-33;.

74. Camarano AA, Kanso S, Mello J. Quão Além dos 60 Poderão Viver os Idosos Brasileiros? Como vive o idoso brasileiro? In: CAMARANO, A. A. (org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Cap. 2; p. 77-106.

75. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Evolução e Perspectivas da Mortalidade Infantil no Brasil- Rio de Janeiro :IBGE, 1999.

76. Thompson WS. 1929. Population. "American Journal of Sociology. 34(6); 959-75. Acesso em [14 Jan. 2009]. Disponível em <<http://www.faculty.fairfield.edu>>.

77. Brito F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. Rev bras estud popul. São Paulo, 2008,25(1):5-26

78. Teixeira, INDAO, Guariento MH. Biologia do envelhecimento: teoria, mecanismos e perspectivas. Ciênc Saúde Coletiva. 2010;15(6):2841-57.

79. Heck MR, Langdon EJM. Envelhecimento, Relações de Gênero e Papel das mulheres na organização da vida em comunidade rural. In: Minayo MCS, Coimbra, CE. (orgs.) Antropologia, Saúde e Envelhecimento. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2002; p. 129-152.
80. Elias N. Sobre o tempo, tradução, Vera Ribeiro; revisão técnica, Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
81. Motta ABM. – Envelhecimento e sentimento de corpo. In: Minayo MCS, Coimbra, CE (orgs) Antropologia, Saúde e Envelhecimento. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2002; p. 37-50.
82. Ricci NA, Kubota MT, Cordeiro RC. Concordância de observações sobre a capacidade funcional de idosos em assistência domiciliar. Rev Saúde Pública. 2005; 39(4):665-62.
83. Nasri F. O envelhecimento populacional no Brasil. O envelhecimento populacional no Brasil. Einstein. 2008; 6(1 Suppl 1): s4-s6.
84. Minayo MCS. Sobre humanismo e humanização de cuidados com a pessoa idosa. Revista Kairós, São Paulo. 2008; 11(2): 49-58.
85. Laplantine F. Antropologia da Doença. São Paulo: Martins Fontes; 1986.

86. Organização Mundial de Saúde (OMS) Classificação Internacional de Funcionalidades – CIF, 15 de Novembro de 2001.

87. Cícero MT. (103-43 a. C.). Saber envelhecer e a amizade. Porto Alegre: L&PM; 2010.

88. Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI/IBGE). Evolução e Perspectivas da Mortalidade Infantil no Brasil- Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

89. Chaimowicz F. A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas. Revista de Saúde Pública.1997; 31(2): 184-200.

90. Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD, IBGE). Rio de Janeiro, 2009.

91. Parahyba MI, Veras R, Melzer D. Incapacidade funcional entre as mulheres idosas no Brasil. São Paulo: Rev Saúde Pública. 2005;39(3):383-91

92. Tavares DMS, Pereira, GA, Iwamoto, HH, Miranzzzi, SSC; Rodrigues LR, Machado ARM. Incapacidade funcional entre idosos residentes em um município do interior de Minas Gerais. Texto contexto - enferm. 2007; 16(1): 32-

93. Morais EP, Rodrigues RAP, Gerhardt TE. Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho. *Texto contexto – enferm.* 2008; 17(2): 374-83

94. Comissão Nacional Sobre Determinantes Sociais de Saúde, (CNDS) As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil; Ministério da Saúde, Abril, 2008.

95. Sorokin PA. Social and cultural mobility In: *The Structure of Schooling: Readings in the Sociology of Education*, United Kingdom: Sage, 1958.

96. Dilthey W. *Idéias acerca de uma psicologia descritiva e analítica*. Lusofia press. Covilhã, 2008. <www.lusofia.net>.

97. Camarano AA, El Ghaouri SK. *Família com idosos: ninho vazio*. Textos para discussão n. 950. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

98. Delgado G, Jr. Cardoso JC. (org.) *A universalização de direitos sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90*. Brasília: IPEA, 2000.

99. Delgado G C, Jr. Cardoso JC. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização Em: Camarano AA(org.). *Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA. 2004; Cap. 9, p. 293-320.

100. Beltrão KI, Camarano AA, Mello JL. Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros: resultados não-esperados dos avanços da seguridade rural. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão n. 1066; 2005.

101. Strauss CL. Família, casamento, parentesco In: Olhar distanciado, Rio de Janeiro: Marins Fontes; 1983; p. 69-148.

102. Gadamer HG. O conceito de vivencia In: Verdade e Método. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes;1999:117-23.

103. Durston J. Juventud y Desarrollo Rural: Marco Conceptual y Contextual. Naciones Unidas comisión económica para América Latina y el Caribe Santiago de Chile; 1998.

104. Sorokin PA, Zimmerman CC, Galpin CJ. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e urbano In: Martins, Jose de Souza (org.) Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: HUCITEC; 2ª ed. 1986; p. 11-224.

105. Bourdieu P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand; 2002.

106. Beauvoir S. O segundo sexo a experiência vivida. 2ª ed; direitos exclusivos para a língua portuguesa: difusão europeia do livro, São Paulo, 1967.

107. Chauí M. Convite à Filosofia Rio de Janeiro: Ed. Ática, 2000.

108. Arendt H. A condição humana: tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer; 10ªed; Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

109. Hirata H. Divisão — relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. Em Aberto, Brasília;1995;ano 15; n.65;p.35-49.

110. Hirata H, Kergoat D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa; 2007; 37(132): 595-609.

111. Paulilo MIS. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise, Estudos Feministas, Florianópolis; 2004; 12(1): 229-52.

112. Smith A. A riqueza das nações investigação sobre sua natureza e suas causas São Paulo: Editora Nova Cultural,1996.

113. Marx HK. O capital: crítica da economia política.Volume 1; livro primeiro: o processo de produção do capital. Tomo 1 (Prefácios e Capítulos I a XII), São Paulo: Nova cultura. 1996.

114. Le Doaré H. Du pouvoir politique et poétique: schéma d'un raisonnement. Rio de Janeiro, 1994. Comunicação apresentada no Colloque International "Formation, Recherche et Edition Féministes de l'Université. Québec, Brésil, France", Rio de Janeiro, 6 a 10 jun. 1994.

115. Weber M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 12ª ed. São Paulo: Pioneira; 1997.

116. Debert GG. Envelhecimento e curso da vida. Estudos feministas;1997;(5):120-28.

117. Goffman E. Estigma- notas sobre a manipulação de Identidade deteriorada Tradução: Mathias Lambert. Data da Digitalização: 2004, Data Publicação Original: 1981.

118. Elias N. A solidão dos moribundos. Rio de Janeiro: Zahar; 2001.

119. Kovacs MJ. Doença e morte no imaginário do homem velho. A Terceira Idade: estudos sobre envelhecimento. 2009; 20(46): 62-73.

120. Lima MFC, Matos DL, Camarano AA. Evolução das desigualdades sociais em saúde entre idosos e adultos brasileiros: um estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 1998, 2003). Ciência & Saúde Coletiva. 2006; 11(4): 941-50.

121. Riffiotis T. O ciclo vital contemplado: a dinâmica dos sistemas etários em sociedades negro-africanas. Em: Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política (Miriam Lins de Barros org.) Rio de Janeiro: FGV; 2000; p.85-112.

122. Brumer A. Previdência social rural e gênero. Sociologias.2002; ano (4): 50-81.

123. Schwarzer H. Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil — evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará. Texto para discussão nº 729, Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

124. Schaaf AVD. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Sociologia. 2003. 5(10): 412-42.

125. Barbosa RS. Entre igualdade e diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil [Tese] Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. 2007.

126. Ferrante VLSB. O estatuto do trabalhador rural e o Funrural: ideologia e realidade; Revista de Ciências Sociais;1976; ano1; 1(1): 198-202.

127. Le Breton D. A sociologia do corpo - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; 2006.

128. Veras RP. País jovem com cabelos brancos. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará; 1995.

129. BRASIL. Ministério da Justiça. Estatuto do Idoso. L. No. 10.741. Brasília: Diário Oficial da União, nº. 192, 3 de outubro de 2003.

130. Strauss, CL. *Structural Anthropology*. 1958; publ. Allen Lane, The Penguin Press.

131. Bourdieu P. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève: Droz, 1972.